



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 21 de Março de 2007

Número 57

## ÍNDICE

### PARTE J

## SUPLEMENTO

#### **BPN Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.**

##### **Relatório n.º 1-AL/2007:**

Contas de 2003 ..... 7704-(2)

#### **BPN — Gestão de Activos, S. A.**

##### **Relatório n.º 1-AM/2007:**

Contas de 2003 ..... 7704-(9)

#### **CREDIPLUS — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A.**

##### **Relatório n.º 1-AN/2007:**

Contas de 2001 ..... 7704-(17)

#### **ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.**

##### **Relatório n.º 1-AO/2007:**

Contas de 2001 ..... 7704-(24)

#### **SOLVERDE — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A.**

##### **Relatório n.º 1-AP/2007:**

Contas de 2004 ..... 7704-(52)



# PARTE J

## BPN FUNDOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

### Relatório n.º 1-AL/2007

Sede: Rua Álvares Cabral, 108, 4.º — 4050-040 Porto.  
 Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 8112-A/990906; identificação de pessoa colectiva n.º 502618302; número e data da apresentação: PC-794/25 de Junho de 2004.

Certifico que foram depositados, na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas referentes ao ano de 2003 da sociedade em epígrafe.

Mais certifico que são do seguinte teor o balanço, demonstração dos resultados e anexo ao balanço e demonstração dos resultados (segue em anexo).

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 13 de Setembro de 2004. — A Ajudante/Escriturária Superior, (*Assinatura ilegível.*)

### Relatório e contas de 2003

#### Balanço em 31 de Dezembro de 2003

##### ACTIVO

Código das contas		2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	73,91	—	73,91	41,54
12+13	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	20 375,30	—	20 375,30	48 436,18
20	3 — Outras créditos sobre instituições de crédito .....	1 200 000,00	—	1 200 000,00	1 690 000,00
250+259	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
2500	a) De emissores públicos .....	—	—	—	—
400-490	7 — Participações .....	—	—	—	—
41-481	9 — Imobilizações incorpóreas .....	494,47	244,69	249,78	414,59
42-482	10 — Imobilizações corpóreas .....	9 353,78	3 153,96	6 199,82	8 355,47
4200-48200	(Dos quais: imóveis de serviço próprio) .....	—	—	—	—
27-27003+409	13 — Outros activos .....	281 481,24	—	281 481,24	188 574,32
51+55+56 (dev.)+ 56 (dev.)	15 — Contas de regularização .....	56 791,39	—	56 791,38	7 261,81
	<i>Total do activo</i> .....	<u>1 568 570,09</u>	<u>3 398,65</u>	<u>1 565 171,44</u>	<u>1 843 083,91</u>

##### PASSIVO

Código das contas		2003	2002
36+39	4 — Outros passivos .....	150 317,30	385 921,23
52+54+56 (cred.)+ 58 (cred.)	5 — Contas de regularização .....	47 668,82	12 346,10
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos .....	—	—
612	a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
610+611+813	b) Outras provisões .....	—	—
62	9 — Capital subscrito .....	1 000 000,00	1 000 000,00
630+631+639	11 — Reservas .....	284 820,72	255 932,29
66	13 — Resultados transitados .....	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício .....	82 364,80	288 884,29
	<i>Total do passivo</i> .....	<u>1 565 171,44</u>	<u>1 943 083,91</u>

##### Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		2003
90+970	1 — Passivos eventuais .....	—
	Dos quais:	
9010+9011	Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados .....	—
970	Cauções e activos dados em garantia .....	—

(Em euros)

Código das contas		2003
92	2 — Compromissos .....	—
	Dos quais:	
9200	Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	—

(Assinaturas ilegíveis.)

**Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003****DÉBITO**

(Em euros)

Código das contas		2003	2002
<b>A) Custos</b>			
70	1 — Juros e custos equiparados .....	19,72	1,56
71	2 — Comissões .....	514,00	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos .....	843 820,62	843 399,79
	a) Custos com pessoal .....	43 031,45	232 880,29
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos) .....	(20 982,16)	(180 118,11)
732+733	(— encargos sociais) .....	(22 049,29)	(30 603,43)
	Dos quais:		
73290+73291+73292	(— com pensões) .....	(17 706,00)	(16 176,11)
74	b) Outros gastos administrativos .....	800 789,17	610 519,50
78	5 — Amortizações do exercício .....	2 320,46	842,38
77	6 — Outros custos de exploração .....	6 325,00	6 196,27
790+791+792+793+795+799	7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	—	—
671	10 — Resultado da actividade corrente .....	(99 641,13)	(417 476,78)
68	11 — Perdas extraordinárias .....	16 660,03	727,99
76	13 — Impostos sobre lucros .....	53 641,67	127 649,41
69	14 — Outros impostos .....	285,86	215,23
	15 — Lucro do exercício .....	82 364,80	288 884,29
	<i>Total</i> .....	<u>1 005 952,16</u>	<u>1 267 916,92</u>

**CRÉDITO**

Código das contas		2003	2002
<b>B) Proveitos</b>			
80	1 — Juros e proveitos equiparados .....	33 215,03	51 419,33
	Dos quais:		
80250+30251	(— de títulos de rendimento fixo) .....	—	—
81	2 — Rendimento de títulos .....	—	—
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável .....	—	—
81400	b) Rendimento de participações .....	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
82	3 — Comissões .....	919 425,90	1 216 497,45
83	4 — Lucros em operações financeiras .....	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração .....	—	—
	8 — Resultado da actividade corrente .....	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários .....	53 311,23	0,14
69	11 — Prejuízo do exercício .....	—	—
	<i>Total</i> .....	<u>1 005 952,16</u>	<u>1 267 916,92</u>

(Assinaturas ilegíveis.)

## Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos			Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>									
Trespases .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados <i>software</i> ...	494,47	79,88	—	—	—	164,81	—	—	249,78
Despesas em edifícios arrendados .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Imobilizações corpóreas:</b>									
Imóveis de serviço próprio ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros imóveis .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento .....	9 353,78	998,31	—	—	—	2 155,65	—	—	6 199,82
Património artístico .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizado em locação financeira .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Imobilizações em curso:</b>									
Imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Totais .....</b>	<b>9 848,25</b>	<b>1 078,19</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2 320,46</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6 449,60</b>

(Assinaturas ilegíveis.)

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em euros)

**Introdução:**

A sociedade tem por objecto o exercício da actividade de gestão de fundos mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário, com base na convenção dos custos históricos e da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

**3 — Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:**

a) *Geral.* — As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário, com base na convenção dos custos históricos e da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

b) *Imobilizações.* — As imobilizações estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas máximas fiscalmente permitidas, de forma a amortizar os imobilizados durante a sua vida útil esperada.

c) *Títulos de investimento.* — Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja detenção assume um carácter duradouro (ou adquiridos há mais de seis meses), e que não sejam considerados como imobilizações financeiras.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizado nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada, de modo escalonado, pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, é provisionada por contrapartida de resultados.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é relevado nas respectivas contas de regularização do passivo. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos.

d) *Pensões de reforma.* — No âmbito dos acordos de adesão celebrados entre a sociedade e as estruturas sindicais, existe a responsabilidade com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e invalidez. Esta responsabilidade está coberta através do Fundo de Pensões BPN, e está contabilizada de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

**9 — Créditos sobre empresas coligadas:**

Em 31 de Dezembro a sociedade detinha depósitos, junto do Banco Português de Negócios, S. A., com a seguinte composição:

	2003	2002
Depósitos à ordem .....	20 375	48 436

## 10 — Composição da carteira de títulos:

O inventário da carteira de títulos da sociedade consta do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

## 11 — Movimento do activo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício no activo imobilizado constam do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

## 14 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Reportando a 31 de Dezembro de 2003, a rubrica 3 do activo correspondia na sua totalidade a depósitos a prazo junto do Banco Português de Negócios com duração residual inferior a três meses:

	2003	2002
Depósitos a prazo .....	1 200 000	1 690 000

## 27 — Contas de regularização:

	2003	2002
Activas:		
Proveitos a receber .....	2 507	5 540
Despesas com custo diferido .....	54 284	1 721
	<u>56 791</u>	<u>7 261</u>
Passivas:		
Receitas com proveito diferido .....	40 394	—
Ganhos e perdas actuariais .....	4 502	—
Custos a pagar .....	2 772	12 346
	<u>47 668</u>	<u>12 346</u>

As variações ocorridas nas rubricas de despesas com custo diferido e receitas com proveitos diferidos resultam da nova contabilização do Fundo de Pensões de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

## 29 — Movimento dos capitais próprios:

	1 de Janeiro de 2003	Aumentos	Reduções	31 de Dezembro de 2003
Capital .....	1 000 000	—	—	1 000 000
Reservas legais .....	148 499	28 889	—	177 388
Outras reservas .....	107 433	—	—	107 433
Resultados líquidos .....	288 884	82 365	(288 884)	82 385
	<u>1 544 816</u>	<u>111 254</u>	<u>(288 884)</u>	<u>1 367 186</u>

De acordo com a respectiva legislação, a reserva legal tem que ser reforçada com uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até ao limite do capital social.

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 200 000 acções de 5 euros cada e pertence à BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.ª

## 31 — Outros activos e passivos:

	2003	2002
Activos:		
Outras imobilizações financeiras — BPN Serviços ACE .....	700	700
Comissões de gestão:		
Fundo BPN Conservador .....	65 600	1 099
Fundo BPN Optimização .....	1 123	2 139
Fundo BPN Valorização .....	3 269	2 911
Fundo BPN Acções .....	1 701	1 106
Fundo BPN Tesouraria .....	29 572	5 802
Fundo BPN Renda Mensal .....	6 187	—
Excellence Assets Fund .....	111 233	150 818
BPN Serviços ACE .....	2 085	—
IRC a recuperar .....	60 011	3 999
Fundo de Pensões BPN .....	—	20 000
	<u>281 481</u>	<u>188 574</u>

	2003	2002
Passivos:		
Fornecedores diversos .....	149 882	303 166
Sector Público Administrativo .....	338	82 071
Cobranças por conta de terceiros .....	—	108
Sindicatos .....	11	—
SAMS .....	86	576
	150 317	385 921

## 32 — Fundos administrados pela sociedade:

	2003	2002
Valor total dos fundos administrados pela sociedade .....	292 000 647	88 634 700

## 34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

Técnicos — 1.

## 35 — Remunerações dos órgãos sociais:

Não houve remunerações ao conselho de administração e as remunerações do fiscal único ascenderam a 2155 euros. Não existem compromissos nem adiantamentos aos membros dos órgãos de administração, direcção e fiscalização.

## 36 — Prestação de serviços:

A BPN Fundos no âmbito do seu objecto social administra fundos de investimento mobiliário em representação dos respectivos participantes.

## 38 — Ventilação das demonstrações financeiras por linha de negócio e mercado geográfico:

	Banca de retalho	Gestão de activos	Reconci- liação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	33 215	—	—	33 215
Juros e custos equiparados .....	20	—	—	20
Comissões (proveito) .....	—	919 426	—	919 426
Comissões (custo) .....	514	—	—	514
Rendimento de títulos .....	—	—	—	—
Lucros em operações financeiras .....	—	—	—	—
Prejuízos em operações financeiras .....	—	—	—	—
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	—	—	—	—
Outros proveitos de exploração .....	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício .....	—	82 365	—	82 365
Crédito sobre clientes .....	—	220 769	—	220 769
Débitos para com clientes .....	—	—	—	—
Activo líquido total .....	—	1 565 171	—	1565 171
	Portugal	Resto da União Europeia	Reconci- liação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	33 215	—	—	33 215
Juros e custos equiparados .....	20	—	—	20
Comissões (proveito) .....	474 007	445 419	—	919 426
Comissões (custo) .....	514	—	—	514
Rendimento de títulos .....	—	—	—	—
Lucros em operações financeiras .....	—	—	—	—
Prejuízos em operações financeiras .....	—	—	—	—
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	—	—	—	—
Outros proveitos de exploração .....	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício .....	82 365	—	—	82 365
Crédito sobre clientes .....	109 536	111 233	—	220 769
Débitos para com clientes .....	—	—	—	—
Activo líquido total .....	1 565 171	—	—	1 565 171

## 39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

	2003	2002
<b>A) Custos:</b>		
6 — Outros custos exploração:		
Quotizações .....	6 325	6 196
11 — Perdas extraordinárias .....		
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	13 419	18
Multas e outras penalidades legais .....	—	710
Outros custos extraordinários .....	3 241	—
<b>B) Proveitos:</b>		
7 — Outros proveitos de exploração .....	—	—
9 — Ganhos extraordinários .....	53 311	—
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	42 422	—
Outros ganhos extraordinários .....	10 889	—

As variações ocorridas nas rubricas de perdas relativas a exercícios anteriores e ganhos relativos a exercícios anteriores resultam da nova contabilização do Fundo de Pensões de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

## 41 — Impostos sobre o rendimento:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de cinco anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 1998 a 2003, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e inspecção, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes dessas revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Por não ser prática corrente em Portugal, a empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporais entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística (impostos diferidos).

A carga fiscal e os impostos resumem-se como seguem:

	2003	2002	2001
Imposto sobre o rendimento (estimado) .....	(53 642)	(127 649)	(54 000)
Pagamento e entregas por conta ao ano .....	113 654	47 396	1 496
Pagamentos (reembolsos) a efectuar no ano seguinte .....	(60 012)	80 253	52 504
<b>Insuficiência da estimativa:</b>			
Recebimentos referentes ao ano anterior .....	—	—	—

A conta IRC a recuperar apresenta um saldo de 3,999 euros relativo a IRC retido na fonte no exercício de 1996, que por lapso não foi indicada na respectiva declaração de rendimentos, tendo a sociedade apresentado reclamação que aguarda deferimento.

## 42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício ascende a 53 642 euros, totalmente afecta a resultados correntes.

## 43 — Inclusão das contas da sociedade noutra instituição:

As contas da sociedade são consolidadas nas contas da empresa-mãe BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, 1050-020 Lisboa.

## 47 — Transacções e saldos com empresas subsidiárias ou relacionadas:

Nos proveitos do exercício está relevado o montante de 523 euros referente a remunerações da nossa conta de depósitos à ordem e 32 692 euros de juros de depósitos a prazo. Nos custos do exercício está relevado o montante de 737 569 euros referente a prestações de serviços de empresas do grupo. No final do exercício a sociedade mantém em aberto saldos devedores no total de 4592 euros e saldos credores no total de 142 197 euros para com várias empresas do grupo. Mantém, ainda, um saldo em depósitos à ordem no BPN no valor de 720 375 euros bem como um depósito a prazo no BPN no montante de 1 200 000 euros.

## 49 — Pensões de reforma e sobrevivência:

## a) Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Bancária para com os empregados da BPN Fundos.

Estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2003, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados — 5;

Número de reformados e pensionistas — 0.

## b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões:

O fundo é gerido pela companhia Real Vida, Seguros, S. A.

## c) Valor actual das responsabilidades:

## 1 — Reformados e pensionistas:

Não aplicável.

## 2 — Activos:

## 2.1 — Responsabilidades com reforma (invalidez e velhice):

Responsabilidades com serviços passados .....	35 853
Responsabilidades com serviços futuros .....	332 308
<b>Responsabilidades totais .....</b>	<b>368 161</b>

## 2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:

Responsabilidades com serviços passados .....	6 194
Responsabilidades com serviços futuros .....	25 481
<b>Responsabilidades totais .....</b>	<b>31 675</b>

Do valor total das responsabilidades por serviços passados no montante de 42 048 euros, 35 445 euros referem-se a responsabilidades com colaboradores transferidos para os quadros da BPN Serviços ACE, e que por via do contrato de cessão, são responsabilidades da empresa de origem.

## d) Valor do Fundo de Pensões:

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2003 é de 45 019 euros.

## e) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

Não aplicável.

## f) Activos do Fundo utilizados por sociedades em relação de grupo:

Não existe qualquer activo do Fundo utilizado pela sociedade ou por sociedades do Grupo.

## g) Reconhecimento de custos:

Relevação contabilística dos custos anuais		2003
1 — Custos com o pessoal:		
1.1 — Custo do serviço corrente .....		17 713
1.2 — Custos dos juros .....		3 045
1.3 — Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões .....		(3 052)
2 — Resultados extraordinários — perdas relativas a exercícios anteriores:		
2.1 — Custo anual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, com idade presumível de reforma .....		—
2.2 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas .....		—
3 — Resultados extraordinários — outras perdas:		
3.1 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos .....		3 241
4 — Resultados extraordinários — outros ganhos:		
4.1 — Amortização anual de receitas com proveito diferido relativas a ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos .....		(479)
5 — Reconhecimento como custos do exercício .....		20 468

## h) Contribuições entregues ao Fundo no exercício:

No exercício de 2003 não foram efectuadas quaisquer entregas ao Fundo de Pensões.

## i) Montante das pensões pagas pelo Fundo durante o exercício:

No exercício de 2003 o Fundo não efectuou qualquer pagamento de pensões.

## j) Principais pressupostos actuariais e financeiros (em percentagem):

Tábua de mortalidade .....	TV 73/77
Tábua de invalidez .....	EVK 80
Taxa de reversibilidade das pensões .....	40
Taxa de crescimento das pensões .....	1.5
Taxa de rendimento para os pensionistas .....	5.0
Taxa de rendimento para os activos .....	5.5
Taxa de crescimento salarial .....	2.5
Percentagem de empregados casados .....	70
Diferença de idades entre cônjuges (anos) .....	3
Número de prestações anuais do complemento .....	14

Na avaliação das responsabilidades com activos é utilizado o *unit credit* projectado. A idade normal de reforma é assumida como os 65 anos de idade, não sendo previstas reformas antecipadas.

## k) Movimentos verificados no exercício de 2003:

1 — No exercício a taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 6,5%;

2 — Na generalidade dos casos a evolução salarial individual correspondeu ao decorrente do crescimento da tabela salarial do ACTV e às promoções obrigatórias;

3 — Durante o exercício de 2003 não se verificou qualquer óbito nem situação de invalidez;

4 — Tratando-se de uma instituição bancária em forte expansão o *turnover* não foi assumido em termos estatísticos;

5 — Com a transferência de dois empregados para outra instituição bancária do Grupo foi feita a portabilidade do valor das correspondentes Responsabilidades por serviços passados no montante de 14 076 euros, não tendo sido efectuada qualquer contribuição para o Fundo pela BPN Fundos.

6 — O valor dos ganhos actuariais, foi estimado em 16 943 euros.

## l) Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do *unit credit* projectado.

## m) Contratos de seguro:

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal.

## 50 — Participações financeiras:

Em 2002, a BPN Fundos subscreveu uma participação de 700 euros correspondente a 0,7% do capital social da BPN Serviços, ACE.

Atendendo ao carácter muito específico desta participação, em 31 de Dezembro de 2003 estava registada a custo de aquisição e não havia mais e menos-valias latentes nem necessidade de constituir qualquer provisão.

## 51 — Outras informações:

Conforme determinado pela instrução n.º 22/2001 do Banco de Portugal, cumpre-nos informar que a BPN Fundos, não efectuou operações sobre instrumentos financeiros derivados na sua actividade no ano de 2003.

## Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

	Quan- tidade (percen- tagem)	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Imobilizações financeiras:					
Participações:					
Em instituições de crédito no País .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro .....	—	—	—	—	—

	Quan- tidade (percen- tagem)	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Partes de capital em empresas coligadas:					
Em instituições de crédito no País .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Outras imobilizações financeiras:					
BPN Serviços, ACE .....	0,70	—	700,00	—	700,00
<i>Total</i> .....	—	—	700,00	—	700,00

(Assinaturas ilegíveis.)

2004023759

**BPN — GESTÃO DE ACTIVOS, S. A.****Relatório n.º 1-AM/2007**

Sede: Rua Álvares Cabral, 108, 4.º, 4050-040 Porto.  
 Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 46 820/900809; identificação de pessoa colectiva n.º 502397586; número e data da apresentação: PC-796/25 de Junho de 2004.

Certifico que foram depositados, na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas referentes ao ano de 2003, da sociedade em epígrafe.

Mais certifico que são do seguinte teor o balanço, demonstração dos resultados e anexo ao balanço e demonstração dos resultados (segue em anexo).

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 13 de Setembro de 2004. — A Ajudante/Escriturária Superior, (Assinatura ilegível.)

**Relatório e contas de 2003****Balanço em 31 de Dezembro de 2003**

## ACTIVO

	2003		2002	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	107,14	—	107,14	98,55
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	798 199,46	—	798 199,46	244 409,45
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	—	—	—	—
4 — Créditos sobre clientes .....	—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	100 342,77	—	100 342,77	93 563,89
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos .....	100 342,77	—	100 342,77	93 563,89
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores .....	—	—	—	—
(Dos quais obrigações próprias) .....	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....	—	—	—	—
7 — Participações .....	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas .....	154 586,75	135 663,71	18 933,04	43 452,90
10 — Imobilizações corpóreas .....	676 320,10	440 245,73	236 074,37	299 403,87
(Dos quais: imóveis de serviço próprio) .....	(109 735,54)	(45 723,15)	(64 012,39)	(74 985,94)
11 — Capital subscrito não realizado .....	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprios .....	—	—	—	—
13 — Outros activos .....	1 113 232,80	—	1 113 232,80	423 506,11
14 — Contas de regularização .....	65 489,19	—	66 489,19	5 486,33
15 — Prejuízo do exercício .....	—	—	—	—
<i>Total do activo</i> .....	2 908 283,21	575 909,44	2 332 378,77	1 109 921,10

## PASSIVO

	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito .....	—	—
a) À vista .....	—	—
b) A Prazo ou com pré-aviso .....	—	—

	(Em euros)	
	2003	2002
2 — Débitos para com clientes .....	—	—
a) Depósitos de poupança .....	—	—
b) Outros débitos .....	—	—
ba) À vista .....	—	—
bb) A prazo .....	—	—
3 — Débitos representados por títulos .....	—	—
a) Obrigações em circulação .....	—	—
b) Outros .....	—	—
4 — Outros passivos .....	636 527,47	148 771,79
5 — Contas de regularização .....	75 667,99	79 028,18
6 — Provisões para riscos e encargos .....	10 699,98	3 568,78
a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
b) Outras provisões .....	10 699,98	3 668,78
6-A — Fundo para riscos bancários gerais .....	—	—
8 — Passivos subordinados .....	—	—
9 — Capital subscrito .....	250 000,00	250 000,00
10 — Prémios de emissão .....	—	—
11 — Reservas .....	628 552,35	536 086,40
12 — Reservas de reavaliação .....	—	—
13 — Resultados transitados .....	—	—
14 — Lucro do exercício .....	730 930,98	92 465,95
<i>Total do passivo</i> .....	<u>2 332 378,77</u>	<u>1 109 921,10</u>

#### Rubricas extrapatrimoniais

	2003
1 — Passivos eventuais .....	—
Dos quais:	
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados .....	—
Cauções e activos dados em garantia .....	—
2 — Compromissos .....	183 650,84
Dos quais:	
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	—

(Assinaturas ilegíveis.)

### Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

#### DÉBITO

	(Em euros)	
	2003	2002
<b>A) Custos</b>		
1 — Juros e custos equiparados .....	—	—
2 — Comissões .....	24 634,45	12 828,17
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	1 335,73	—
4 — Gastos gerais administrativos .....	1 083 196,19	964 835,12
a) Custos com o pessoal .....	309 834,30	644 385,81
Dos quais:		
(— salários e vencimentos) .....	(212 115,14)	(523 297,52)
(— encargos sociais) .....	(97 719,16)	(121 088,29)
Dos quais:		
(— com pensões) .....	(56 204,00)	(27 615,02)
b) Outros gastos administrativos .....	773 361,89	320 449,31

(Em euros)

	2003	2002
5 — Amortizações do exercício .....	87 849,36	93 365,87
6 — Outros custos de exploração .....	6 700,00	6 521,09
7 — Provisões para crédito cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	10 799,06	3 549,75
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	—	—
10 — Resultado da actividade corrente .....	(737 243,76)	(102 966,75)
11 — Perdas extraordinárias .....	121 553,67	29 607,87
13 — Impostos sobre os lucros .....	348 566,05	6 474,43
14 — Outros impostos .....	1 797,43	668,49
15 — Lucro do exercício .....	730 930,98	92 465,95
<i>Total</i> .....	<i>2 417 422,92</i>	<i>1 210 316,74</i>

## CRÉDITO

	2003	2002
<b>B) Proveitos</b>		
1 — Juros e proveitos equiparados .....	16 802,32	12 475,39
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo) .....	(11 022,40)	(4 305,35)
2 — Rendimentos de títulos .....	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável .....	—	—
b) Rendimento de participações .....	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
3 — Comissões (e serviços prestados) .....	2 229 524,62	1 174 726,04
4 — Lucros em operações financeiras .....	2 758,61	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	3 667,88	3 339,75
6 — Reposições e anulações respeitantes a mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
7 — Outros proveitos de exploração .....	47 631,19	—
8 — Resultado da actividade corrente .....	—	—
9 — Ganhos extraordinários .....	117 038,32	19 775,56
11 — Prejuízo do exercício .....	—	—
<i>Total</i> .....	<i>2 417 422,92</i>	<i>1 210 316,74</i>

(Assinaturas ilegíveis.)

## Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
B) Títulos — investimento .....	—	—	—	—	—
De rendimento fixo — de emissores públicos .....	—	—	—	—	—
De dívida pública portuguesa .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos .....	—	—	—	—	—
PGB 4,375 — 08/2007 .....	95 000	0,01	105,62%	105,29%	100 342,77
De outros emissores públicos nacionais .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos .....	—	—	—	—	—
De emissores públicos estrangeiros .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos .....	—	—	—	—	—
De rendimento fixo — de outros emissores .....	—	—	—	—	—
Emitidos por residentes .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos .....	—	—	—	—	—

(Em euros)

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Emitidos por não residentes .....	—	—	—	—	—
Por organismos financeiros internacionais .....	—	—	—	—	—
Por outros não residentes .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos .....	—	—	—	—	—
Valores de rendimento variável .....	—	—	—	—	—
Emitidos por residentes .....	—	—	—	—	—
Acções .....	—	—	—	—	—
Quotas .....	—	—	—	—	—
Títulos de participação .....	—	—	—	—	—
Unidades de participação .....	—	—	—	—	—
Outros valores .....	—	—	—	—	—
Emitidos por não residentes .....	—	—	—	—	—
Acções .....	—	—	—	—	—
Quotas .....	—	—	—	—	—
Títulos de participação .....	—	—	—	—	—
Unidades de participação .....	—	—	—	—	—
Outros valores .....	—	—	—	—	—
Títulos próprios .....	—	—	—	—	—
De rendimento fixo .....	—	—	—	—	—
A curto prazo .....	—	—	—	—	—
A médio e longo prazos .....	—	—	—	—	—
De rendimento variável .....	—	—	—	—	—
Acções .....	—	—	—	—	—
Títulos de participação .....	—	—	—	—	—
Outros títulos .....	—	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras .....	—	—	—	—	—
Participações .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no País .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas coligadas .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no País .....	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País .....	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro .....	—	—	—	—	—
Outras imobilizações financeiras .....	—	—	—	—	—
BPN Serviços, ACE .....	2,60%	—	2 600,00	—	2 600,00
Total .....	95 000	—	—	—	102 942,77

(Assinaturas ilegíveis.)

**Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 2003**

(Em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos			Amorti- zações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amorti- zações acumuladas	Aqui- sições	Reava- liações (líquido)	Transfe- rências				
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento ...	9 784,42	9 784,42	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais .....	4 812,80	4 812,80	—	—	—	—	—	—	—

(Em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos			Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava- liações (líquido)	Transfe- rências				
Despesas de investigação e de- senvolvimento .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratamento auto- mático de dados ( <i>software</i> )	139 999,53	96 546,63	—	—	—	24 519,86	—	—	18 933,04
Despesas em edifícios arrenda- dos .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Imobilizações corpóreas:</b>									
Imóveis de serviço próprio ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros imóveis .....	109 735,54	34 749,60	—	—	—	10 973,55	—	—	64 012,39
Equipamento .....	536 502,06	331 637,75	—	—	—	49 347,70	—	—	155 516,61
Património artístico .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	30 082,50	10 528,88	—	—	—	3 008,25	—	—	16 545,37
Imobilizado em locação finan- ceira .....	—	13 537,13	—	—	—	—	—	—	—
<b>Imobilizações em curso:</b>									
Imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Totais .....</b>	<b>830 916,85</b>	<b>501 597,21</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>87 843,36</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>255 007,41</b>

(Assinaturas ilegíveis.)

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em euros)

#### Introdução:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 12 de Julho de 1990, e tem por objecto o exercício da actividade de administração de valores mobiliários e imobiliários e a cotação, por conta alheia de valores mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas omitidas ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

#### 3 — Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) *Geral.* — As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário, com base na convenção dos custos históricos e da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas máximas fiscalmente permitidas, de forma a amortizar os imobilizados durante a sua vida útil esperada.

c) *Títulos de investimento.* — Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja detenção assume um carácter duradouro (ou adquiridos há mais de seis meses), e que não sejam considerados como imobilizações financeiras.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizado nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de

reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada, de modo escalonado, pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, é provisionada por contrapartida de resultados.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é relevado nas respectivas contas de regularização do passivo. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos.

d) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — São calculadas com base nas instruções do banco de Portugal, são apresentadas no passivo e correspondem a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido.

e) *Pensões de reforma.* — No âmbito dos acordos de adesão celebrados entre a sociedade e as estruturas sindicais, existe a responsabilidade com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e invalidez. Esta responsabilidade está coberta através do Fundo de Pensões BPM, e está contabilizada de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

#### 9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Depósitos à ordem — BPN ..... 798 199

#### 10 — Composição da carteira de títulos:

O inventário da carteira de títulos da sociedade consta do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

#### 11 — Movimento do activo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício no activo imobilizado constam do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

## 16 — Despesas de instalação:

O conteúdo das despesas de instalação é composto essencialmente pelas despesas notariais e da Conservatória do Registo Comercial para a constituição da empresa, assim como a sua publicação oficial.

## 23 — Compromissos assumidos:

Garantias bancárias ..... 121 481

## 24 — Provisões:

Provisões para outros riscos e encargos ..... 10 700

## 25 — Distinção entre títulos de negociação e de investimento:

O critério na classificação entre os títulos de negociação e os títulos de investimento e imobilizações financeiras assenta na intenção da aquisição dos títulos e a previsão da sua permanência no activo da instituição. Não existiam à data do encerramento do exercício saídos na conta de títulos a vencimento.

Os títulos adquiridos cuja finalidade é a revenda a curto prazo são relevados na conta de títulos — negociação, permanecendo nessa rubrica por um período máximo de oito meses, após a aquisição. Se a aquisição é

efectuada com o intuito de os títulos ficarem no activo por um período superior a seis meses, então são relevados na conta de títulos — investimento.

Se a compra efectuada for de títulos de rendimento variável e tiver um carácter duradouro e de imobilização, sem haver uma intenção definida para a venda dos mesmos, essa compra é registada na conta de imobilizações financeiras.

## 27 — Contas de regularização:

## Activas:

Ganhos e perdas actuariais ..... 31 131  
 Proveitos a receber ..... 1 898  
 Despesas com custo diferido ..... 32 660  
65 489

## Passivas:

Receitas com proveito diferido ..... 44 271  
 Custos a pagar ..... 31 396  
75 667

## 29 — Movimento dos capitais próprios:

	1 de Janeiro de 2003	Aumentos	Reduções	31 de Dezembro de 2003
Capital .....	250 000	—	—	250 000
Reservas legais .....	180 648	9 247	—	189 895
Outras reservas .....	355 438	83 219	—	438 657
Resultados líquidos .....	92 466	730 931	(92 466)	730 931
	<u>878 552</u>	<u>823 397</u>	<u>(92 466)</u>	<u>1 609 483</u>

De acordo com a respectiva legislação, a reserva legal tem que ser reforçada com uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até ao limite do capital social.

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 50 000 acções de 5 euros cada e pertence à BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.<sup>da</sup>

## 31 — Outros activos e passivos:

## Activos:

Outras imobilizações financeiras — BPN Serviços,  
 AGE ..... 2 600  
 IRC a recuperar — 2002 ..... 40 635  
 Devedores diversos ..... 1 069 998  
1 113 233

## Passivos:

Fornecedores diversos ..... 45 350  
 Sector público administrativo ..... 526 497  
 Sindicatos ..... 128  
 Fundo privativo de assistência ..... 33  
 SAMS ..... 879  
 Fundo de pensões ..... 63 640  
636 527

## 32 — Fundos administrados pela sociedade:

Em nome próprio mas por conta de outrem ..... 167 718 998  
 Por procuração ..... 217 703 365  
Total ..... 385 422 363

## 34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

Administradores — 1.  
 Técnicos — 6.

## 35 — Remunerações dos órgãos sociais:

As remunerações ao conselho de administração, durante o exercício de 2003, ascenderam a 52 691 euros e ao fiscal único a 2155 euros. Não existem compromissos e adiantamentos aos membros dos órgãos de administração, direcção e fiscalização.

## 36 — Prestação de serviços:

Dada a especificidade da actividade da instituição, a mesma presta serviços de gestão e representação a terceiros.

38 — Ventilação das demonstrações financeiras por unha de negócio e mercado geográfico:

	Banca de retalho	Gestão de activos	Reconci- liação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	11 022	—	—	11 022
Juros e custos equiparados .....	—	—	—	—
Comissões (proveito) .....	—	2 229 525	—	2 229 525
Comissões (custo) .....	24 629	—	—	24 629
Rendimento de títulos .....	5 779	—	—	5 779
Lucros em operações financeiras .....	2 759	—	—	2 759
Prejuízos em operações financeiras .....	1 336	—	—	1 336
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	—	10 799	—	10 799

	Banca de retalho	Gestão de activos	Reconci- liação	Total
Outros proveitos de exploração .....	—	47 631	—	47 631
Resultado líquido do exercício .....	—	730 931	—	730 931
Crédito sobre clientes .....	—	1 038 903	—	1 038 903
Débitos para com clientes .....	—	—	—	—
Activo líquido total .....	—	2 332 379	—	2 332 379

	Portugal	Reconci- liação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	11 022	—	11 022
Juros e custos equiparados .....	—	—	—
Comissões (proveito) .....	2 229 525	—	2 229 525
Comissões (custo) .....	24 629	—	24 629
Rendimento de títulos .....	5 779	—	5 779
Lucros em operações financeiras .....	2 759	—	2 759
Prejuízos em operações financeiras .....	1 336	—	1 336
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	10 799	—	10 799
Outros proveitos de exploração .....	47 631	—	47 631
Resultado líquido do exercício .....	730 931	—	730 931
Crédito sobre clientes .....	1 038 903	—	1 038 903
Débitos para com clientes .....	—	—	—
Activo líquido total .....	2 332 379	—	2 332 379

## 39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

## A) Custos:

8 — Outros custos exploração .....	6 700
Quotizações .....	—
Outros .....	—
11 — Perdas extraordinárias .....	121 553
Multas e penalidades .....	220
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	108 031
Outros custos extraordinários .....	13 302

## B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração .....	47 631
Outros .....	47 631
9 — Ganhos extraordinários .....	117 038
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	994
Outros ganhos extraordinários .....	116 044

## 41 — Impostos sobre o rendimento:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de cinco anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2000 a 2003, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e inspecção, embora a empresa considere que eventuais correcções resultantes dessas revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Por não ser prática corrente em Portugal, a empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporais entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística (impostos diferidos).

A carga fiscal e os impostos resumem-se como seguem:

	2003	2002	2001
Imposto sobre o rendimento (estimado) .....	(348 566,05)	(6 474,43)	64 851,21
Pagamento e entregas por conta ao ano .....	17 164,48	56 757,55	118 269,51
Pagamentos (reembolsos) a efectuar no ano seguinte .....	331 401,57	(50 283,12)	(53 418,30)
Insuficiência da estimativa:			
Recebimentos referentes ao ano anterior .....	—	53 418,30	—

## 42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício ascende a 348 566,05 euros, e refere-se na totalidade a resultados operacionais.

## 43 — Inclusão das contas da sociedade noutra instituição:

As contas da sociedade são consolidadas nas contas da empresa-mãe BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.ª, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, 1050-020 Lisboa.

## 47 — Transacções e saldos com empresas subsidiárias ou relacionadas:

Nos proveitos do exercício está relevado o montante de 1 651 694,34 euros provenientes da prestação de serviços na área de gestão de carteiras de empresas do grupo, assim como o montante de 11 022,40 euros referente a remunerações da nossa conta de depósitos à ordem. Nos custos do exercício está relevado o montante de 517 570,60 euros referente a prestações de serviços de empresas do grupo. No final do exercício a sociedade mantém em aberto saldos devedores no total de 882 788,70 euros e saldos credores no total de 35 256,27 euros para com várias empresas do grupo. Mantém, ainda, um saldo em depósitos à ordem no BPN no valor de 798 199,46 euros.

## 49 — Pensões de reforma e sobrevivência:

## a) Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Bancária para com os empregados da BPN Gestão de Activos, S. A.

Estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2003, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados — 18.

Número de reformados e pensionistas — 0.

## b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões:

O fundo é gerido pela companhia Real Vida, Seguros, S. A.

## c) Valor actual das responsabilidades:

1 — Reformados e pensionista:

Não aplicável.

## 2 — Activos:

## 2.1 — Responsabilidades com reforma (invalidez e velhice):

Responsabilidades com serviços passados .....	259 963
Responsabilidades com serviços futuros .....	1 434 029
Responsabilidades totais .....	<u>1 693 992</u>

## 2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:

Responsabilidades com serviços passados .....	45 874
Responsabilidades com serviços futuros .....	111 486
Responsabilidades totais .....	<u>157 360</u>

Do valor total das responsabilidades por serviços passados no montante de 305 837 euros, 172 465 euros referem-se a responsabilidades com colaboradores transferidos para os quadros da BPN Serviços, ACE, e que por via do contrato de cessão, são responsabilidades da empresa de origem.

## d) Valor do Fundo de Pensões:

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2003 é de 311 308 euros.

e) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

Não aplicável.

## f) Activos do Fundo utilizados por sociedades em relação de grupo:

Não existe qualquer activo do Fundo utilizado pela sociedade ou por sociedades do Grupo.

## g) Reconhecimento de custos:

Revelação contabilística dos custos anuais

2003

## 1 — Custos com o pessoal:

1.1 — Custo do serviço corrente .....	58 199
1.2 — Custos dos juros .....	12 790
1.3 — Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões .....	(14 785)

## 2 — Resultados extraordinários — perdas relativas a exercícios anteriores:

2.1 — Custo anual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, com idade presumível de reforma .....	—
2.2 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas .....	—

## 3 — Resultados extraordinários — outras perdas:

3.1 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos .....	4 715
--	-------

## 4 — Resultados extraordinários — outros ganhos:

4.1 — Amortização anual de receitas com proveito diferido relativas a ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos .....	(3 120)
--	---------

5 — Reconhecimento como custos do exercício .....	57 799
---	--------

## h) Contribuições entregues ao Fundo no exercício:

No exercício de 2003 foram efectuadas entregas no montante de 25 000 euros ao Fundo de Pensões.

## i) Montante das pensões pagas pelo Fundo durante o exercício:

No exercício de 2003 o Fundo não efectuou qualquer pagamento de pensões.

## j) Principais pressupostos actuariais e financeiros (em percentagem):

Tábua de mortalidade .....	TV 73/77
Tábua de invalidez .....	EVK 80
Taxa de reversibilidade das pensões .....	40
Taxa de crescimento das pensões .....	1,5
Taxa de rendimento para os pensionistas .....	5,0
Taxa de rendimento para os activos .....	5,5

Taxa de crescimento salarial .....	2,5
Percentagem de empregados casados .....	70
Diferença de idades entre cônjuges (anos) .....	3
Número de prestações anuais do complemento .....	14

Na avaliação das responsabilidades com activos é utilizado o *unit credit* projectado. A idade normal de reforma é assumida como os 65 anos de idade, não sendo previstas reformas antecipadas.

k) Movimentos verificados no exercício de 2003.

1 — No exercício a taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 6,5%;

2 — Na generalidade dos casos a evolução salarial individual correspondeu ao decorrente do crescimento da tabela salarial do ACTV e às promoções obrigatórias;

3 — Durante o exercício de 2003 não se verificou qualquer óbito nem situação de invalidez;

4 — Tratando-se de uma instituição bancária em forte expansão o *turnover* não foi assumido em termos estatísticos;

5 — O valor das perdas actuariais foi estimado em 17.089 euros.

l) Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do *unit credit* projectado.

m) Contratos de seguro:

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal

50 — Participações financeiras:

Em 2002, a BPN Gestão de Activos subscreveu uma participação de 2600 euros correspondente a 2,6% do capital social da BPN Serviços, ACE.

Atendendo ao carácter muito específico desta participação, em 31 de Dezembro de 2003 estava registada a custo de aquisição e não havia mais e menos-valias latentes nem necessidade de constituir qualquer provisão.

51 — Outras informações relevantes:

Durante o exercício de 2002 foi a empresa notificada pela administração fiscal para proceder a liquidações adicionais de IRC e de IVA relativamente aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 no montante total de 385 302,72 euros.

Depois de aconselhada por fiscalistas de renome, o conselho de administração entendeu deduzir reclamação graciosa das referidas liquidações adicionais, a qual foi indeferida em Setembro de 2003. O conselho de administração decidiu interpor recurso hierárquico dessa decisão da qual aguarda um desfecho favorável, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2003.

Entretanto a administração fiscal cativou o valor do IRC a recuperar do exercício de 2002 no montante de 40 634,74 euros.

(Assinaturas ilegíveis.)

2004023775

**CREDIPLUS — COMPANHIA PORTUGUESA  
DE CARTÕES DE CRÉDITO PARA A DISTRIBUIÇÃO, S. A.**

**Relatório n.º 1-AN/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 10 975 (Oeiras); identificação de pessoa colectiva n.º 503207250.

António Joaquim Solano Pires, escriturário superior da Conservatória do Registo Comercial de Cascais:

Certifica que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 2001.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 10 de Julho de 2004. — O Escriturário Superior, António Joaquim Solano Pires.

**Relatório e contas de 2001**

**Accionistas**

Accionista	Percentagem
Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A. ....	49
Banque Accord .....	51

**Órgãos sociais**

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Thierry Berge.

1.º secretário: Jorge Manuel Gomes Fernandes do Carmo.

2.º secretário: Dominique Perego.

Conselho de administração:

Presidente: Damien Guermontprez.

Vogais:

Ulisses Carneiro.

Debbie Allmey.

Philippe Poveda.

Thierry Dinard.

Jean Pierre Viboud.

Eduardo Igrejas.

Fiscal único:

Efectivo: Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por António Henriques Assis.

Suplente: António da Trindade Nunes.

Direcção:

À data de 31 de Dezembro de 2001 a estrutura da Crediplus é a seguinte:

Director-geral: Franck Duprez.

Direcção comercial: Carlos Azevedo.

Direcção operações/serv. clientes: Rosa Andrade.

Direcção contencioso: Leonor Santos.

Direcção de controlo de crédito: Jorge Cerqueira.

Por outro lado a Credifin, S. A., assume os demais serviços dentro dos seguintes domínios:

Sistemas de informação.

Administrativo e financeiro.

Secretariado geral.

Recursos humanos.

Risco.

Auditor:

Auditor independente: PricewaterhouseCoopers, Auditores e Consultores, L.<sup>da</sup>

**Mensagem do presidente**

A Crediplus conheceu em 2000 uma evolução importante pela tomada de participação do Banque Accord de 51%. Esta aquisição inscreve-se num plano de desenvolvimento internacional ambicioso da nossa sociedade.

Como director-geral do Banque Accord, estou particularmente atento à actividade e resultados da nossa filial Crediplus, que é a primeira aquisição no estrangeiro.

A boa cooperação entre as equipas de gestão da Auchan e da Crediplus permitiu numerosos sucessos em 2001:

Uma forte recuperação comercial, nomeadamente mais 36 000 novos clientes correspondendo a um crescimento relativamente a 2000 de cerca de mais 300%;

Um crescimento da produção de 18%;

Uma gestão correcta do crédito vencido e dos custos de estrutura; Numerosas acções comerciais organizadas para os hipermercados Jumbo e Pão de Açúcar, ligadas ao seu cartão privativo.

Todos estes pontos permitiram à Crediplus ultrapassar o resultado líquido previsional que foi de 1 908 000 euros em 2001, em comparação com 220 000 euros em 2000.

Em 2002, a Crediplus deve continuar o seu desenvolvimento e reforçar a presença do cartão com o seu parceiro principal Auchan. O melhoramento das condições cliente que se traduzem numa baixa das condições financeiras, no início de 2002, é igualmente um eixo estratégico. Novos serviços e o lançamento de novas parcerias estão previstos para 2002.

Com os homens e as mulheres que compõem a Crediplus continuaremos a favorecer as vendas do nosso parceiro principal Auchan e o lançamento de novas parcerias. Devemos, também, ajudá-los a melhor conhecerem os seus clientes.

Tenho, portanto, confiança no futuro da Crediplus.

O nosso parceiro Cofinoga Portugal, accionista com 49% do capital, assegura a gestão *back office* do cartão. Eles permitiram-nos ultrapassar com sucesso a problemática do euro.

Agradeço a Jean-Louis Camblin por todas as acções passadas e às suas equipas pela qualidade da prestação efectuada pela Cofinoga.

*Damien Guermontprez*, presidente.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Para efeitos e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, e na ausência de qualquer comunicação feita nos termos do n.º 7 do mesmo artigo por qualquer dos membros do conselho de administração e fiscal único, não é do conhecimento do conselho de administração que, durante o exercício de 2001, qualquer membro do referido conselho de administração e fiscal único tenha efectuado qualquer transacção — de aquisição, oneração ou cessação — de acções da sociedade, pelo que, à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, nenhum membro dos citados órgãos é titular de qualquer acção da sociedade.

2 — Para efeitos e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2001, é a seguinte a posição accionista:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:

Titulares da referida fracção:

Banque Accord — 51%.

O Conselho de Administração: *Damien Guermontprez*, presidente — *Ulisses Carneiro*, vogal — *Debbie Allmey*, vogal — *Philippe Poveda*, vogal — *Thierry Dinard*, vogal — *Jean Pierre Viboud*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

## Balanço em 31 de Dezembro de 2001

### ACTIVO

	2001			2000
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
1 — Caixa e disponibilidades em banco centrais .....	119	—	119	120
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	865 426	—	865 426	863 469
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	—	—	—	—
4 — Crédito sobre clientes .....	67 455 030	6 659 865	60 795 165	51 803 284
7 — Participações .....	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas .....	133 530	128 412	5 118	3 227
10 — Imobilizações corpóreas .....	228 662	135 823	92 839	90 587
(Das quais: imóveis de serviço próprio .....	—	—	—	—
13 — Outros activos .....	249 106	—	249 106	838 514
15 — Contas de regularização .....	2 725 447	—	2 725 447	2 051 794
<i>Total do activo</i> .....	<i>71 657 320</i>	<i>6 924 100</i>	<i>64 733 220</i>	<i>55 650 995</i>

### PASSIVO

	2001	2000
	1 — Débitos para com instituições de crédito .....	—
a) A prazo .....	52 672 660	47 678 081
2 — Débitos para com clientes .....	—	—
a) Outros débitos .....	—	—
3 — Débitos representados por títulos .....	—	—
a) Obrigações em circulação .....	—	—
4 — Outros passivos .....	2 690 129	1 018 116
5 — Contas de regularização .....	1 812 141	1 364 841
6 — Provisões para riscos e encargos .....	—	—
a) Outras provisões .....	904 027	844 155
8 — Passivos subordinados .....	—	—
9 — Capital subscrito .....	3 250 000	3 242 186
11 — Reservas .....	1 495 802	1 283 676
14 — Lucro do exercício .....	1 908 461	219 940
<i>Total do passivo e capital próprio</i> .....	<i>64 733 220</i>	<i>55 650 995</i>

## Rubricas extrapatrimoniais

(Em euros)

	2001	2000
2 — Compromissos:		
Compromissos revogáveis .....	172 167	142 899
3 — Outras contas extrapatrimoniais:		
Juros vencidos .....	6 009	4 030
Swaps de taxa de juro .....	29 000	39 000

O Conselho de Administração: *Damien Guermontprez*, presidente — *Ulisses Carneiro*, vogal — *Debbie Allmey*, vogal — *Philippe Poveda*, vogal — *Thierry Dinard*, vogal — *Jean Pierre Viboud*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2001

## CUSTOS

(Em euros)

	2001	2000
1 — Juros e custos equiparados .....	2 090 526	1 731 437
2 — Comissões .....	418 922	300 755
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	194 388	29 000
4 — Gastos gerais administrativos .....	5 730 595	5 955 018
a) Custos com o pessoal .....	1 130 840	1 534 547
Dos quais:		
(— Salários e vencimentos) .....	(952 391)	(1 219 905)
(— Encargos sociais) .....	(171 086)	(256 771)
b) Outros gastos administrativos .....	4 599 755	4 420 472
5 — Amortizações e reintegrações do exercício .....	42 091	266 044
6 — Outros custos de exploração .....	18 198	3 701
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos .....	2 259 209	3 779 127
10 — Resultado da actividade corrente .....	(3 877 090)	(1 093 505)
11 — Perdas extraordinárias .....	792 623	857 119
13 — Impostos sobre lucros .....	1 492 446	171 901
14 — Outros impostos .....	154 166	207 071
15 — Lucro do exercício .....	1 908 461	219 940
<i>Total</i> .....	15 101 625	13 521 114

## PROVEITOS

	2001	2000
1 — Juros e proveitos equiparados .....	9 359 631	7 949 562
3 — Comissões .....	3 934 441	2 587 449
4 — Lucros em operações financeiras .....	6 395	78 072
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valores relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	958 389	2 066 295
7 — Outros proveitos do exercício .....	526 329	684 281
9 — Ganhos extraordinários .....	316 440	155 455
<i>Total</i> .....	15 101 625	13 521 114

O Conselho de Administração: *Damien Guermontprez*, presidente — *Ulisses Carneiro*, vogal — *Debbie Allmey*, vogal — *Philippe Poveda*, vogal — *Thierry Dinard*, vogal — *Jean Pierre Viboud*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2001

(Valores expressos em milhares de euros)

## Introdução:

A Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A. (adiante designada por sociedade), é uma sociedade cuja actividade está regulada pelo Decreto-Lei n.º 206/95, de 14 de Agosto, tendo sido constituída em 2 de Maio de 1994.

A sociedade tem a sua sede social em Oeiras.

A actividade da sociedade consiste na emissão e gestão de cartões de crédito e de outros cartões de pagamento, incluindo a prestação de serviços conexos. Esta actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário. Os números omissos referem-se a notas não aplicáveis ou não relevantes para a apresentação das demonstrações financeiras.

## 1 — Valores comparativos:

No decorrer do exercício de 2000, a sociedade foi submetida a uma operação de cisão-fusão caracterizada pelo destaque do seu património

nio não afecto à actividade de emissão e gestão dos cartões de crédito relacionados com o grupo Auchan e conseqüente incorporação do mesmo na Credifin — Banco de Crédito ao Consumo, S. A. (Credifin). Do ponto de vista contabilístico, a referida cisão-fusão produziu efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2000, ou seja, todas as operações da Crediplus relacionadas com os activos destacados foram consideradas,

a partir daquela data, como efectuadas por conta da Credifin — Banco de Crédito ao Consumo, S. A. Nas circunstâncias, os valores constantes da demonstração de resultados não são de todo comparáveis com os do exercício anterior.

## 11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

	Valor bruto em 31 de Dezembro de 2000	Aqui- sições	Saldo bruto em 31 de Dezembro de 2001	Amorti- zações acumu- ladas em 31 de Dezembro de 2000	Amor- tizações acumu- ladas	Regula- rizações	Amorti- zações acumu- ladas em 31 de Dezembro de 2001	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2001
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>								
Despesas de estabelecimento .....	19	—	19	(19)	—	—	(19)	—
Custos plurienais .....	77	—	77	(77)	—	—	(77)	—
Despesas de investigação .....	30	—	30	(30)	—	—	(30)	—
Sistema tratamento de dados .....	4	4	8	(1)	(2)	—	(3)	5
	<u>130</u>	<u>4</u>	<u>134</u>	<u>(127)</u>	<u>(2)</u>	<u>—</u>	<u>(129)</u>	<u>5</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>								
Obras em imóveis .....	7	—	7	—	(1)	—	(1)	6
Equipamento .....	179	42	221	(95)	(39)	—	(134)	87
	<u>186</u>	<u>42</u>	<u>228</u>	<u>(95)</u>	<u>(40)</u>	<u>—</u>	<u>(135)</u>	<u>93</u>

## 14 — Crédito sobre clientes:

Os créditos sobre clientes e respectivas provisões decompõem-se como segue:

	2001	2000
Crédito interno .....	59 813	50 729
Crédito e juros vencidos .....	7 642	6 493
	<u>67 455</u>	<u>5 722</u>
Provisão para crédito vencido (v. nota n.º 25) .....	(6 660)	(5 419)
	<u>60 795</u>	<u>51 803</u>

Os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até três meses .....	32 556	27 231
De três meses a um ano .....	17 710	14 746
De um ano a cinco anos .....	17 189	15 245
	<u>67 455</u>	<u>57 222</u>

## 18 — Débitos para com instituições de crédito:

Os débitos para com instituições de crédito têm a seguinte decomposição:

	2001	2000
<b>Empréstimos em conta corrente:</b>		
Em instituições de crédito nacionais .....	35 181	46 388
Em instituições de crédito estrangeiro .....	15 000	—
Descobertos em depósitos à ordem .....	2 492	1 290
	<u>52 673</u>	<u>47 678</u>

O refinanciamento da empresa é efectuado maioritariamente junto do mercado nacional.

Os débitos para com instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até três meses .....	52 673	47 678

## 23 — Montante dos compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2001, a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas cujo beneficiário é o Fundo VIP, senhorio das instalações ocupadas pela Crediplus como arrendatária, no montante de 84 000 euros. Estas garantias foram prestadas pelo Banco Português de Investimento, e terão a duração dos contratos de arrendamento, sendo renovadas anualmente.

## 25 — Movimentos em provisões:

O movimento ocorrido nas contas de provisões da sociedade durante o exercício de 2001 descreve-se como segue:

	31 de Dezembro de 2000	Reforços	Reposição/ anulações	31 de Dezembro de 2001
Provisões apresentadas no activo:				
Provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa .....	5 419	2 024	(783)	6 660
Provisões apresentadas no passivo:				
Provisões para riscos gerais de crédito .....	761	233	(106)	888
Provisões para riscos bancários gerais .....	83	2	(69)	16
	844	235	(175)	904
<i>Total</i> .....	6 263	2 259	(958)	7 564

O valor das provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito existentes na sociedade em 31 de Dezembro de 2001 respeitam as exigências prudenciais mínimas estabelecidas nas normas do Banco de Portugal, fixadas pelo aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro:

	Classe de risco					Total
	I (até três meses)	II (de três meses a seis meses)	III (de seis meses a um ano)	IV (de um ano a dois anos)	V (mais de dois anos)	
Crédito e juros vencidos:						
Sem garantia .....	367	206	1 136	3 395	2 538	7 642
Provisão específica constituída:						
Para crédito vencido:						
Sem garantia .....	6	52	568	3 395	2 538	6 558
Para cobrança duvidosa .....	2	36	46	18	—	102
	8	88	614	3 413	2 538	6 660

A administração considera que a aplicação das normas estabelecidas pelo aviso do Banco de Portugal n.º 2/99, de 15 de Janeiro, reflecte, de uma forma suficientemente conservadora, os riscos de realização da carteira de crédito da sociedade à data do balanço.

tivos a comissões a receber da Credifin, pela intermediação da actividade de *revolving* desenvolvida por aquela sociedade.

## 27 — Contas de regularização:

As contas de regularização do activo e do passivo são analisadas como segue:

	2001	2000
Contas de regularização do activo:		
Proveitos a receber:		
Juros de crédito concedido .....	720	612
Outros .....	1 567	243
	2 287	855
Outras contas de regularização:		
Despesas com custo diferido .....	69	5
Outros .....	369	1 192
	438	1 197
	2 725	2 052

## Contas de regularização do passivo

## Custos a pagar:

	2001	2000
Juros de empréstimos obtidos .....	176	304
Custos de exploração .....	654	294
Custos com o pessoal .....	209	142
Outros custos a pagar .....	297	92
	1 336	832

## Receitas com proveito diferido:

Comissões a receber .....	444	399
---------------------------	-----	-----

## Outras contas de regularização:

IRC a pagar .....	—	107
Outros .....	32	27
	32	134
	1 812	1 365

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de proveitos a receber — outros inclui um montante de cerca de 1133 milhares de euros rela-

Em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000, o saldo da rubrica de custos com o pessoal corresponde ao valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais do exercício que se vencem para pagamento no exercício seguinte.

## 31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte decomposição:

	2001	2000
Outros activos:		
Devedores e outras aplicações:		
Imposto do selo .....	32	27
Devedores diversos .....	179	811
Empresas do grupo .....	38	—
	<u>249</u>	<u>838</u>

Em 31 de Dezembro de 2000 a rubrica de devedores diversos incluía um montante de cerca de 293 000 euros, a receber da Companhia Portuguesa de Hipermercados, S. A. No entanto, encontrava-se em curso um trabalho de análise e reconciliação das contas correntes entre a sociedade e a referida companhia, com vista ao apuramento integral das diferenças entre os registos contabilísticos das duas empresas, trabalho esse concluído durante o exercício de 2001, tendo sido efectuadas todas as correcções contabilísticas necessárias.

	2001	2000
Outros passivos:		
Credores:		
Fornecedores gerais .....	786	735
Credores diversos .....	394	192
	<u>1 180</u>	<u>927</u>
Outras exigibilidades:		
IRC a pagar (v. nota 41) .....	1 306	—
IVA a pagar .....	132	30
Retenção de impostos na fonte .....	55	48
Contribuições para a segurança social .....	17	13
	<u>1 510</u>	<u>91</u>
	<u>2 690</u>	<u>1 018</u>

## 38 — Proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos correntes foram gerados no território nacional.

## 39 — Outros custos e proveitos de exploração e perdas e ganhos extraordinários:

As rubricas de outros custos e outros proveitos de exploração têm a seguinte composição:

	2001	2000
Outros custos de exploração .....	<u>18</u>	<u>3</u>
Outros proveitos de exploração:		
Serviços de gestão a terceiros .....	22	65
Reembolso de despesas .....	386	472
Proveitos com prestação de serviços .....	115	146
Outros .....	3	1
	<u>526</u>	<u>684</u>

As rubricas de perdas e ganhos extraordinários têm a seguinte composição:

	2001	2000
Perdas extraordinárias:		
Anulação de juros de clientes em atraso .....	65	436

	2001	2000
Pró-rata de IVA .....	38	—
Outras perdas extraordinárias .....	690	421
	<u>793</u>	<u>857</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais valias na venda de imobilizado .....	—	1
Outros .....	316	155
	<u>316</u>	<u>156</u>

As outras perdas extraordinárias incluem um montante de cerca de 469 000 euros relativo à regularização das diferenças entre os registos contabilísticos da sociedade e os da Companhia Portuguesa de Hipermercados, S. A. (v. nota n.º 31).

## 41 — Impostos sobre lucros:

A sociedade está sujeita em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O pagamento/recebimento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de auto liquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

	2001	2000
Apuramento do imposto sobre o rendimento:		
Resultado antes de impostos .....	3 401	392
Provisões não aceites fiscalmente .....	66	83
Outros custos não aceites fiscalmente .....	746	11
	<u>4 213</u>	<u>486</u>
Rendimento tributável .....	4 213	486
Imposto sobre o rendimento .....	1 492	172
Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço:		
Imposto sobre o rendimento:		
Reconhecimento como custo no exercício	1 492	172
Menos: pagamentos por conta e especial por conta .....	(186)	(65)
Menos: retenções na fonte .....	—	—
	<u>1 306</u>	<u>107</u>

A declaração fiscal da empresa relativa ao exercício de 2000 encontra-se ainda pendente de revisão pelas autoridades fiscais. A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001.

A diferença verificada em 2000 entre a taxa efectiva (43,9%) e a taxa nominal de IRC (35,2%) resulta fundamentalmente da exclusão como custo para efeitos fiscais de provisões, impostos e custos relativos a exercícios anteriores, não aceites fiscalmente.

## 43 — Inclusão das contas da sociedade nas contas consolidadas de outra:

As contas da sociedade estão incluídas no processo de consolidação da Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A., e do Banque Accord, S. A. A sede social das referidas sociedades têm o seguinte endereço:

Cofinoga, (Portugal) — SGPS, S. A.:

Rua do Pinheiro Manso, 662, 4100-411 Porto.

Banque Accord, S. A.:

40 Avenue de Flandre, 59170 Croix, France.

As contas da Cofinoga, SGPS, S. A., e do Banque Accord estão disponíveis nas respectivas sedes sociais.

46 — Outras informações e decomposições relevantes:

i) Movimentos em capital e reservas:

Os movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio durante o exercício de 2001 sumariam-se como segue:

	31 de Dezembro de 2000	Aumentos/ diminuições	Transfe- rências	31 de Dezembro de 2001
Capital subscrito .....	3 242	8	—	3 250
Reservas:				
Reservas legais .....	258	—	22	280
Reservas livres .....	1 026	(8)	198	1 216
	<u>4 526</u>	<u>—</u>	<u>220</u>	<u>4 746</u>
Resultado do exercício:				
Ano de 2000 .....	220	—	(220)	—
Ano de 2001 .....	—	1 908	—	1 908
	<u>4 746</u>	<u>1 908</u>	<u>—</u>	<u>6 654</u>

Em 31 de Dezembro de 2001, o capital social da sociedade está representado por 650 000 acções com o valor nominal de 5 euros e encontra-se integralmente realizado.

Nos termos da legislação portuguesa, a sociedade deverá reforçar a sua reserva legal com, pelo menos, 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não estando esta disponível para distribuição aos accionistas.

Por proposta do conselho de administração aprovada na assembleia geral de 30 de Março de 2001, o resultado do exercício de 2000 foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal .....	22
Para reservas livres .....	198
	<u>220</u>

ii) Juros, custos e proveitos equiparados:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica analisa-se como segue:

	2001	2000
Juros e custos equiparados:		
Empréstimos .....	2 091	1 731
Outros recursos .....	—	—
	<u>2 091</u>	<u>1 731</u>
Juros e proveitos equiparados:		
Juros de depósitos à ordem e aplicações .....	4	40
Juros de crédito interno .....	9 356	7 910
	<u>9 360</u>	<u>7 950</u>

iii) Empresas do Grupo:

Os saldos em 31 de Dezembro de 2001 e as transacções efectuadas durante o exercício findo naquela data com as principais empresas do Grupo resumem-se como segue:

	Saldos			Transacções		
	Outros activos	Contas de regularização do activos	Outros passivos	Outros gastos admi- nistrativos	Comissões (custo)	Comissões (proveito)
Empresas do grupo:						
Credifin BCC .....	38	1 133	400	1 204	—	1 133
Cofinoga GIE (France) .....	—	—	184	—	887	—

O Conselho de Administração: *Damien Guermontprez*, presidente — *Ulisses Carneiro*, vogal — *Debbie Allmey*, vogal — *Philippe Poveda*, vogal — *Thierry Dinard*, vogal — *Jean Pierre Viboud*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de 64 733 220 euros e um total

de capital próprio de 6 654 263 euros, incluindo um resultado líquido de 1 908 461 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apre-

sentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e demais disposições do Banco de Portugal.

Porto, 6 de Fevereiro de 2002. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.d.a, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração de Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados e o correspondente anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 6 de Fevereiro de 2002. — O Fiscal Único: Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.d.a, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas. 1000262330

## ESAF — ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, SGPS, S. A.

### Relatório n.º 1-AO/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 3660; identificação de pessoa colectiva n.º 502933380; data da inscrição: 25 de Julho de 2002.

Angelina Maria Bernardes da Luz Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 2001.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 17 de Junho de 2005. — A Escriturária Superior, Angelina Maria Bernardes da Luz Santos.

### Relatório e contas de 2001

#### Órgãos sociais e auditores

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.

Secretário: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado.

Vice-presidente: José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi.

Vogais:

Etiénne Carlos Clément.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.

Marcos Tavares de Almeida Lagoa.

José Manuel Ferreira Neto.

Manuel António Gomes de Almeida Pinho.

Fernando Fonseca Cristino Coelho.

Manuel Leitão Ricciardi.

Pedro Fernandes Homem.

Conselho fiscal:

Presidente: José Manuel Macedo Pereira.

Vogais:

Caisse Nationale de Crédit Agricole, S. A., representada por Antónia Maria Pereira.

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Vogal suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Comissão executiva:

Presidente: Marcos Tavares de Almeida Lagoa.

Manuel Leitão Ricciardi.

Fernando Fonseca Cristino Coelho.

Revisor oficial de contas:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Auditores independentes:

PricewaterhouseCoopers — Auditores e Consultores, L.ª

## Direcções dos departamentos

Departamento comercial redes:

José Manuel de Oliveira Simões Cardoso Salgado.

Departamento comercial instituições:

João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira.  
Ana Luísa Leal dos Santos Brito.

Departamento de investimentos mobiliário:

Rui Paulo Martins Vilas.  
Afonso Pereira Barbosa.

Departamento de investimentos imobiliário:

José Manuel de Oliveira Simões Cardoso Salgado.

Departamento de operações:

Susana de Magalhães Ribeiro Buceta Martins de Novais e Silva.  
Paulo Alexandre dos Reis Dias.

Departamento de sistemas:

Rui Manuel Martins Grilo.

Departamento de gestão de risco e auditoria interna:

Rameschandra Kakoo.

## Carta do presidente

O exercício que agora findou foi condicionado pela desaceleração da actividade económica, pelo comportamento do mercado de capitais caracterizado por uma evolução muito desfavorável do segmento accionista e pelos terríveis acontecimentos de 11 de Setembro nos EUA que resultaram em consequências muito negativas em toda economia mundial.

Apesar disto, e em resultado da correcta diversificação e segmentação do negócio, associada à estratégia de expansão seguida, a ESAF registou em 2001 um acréscimo do volume de negócios de 7% face ao ano anterior tendo fechado o ano com 8443 milhões de euros de montante global sob gestão.

A ESAF manteve em 2001 a estratégia de expansão da actividade em Espanha com a constituição da Espírito Santo Pensiones, uma sociedade dedicada à gestão de fundos de pensões e onde a ESAF — SGPS participa em 50% do capital conjuntamente com o BESSA — Banco Espírito Santo, S. A., tendo sob gestão no final do ano mais de 11,7 milhões de euros. Destacamos ainda que no seguimento da aquisição, no ano anterior, da GES-BM e da Gescapital em Espanha, e num processo de evolução natural, procedeu-se à fusão das duas sociedades gestoras passando a nova entidade a denominar-se Espírito Santo Gestión.

Com o objectivo de alargar a oferta de produtos, a ESAF promoveu a constituição no Luxemburgo de um SICAV denominado Caravela Fund. Este fundo, de características inovadoras, consiste em aplicações em fundos alternativos, isto é, fundos que têm como objectivo a obtenção de performances absolutas e é constituído por três compartimentos defensivo, balanceado e agressivo, em função dos diferentes perfis de risco. Dirigido essencialmente a institucionais, será em 2002 colocado à disposição de clientes de elevado rendimento.

No final de 2001, a ESAF manteve uma quota de mercado global estimada para o mercado de gestão de activos em Portugal de 12,46%.

Em Espanha apresentamos no final do ano uma quota de mercado nos Fundos de Investimento de 0,56% e 1,42% no mercado de gestão discricionária de Simcavs.

## Relatório do conselho de administração

### Conjuntura macroeconómica e de mercados

#### Estados Unidos

Os trágicos atentados terroristas de 11 de Setembro agravaram a situação da economia americana, que já se encontrava bastante fragilizada.

O índice de confiança dos consumidores norte-americanos no mês de Setembro apresentou a maior queda mensal desde Outubro de 1990, início da guerra do Golfo. Sucederam-se anúncios de despedimentos em massa por parte de empresas pertencentes a diversos sectores de actividade.

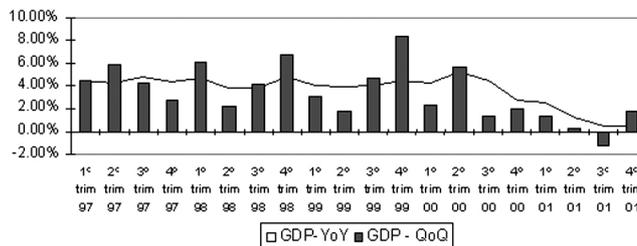
No entanto, com o desenrolar do conflito militar dos EUA no Afeganistão, os níveis de confiança foram recuperando, mais do que se esperava inicialmente. Em Dezembro, este indicador subiu pela primeira vez em seis meses, tendo registado a maior subida mensal desde Fevereiro de 1998.

A recente divulgação de diversos indicadores económicos parece dar sinais de alguma estabilização. A economia americana contraiu-se 1,3% (taxa anualizada) no 3.º trimestre do ano, mais do que anteriormente estimado, sendo esta a taxa mais baixa desde o 1.º trimestre de 1991. No 4.º trimestre de 2001, o PIB norte-americano registou uma taxa de crescimento anualizada de 1,7%, acima dos 0,9% esperados e os 0,2% estimados inicialmente, suportado pelo aumento do consumo privado e público e pelo facto das exportações terem diminuído menos que as importações.

Esta inversão confirmou-se com a divulgação da taxa de crescimento do produto interno bruto dos EUA relativo ao 1.º trimestre de 2002, que revelou o ritmo mais elevado dos últimos dois anos, tendo sido de 5,8% (taxa anualizada).

O *consumer spending* que representa dois terços do PIB cresceu 1%, o nível mais baixo dos últimos oito anos e meio, tendo crescido 2,5% no 2.º trimestre do ano. Os *stocks* das empresas reduziram-se para o valor mais baixo de sempre, sugerindo que as fábricas deverão aumentar a produção no próximo ano, ajudando a uma recuperação da economia.

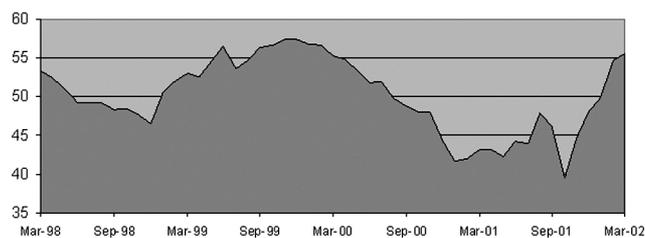
#### Crescimento económico dos Estados Unidos



Fonte de informação. — Bloomberg.

Por outro lado, o principal índice de conjuntura industrial dos Estados Unidos (ISM — anteriormente designado por NAPM) apresentou uma melhoria significativa em Dezembro, encontrando-se no valor mais alto desde Novembro de 2000. No entanto, mesmo com esta subida, o índice continuou abaixo dos 50 pontos, marco importante para o ritmo de actividade económica. Desde Fevereiro de 2002, o índice regista valores acima dos 50 pontos e demonstra uma tendência de recuperação contínua.

#### Evolução do indicador ISM (NAPM) Manuf.



Fonte de informação. — Bloomberg.

O mercado de trabalho nos Estados Unidos, particularmente afetado pelos acontecimentos de 11 de Setembro, também parece ter

estabilizado neste final de ano. Apesar da taxa de desemprego no mês de Dezembro ter subido para os 5,8%, sendo a mais alta dos últimos seis anos, a perda de empregos em Dezembro foi bastante inferior à de Novembro e abaixo do esperado pelo mercado.

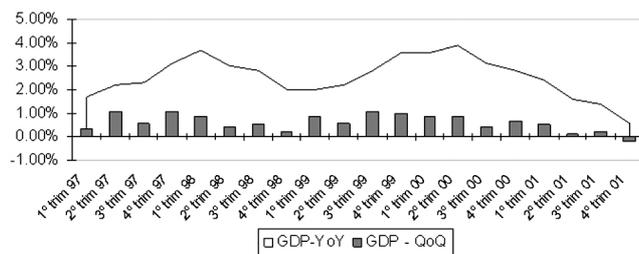
Existem, assim, factores que parecem prever uma recuperação da economia no próximo ano, como sejam a política fiscal expansionista, os baixos preços dos produtos energéticos e o nível baixo de taxas de juro. De facto, o Fed seguiu uma política bastante agressiva de corte de taxas. Em Dezembro efectuou o 11.º corte do ano, situando-se a taxa de referência nos 1,75%, a mais baixa dos últimos 40 anos. Desde 11 de Setembro, efectuou quatro cortes de taxas no valor total de 175 pontos base. Nos três primeiros meses de 2002, não se verificaram alterações da política monetária por parte do FED; contudo, na sua reunião de 19 de Março mudou o enquadramento da política «expansionista» para «neutral», indiciando para breve o processo de subida das taxas de referência.

As condições para a recuperação económica dos Estados Unidos estão lançadas.

### Europa

O crescimento económico na Europa tem sido praticamente nulo desde o final do 1.º trimestre do ano, tendo o PIB na zona euro registado uma taxa anualizada de -0,2%, no 4.º trimestre. Esta desaceleração centrou-se, principalmente, em factores domésticos. A procura interna desacelerou no 3.º e 4.º trimestres, comparada com o 1.º e 2.º trimestres do ano de 2001 e com os crescimentos verificados nos anos de 1999 e 2000.

#### Crescimento económico da zona euro



Fonte de informação. — Bloomberg.

Ao longo do ano de 2001 houve um forte declínio nos índices de confiança dos consumidores e de negócios, tendo-se assistido a uma ligeira recuperação no mês de Dezembro. Estes baixos níveis de confiança induziram as empresas a efectuar cortes de investimento e de emprego, provocando um aumento da taxa de desemprego e consequentemente uma queda do consumo.

Por outro lado, a procura externa também desacelerou, principalmente na Alemanha. Neste país, as exportações líquidas, que ajudaram a suportar o crescimento económico nos primeiros três meses do ano, foram a partir do 2.º trimestre, fortemente afectadas pela desaceleração económica vivida no resto do mundo, principalmente nos Estados Unidos.

No entanto, parecem existir razões para esperar uma retoma económica para o próximo ano. Os níveis de confiança, embora baixos, estão a melhorar. Os efeitos dos cortes de taxas de juro por parte do BCE deverão provocar uma retoma nos investimentos e a queda generalizada dos preços, pode aumentar o rendimento disponível das famílias criando condições para a retoma do consumo privado. A taxa de inflação na zona euro desceu de 3,4% em Maio para os 2,1% em Novembro, tendo-se mantido neste valor em Dezembro, sobretudo devido, à queda dos preços da energia.

Para além destes factores, o comportamento da economia europeia dependerá fortemente do momento e amplitude da retoma do motor da economia mundial — EUA.

### Japão

A situação económica japonesa permanece preocupante, com a generalidade dos indicadores a revelarem-se fracos.

A taxa de desemprego em Dezembro atingiu um máximo histórico de 5,6%, como resultado da contracção da actividade e das sucessivas falências que têm ocorrido.

A confiança dos empresários japoneses, medida pelo índice de confiança de negócios trimestral «Tankan», atingiu o valor mais baixo dos últimos três anos, com os empresários a revelarem que o número de postos de trabalho nas suas empresas continua a ser excessivo, prevendo-se que a taxa de desemprego suba ainda mais no ano 2002.

A produção industrial japonesa caiu 7,9% no ano 2001, a maior queda em 26 anos, e apesar de ter apresentado uma melhoria no mês de Dezembro (a primeira subida desde Agosto) não existem indícios de retoma da actividade no curto prazo.

A produção de viaturas automóveis caiu 9,5% em Dezembro, o que para além de reflectir a fragilidade da procura interna, repercute-se noutros sectores de actividade, nomeadamente, na produção de aço e de energia eléctrica.

Por outro lado, os preços dos consumidores voltaram a cair em Dezembro agravando o nível de deflação.

### Portugal

A economia portuguesa desacelerou no ano de 2001, tendo o produto interno bruto registado um crescimento de 1,8%, de acordo com as estimativas do Banco de Portugal, comparativamente aos 3,6% do ano anterior.

Este abrandamento resulta, em grande medida, do comportamento desfavorável da procura externa, mais precisamente das exportações e também da desaceleração do consumo privado.

A forte desaceleração das economias para os quais Portugal exporta prejudicou o agregado exportações, quer em termos de volume, quer em termos de valor; contudo, a acentuada desaceleração das importações permitiu que a balança comercial contribuisse positivamente para o crescimento do produto interno bruto.

As exportações de bens e serviços, exceptuando a componente de turismo desaceleraram, principalmente devido à componente de veículos automóveis e outro material de transporte.

A taxa de poupança dos particulares voltou a subir no ano de 2001, reflectindo o aumento da incerteza sobre a evolução da economia portuguesa, provocando uma redução do índice de confiança dos consumidores ao longo do ano de 2001. Este voltou a diminuir no 4.º trimestre, apesar da melhoria no mês de Dezembro, de acordo com um inquérito de opinião da Comissão Europeia.

Segundo a mesma fonte, o indicador de confiança dos industriais apresentou uma ligeira melhoria nos dois últimos meses do ano, invertendo a tendência até então verificada.

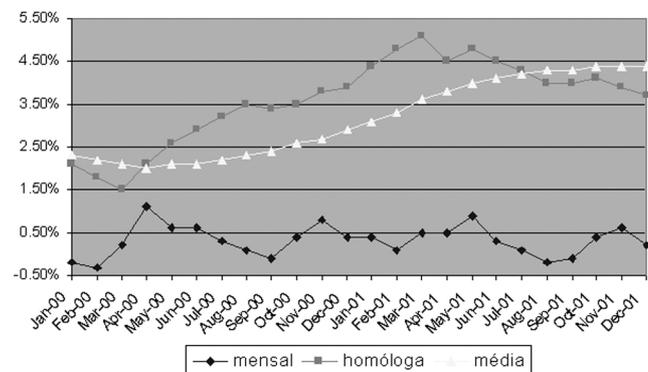
É de salientar que a despesa pública cresceu a um ritmo muito elevado, o que provocou um significativo agravamento do deficit público global, dado o cenário de desaceleração da receita fiscal.

Em relação ao índice de preços do consumidor, a taxa de variação média anual situou-se nos 4,4%, 1,5 pontos percentuais acima do observado no ano anterior.

O aumento de preços deu-se, tanto nos serviços como nos preços dos bens. Dentro destes, a componente que mais cresceu foi a dos bens alimentares, bem como a inflação externa, ou seja o aumento dos preços dos bens de consumo importados.

Segundo a OCDE, a recuperação da economia portuguesa no ano de 2002 estará condicionada por factores como o ajustamento do nível de endividamento das famílias, um mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a aumentar e uma necessidade de contenção orçamental.

#### Índice de preços do consumidor — Portugal



Fonte de informação. — Bloomberg.

#### Mercado de taxas de juro

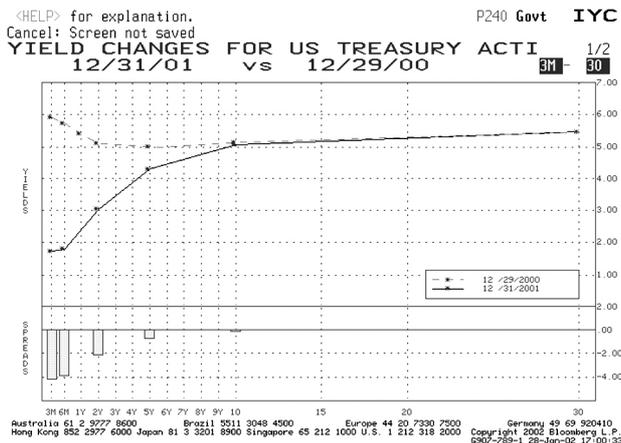
Os mercados obrigacionistas americano e europeu beneficiaram não só com as notícias que evidenciaram a degradação das perspectivas de crescimento económico e com a diminuição das pressões inflacionistas, mas também com o facto de terem servido como um mercado de «refú-

gio» face à grande instabilidade económica e política vivida durante o ano de 2001, principalmente nos meses de Setembro e Outubro.

No entanto, nos dois últimos meses do ano a performance destes mercados foi fortemente afectada pelo clima de maior optimismo vivido pelos investidores. A possibilidade de um aumento de taxas para o próximo ano em virtude da melhoria da situação económica actual foi a principal preocupação dos investidores de obrigações de dívida pública de taxa fixa neste final de ano.

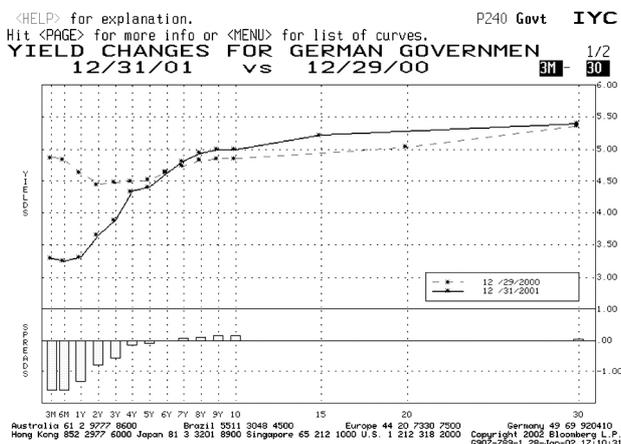
Em termos anuais, as curvas de rendimento americana e europeia tornaram-se mais inclinadas com os curtos prazos a apresentarem fortes valorizações, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Nos Estados Unidos, a única perda foi muito reduzida e deu-se nos 30 anos, com a yield a subir dos 5,46% para os 5,47%.



Fonte de informação. — Bloomberg.

Na Europa, assistiu-se a uma queda das yields de curto prazo (de três meses a seis anos) e a uma ligeira subida das de médio e longo prazo.



Fonte de informação. — Bloomberg.

Em relação à componente de crédito, esta apresentou um bom comportamento ao longo do ano, nomeadamente no último mês.

Durante o 1.º trimestre de 2002 assistiu-se a um aumento das expectativas de que o ciclo de corte das taxas de juro teria terminado, tanto nos EUA como na Europa, prejudicando o comportamento dos prazos mais curtos, com as curvas de rendimento nas duas áreas geográficas a tornarem-se mais inclinadas.

A componente de crédito apresentou um comportamento positivo, no mês de Março, beneficiada pela divulgação de indicadores económicos mais favoráveis.

### Mercados de acções

O mercado de capitais mundial apresentou dois períodos bem distintos no ano 2001, divididos pelos acontecimentos de 11 de Setembro.

Durante o primeiro período do ano, assistimos a uma constante antecipação do aprofundamento da recessão económica pelos mercados accionistas e obrigacionistas de dívida privada, o que provocou elevada volatilidade e fortes quedas nos principais índices de acções.

Após os trágicos atentados terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos, a bolsa de Nova Iorque esteve encerrada durante quatro dias consecutivos, a mais longa paragem desde a primeira guerra mundial.

Perante este trágico cenário, assistiu-se a uma forte diminuição do volume de transacções, a um acréscimo de volatilidade e a um aumento da procura de activos mais seguros. De forma a reduzir a volatilidade e a combater a quebra de confiança dos consumidores, os bancos centrais injectaram liquidez nos mercados e efectuaram, de uma forma concertada, cortes nas suas taxas de referência.

As quedas nos principais índices de acções foram elevadas, com os investidores a recearem uma recessão mais profunda do que a inicialmente prevista. Para além da incerteza económica vivida ao longo do ano, juntou-se a incerteza política que tornou os mercados ainda mais voláteis.

Durante os meses de Outubro e Novembro, a conjugação das fortes correcções anteriores dos mercados, conjuntamente com medidas de política monetária e fiscal implementadas pelas principais economias, permitiu que os mercados identificassem a oportunidade de investimento, quebrando-se assim a tendência negativa.

Neste cenário, assistiu-se a fortes valorizações durante estes meses, que permitiram anular as perdas ocorridas após o 11 de Setembro. Por outro lado, a nível macroeconómico começou-se a acreditar que o pior já tinha passado e a questão central passou a ser qual a amplitude e o momento de recuperação económica.

Em Dezembro os ganhos foram moderados, com os mercados a aguardarem por sinais mais claros de recuperação económica nos Estados Unidos.

No entanto, apesar das valorizações nos mercados de acções no último trimestre, o saldo anual foi negativo.

Nos Estados Unidos, o S & P 500 apresentou uma performance de -13,04% em 2001. O Nasdaq também apresentou uma queda significativa registando uma performance anual de -21,05%. O Dow Jones foi o que apresentou a menor queda do ano (-7,10%).

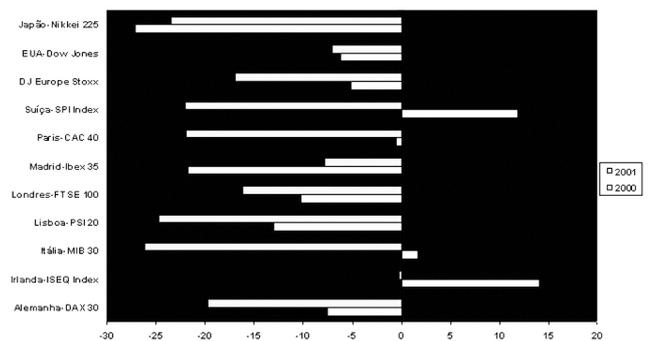
No ano apenas os sectores de Consumo Cíclico e Basic Materials apresentaram ganhos, com valorizações de 1,95% e 1%, respectivamente. Os que mais perderam foram as utilities com uma performance de -32,47%, o sector de tecnologia com -26% e as Telecom's com -13,68%.

Na Europa, com excepção dos sectores de recursos básicos e de distribuição que ganharam 12,55% e 1,41%, respectivamente, todos os outros registaram perdas.

Destacaram-se pela negativa o sector de tecnologia com uma queda de 42,53%, o sector segurador com uma performance de -30,47% e as Telecom's com uma perda de 30,36%.

O índice DJ Stoxx caiu 9,30% no 2.º semestre, acumulando uma perda anual de 16,97%.

### Evolução dos principais índices de acções mundiais



Fonte de informação. — Bloomberg.

O ano de 2001 foi extremamente negativo para o mercado accionista português, com o PSI 20 a apresentar uma das piores performances a nível mundial.

Para além das fortes quedas, assistiu-se a uma redução do volume de negócios para cerca de metade, face ao ano 2000. Em termos de capitalização bolsista, o PSI 20 sofreu uma redução de 25 000 milhões de euros, representando 20% do PIB nacional.

Os diversos rumores, principalmente em alguns dos grandes grupos portugueses, com destaque para o grupo Sonae, foram, também, responsáveis por fortes variações no índice PSI 20. Este apresentou uma performance negativa de 24,73% no ano.

Apenas três empresas do índice apresentaram ganhos anuais. A Semapa com uma valorização de 23,12%, a Teixeira Duarte com

+ 2,56% e a Brisa com + 0,21%. A liderar as perdas estiveram a Pararede com uma queda de 67,62%, a PT Multimédia com — 67,24%, a Impresa com — 65,99% e a Sonae.com com — 60,59%.

### Índice — PSI-20



Fonte de informação. — Bloomberg.

Os três primeiros meses de 2002 foram negativos para os principais índices accionistas, tendo-se verificado contudo em Março uma ligeira recuperação dos mercados.

Janeiro e Fevereiro foram meses marcados negativamente por receios de práticas contabilísticas fraudulentas por parte de diversas empresas e pela divulgação de alguns *profit warnings*, apesar da divulgação de indicadores macroeconómicos que apontam no sentido de recuperação económica mundial.

Por sua vez, no mês de Março, os mercados accionistas internacionais registaram ganhos significativos, com a generalidade dos índices a recuperar parte das perdas ocorridas nos dois meses anteriores. Estas valorizações foram sustentadas pelos bons indicadores macroeconómicos divulgados sobre as economias americana e europeia, reforçando a ideia de recuperação global e provocando progressivas revisões em alta para o crescimento da economia americana nos anos de 2002 e 2003.

### Perspectivas para 2002

As atenções estão centradas na recuperação da economia norte-americana, dado acreditar-se ser este o ponto de partida para a melhoria da situação económica mundial.

Nos Estados Unidos há alguns sinais de estabilidade da situação económica, apesar da incerteza sobre a evolução provocar alguma volatilidade nos mercados. A confiança dos consumidores norte-americanos tem recuperado mas ainda não se encontra reflectida no agregado consumo, que representa dois terços do PIB. A recuperação das empresas tem sido feita por via de corte de custos nestes últimos meses do ano, colocando-se a questão de em 2002 a evolução dos resultados estar mais favorecida pela recuperação das margens operacionais, com algum auxílio adicional de um crescimento moderado das vendas.

Acredita-se que a recuperação económica ocorrerá em 2002 e neste sentido os mercados accionistas tenderão a consolidar os ganhos registados nestes últimos três meses, mas a incerteza quanto à amplitude e momento da recuperação permanece, o que deverá provocar forte volatilidade nos mercados.

### Áreas de negócio

#### Actividade nacional:

A actividade da ESAF apresentou em termos consolidados um crescimento na ordem dos 7% em relação a 2000, a que corresponde um total de activos sob gestão de 8443 milhões de euros. Na distribuição por áreas de negócio, a gestão de fundos de investimento continua a ser a área mais representativa.

#### Fundos de investimento mobiliário:

A 31 de Dezembro de 2001 o mercado de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) apresentava activos sob gestão no valor de 21 266,4 milhões de euros, tendo diminuído 291,7 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2000.

A ESAF — FIM acompanhou esta tendência do mercado nacional, sendo que os activos sob gestão desta sociedade decresceram 16,72% em relação ao ano 2000.

Destacamos a excelente *performance* do Fundo Espírito Santo Obrigações Europa, como tendo sido o melhor fundo de obrigações de

taxa fixa europeias a nível nacional, com uma rendibilidade líquida de 5,71% (note-se que as rendibilidades passadas não constituem garantias de rendibilidades futuras) para um volume sob gestão de 30 341 milhares de euros.

Da continuação do esforço de racionalização da oferta de Fundos de Investimento, há a salientar liquidação dos Fundos ES All Stars e ES Acções Rendimento.

Realça-se o facto de a ESAF — FIM ter passado a disponibilizar alguns dos seus Fundos através de novos comercializadores. Assim, durante o ano de 2001 e após aprovação da CMVM, as seguintes entidades passaram a comercializar alguns dos fundos de investimento geridos pela sociedade:

Investimento Directo — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.;  
Banco ActivoBank Portugal, S. A.;  
Best — Banco Electrónico de Serviço Total, S. A.

#### Fundos de investimento imobiliário:

No final de 2001 existiam em Portugal 28 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário que geriam 47 fundos de investimento imobiliário. Destes, 21 eram fundos de investimento imobiliário abertos e 26 fundos de investimento imobiliário fechados.

Os fundos de investimento imobiliário detinham um volume em gestão em 31 de Dezembro de 2001 de 4416 milhões de euros, o que representa um aumento 22,8% relativamente a 2000. Os fundos de investimento imobiliário abertos registaram um aumento em 2001 de 18% face a 2000, para um volume em gestão de 2888,5 milhões de euros, o que representa um peso relativo de 65% do total do volume em gestão.

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, tinha sob gestão dois fundos de investimento imobiliário abertos, o Gespatrimónio Rendimento e o Fungepi-BES. O Gespatrimónio Rendimento tinha um volume em gestão de 1 126 245 milhares de euros, o que representa um crescimento da sua quota de mercado de 2%, mantendo e consolidando a posição de liderança em activos líquidos sob gestão, mais do triplo do que o segundo maior fundo do mercado.

#### Fundos de pensões:

Os activos sob gestão da ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A., atingiram 1 276 665 milhares de euros, representando um crescimento de 13,33% em relação ao ano anterior. Este significativo aumento deveu-se, em grande parte, às contribuições efectuadas pelos associados e em particular o Fundo de Pensões BES no sentido de reforçar o valor das carteiras dos respectivos Fundos de Pensões.

À semelhança do ano anterior, em 2001 não se verificaram alterações de relevo no regime legal dos fundos de pensões, pelo que não há a registar, por esta via, um estímulo às empresas para a constituição de novos fundos de pensões.

#### Gestão discricionária:

Os activos sob gestão da ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A., atingiram 2 918 664 milhares de euros, representando um crescimento de 15,75% em relação ao ano anterior.

Esta evolução permite à ESAF consolidar a sua posição como um dos principais investidores institucionais nacional, e resulta da estratégia adoptada de adaptar a oferta de produtos e serviços orientados para a satisfação dos clientes.

De salientar entretanto o facto de esta *performance* ter sido atingida numa conjuntura de mercado extremamente negativa, devido ao fraco desempenho dos mercados accionistas, que resultou num impacto negativo sobre os montantes sob gestão, bem como na menor atracção dos investidores.

#### Assessoria financeira:

A Capital Mais Assessoria Financeira, S. A., tem por objectivo, desde a sua constituição em 18 de Novembro de 1998, a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira, integrando a sua actividade no âmbito da estrutura das sociedades participadas pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

Assim, e na prossecução dos seus objectivos como empresa especializada na prestação de serviços financeiros, serviu e apoiou outras unidades operacionais do Grupo Banco Espírito Santo, desenvolvendo igualmente acções no âmbito da assessoria a empresas na área de intermediação imobiliária.

### Actividade internacional

No âmbito do projecto de expansão do Grupo Banco Espírito Santo em Espanha, há a destacar a constituição da Espírito Santo Pensiones dedicada à gestão de fundos de Pensões e onde a ESAF — SGPS participa em 50% do capital conjuntamente com o BESSA — Banco Espírito Santo, S. A., tendo fechado o ano com mais de 11,7 milhões de euros sobre gestão. Por outro lado, e num processo de evolução natural, procedeu-se à fusão das duas Sociedades Gestoras espanholas GES — BM e GES Capital adquiridas em 2000, passando a denominar-se Espírito Santo Gestión.

A presença da ESAF no Luxemburgo através da ESAF — International Management, Ltd., manteve a sua actuação do ano anterior não tendo verificado grandes alterações na sua actividade. No entanto e com o objectivo de alargar a oferta de produtos, a ESAF promoveu a constituição no Luxemburgo de um SICAV denominado Caravela Fund. Este fundo, de características inovadoras, consiste em aplicações em fundos alternativos, isto é, fundos que têm como objectivo a obtenção de performances absolutas e é constituído por três compartimentos defensivo, balanceado e agressivo, em função dos diferentes perfis de risco. Dirigido essencialmente a institucionais, será em 2002 colocado à disposição de clientes de elevado rendimento.

De acordo com a política de racionalização da oferta de fundos geridos pelo Grupo ESAF, a Espírito Santo Capital Management liquidou, em Dezembro de 2001, os fundos Serene, Balance e Challenge, estando em fase final de apreciação a actual estrutura da Sociedade na Irlanda.

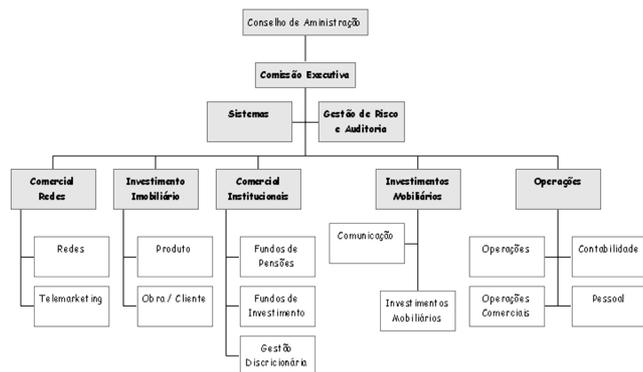
Durante o ano de 2001 foi constituída, a ESAF — International Distributors Associates, Ltd. Esta sociedade dedica-se à distribuição de fundos internacionais, junto de clientes institucionais. Salienta-se ainda que, na sequência da constituição da ESAF — International Distributors Associates, a ESAF — International Distributors encontra-se em fase de liquidação.

### Organização e recursos humanos

Desde a sua constituição, tem sido uma preocupação da ESAF, o ajustamento da estrutura organizacional, bem assim como o desenvolvimento dos seus colaboradores, em termos qualitativos e adaptados às características específicas da actividade de gestão de activos financeiros, em função do crescimento da actividade desenvolvida pela ESAF e suas participadas.

De referir também que a ESAF adoptou uma nova imagem corporativa, de forma a reforçar o seu posicionamento no seio Grupo Banco Espírito Santo.

### Organigrama ESAF



### Indicadores de produtividade (consolidado)

	(Em milhares de euros)		
	1999	2000	2001
Número de colaboradores .....	103	100	103
Activos sob gestão por colaborador .....	73 820	79 145	81 979
Resultado líquido por colaborador ....	108	174	109

### Gestão do risco e auditoria

Durante o ano de 2001 e na sequência dos trabalhos iniciados ao longo do ano anterior, a actuação do Departamento de Gestão do Risco e Auditoria, concentrou-se na função *compliance*. Nos dias de

hoje, o *compliance* esta presente, sem excepção, em todas as áreas de uma organização, sendo que a sua importância cresce ao ritmo que crescem a complexidade dos problemas e o volume de informação.

O Departamento de Gestão do Risco e Auditoria, por forma a assegurar uma melhoria continua da função *compliance*, centraliza o contacto com as entidades de supervisão (Banco de Portugal, CMVM e I.S.P.), bem como a coordenação dos trabalhos com os auditores externos da ESAF.

Durante o ano 2001, manteve-se a actuação do departamento na gestão e controlo dos diversos tipos de risco associados à actividade do *asset management*, através do modelo de *value-at-risk* (VAR) para as diversas áreas de negócio.

Foram desenvolvidas igualmente importantes funções de assessoria à administração, nomeadamente na área imobiliária, gestão discriminatória e nas actividades internacionais.

O plano de trabalhos do departamento inclui ainda, em conjugação com a função *compliance* e, para além das tarefas de controlo, a realização de algumas acções pontuais de auditoria interna junto das diversas áreas da empresa.

Por outro lado, é um objectivo do departamento, para além de controlar o cumprimento dos prazos previstos para as obrigações de *reporting* pelos diversos departamentos da ESAF, passar a controlar o conteúdo da informação enviada.

Esta acção irá permitir simultaneamente assegurar uma melhor prestação de informação e detectar eventuais falhas no funcionamento dos departamentos que serão posteriormente objecto de acções de auditoria interna.

O departamento funciona como um órgão de *staff* da administração e tem como objectivo apoiar a tomada de decisões com vista à obtenção de uma constante melhoria do nível de prestação de serviços através da optimização da articulação entre as diversas áreas da empresa.

### Análise financeira

O resultado consolidado do exercício apresenta um decréscimo, resultante da conjugação de dois factores: quebra de alguns volumes sob gestão, nomeadamente, dos fundos que mais contribuem para a conta de proveitos e aumento significativo da remuneração dos canais de distribuição. No entanto a variação de maior expressão decorre da não ocorrência dos lucros em operações financeiras registados em 2000.

### Indicadores de rentabilidade (consolidado)

	(Em milhares de euros)		
	2000	2001	Variação (percentagem)
Cash-flow bruto .....	23 828	17 211	- 28
Resultados líquidos .....	17 416	11 261	- 35
Capitais próprios (a) .....	7 239	20 588	184
ROE (percentagem) .....	240,6	54,7	- 77
Resultado por acção (euros) ...	7,41	4,79	- 35

(a) Excluindo resultado líquido.

### Quadro de exploração (consolidado)

	(Em milhares de euros)		
	2000	2001	Variação (percentagem)
Comissões líquidas .....	27 097	20 788	- 23
Resultado de exploração .....	- 8 024	- 7 637	5
Margem de exploração .....	19 073	13 151	- 31
Resultados financeiros .....	4 330	310	- 93
Resultados extraordinários .....	- 215	1 124	624
Resultado antes de impostos .....	23 179	14 578	- 37
Impostos sobre lucros .....	5 763	3 317	- 42
Interesses minoritários .....	10	7	- 32
Resultado líquido do exercício .....	17 416	11 261	- 35

### Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais

e em conformidade com o artigo 33.º dos estatutos, sendo que no exercício de 2001 o resultado líquido individual foi de 12 400 772,67 euros, propondo-se para aprovação da assembleia geral a seguinte aplicação de resultados:

- a) Reserva legal: 620 038,63 euros;
- b) Reservas livres: 2 985 868,17 euros;
- c) Distribuição aos colaboradores e órgãos sociais: 114 325,00 euros;
- d) Distribuição aos accionistas: 8 680 540,87 euros.

#### Considerações finais

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., e sociedades participadas, e em particular:

Ao Ministério das Finanças, ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Instituto de Seguros de Portugal, pelo cuidadoso acompanhamento da sociedade e suas participadas;

Aos nossos clientes pela confiança depositada;

Aos accionistas e membros dos órgãos sociais, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração;

Aos bancos depositários e entidades comercializadoras, pela forma como vêm concretizando as tarefas inerentes às suas funções;

Aos colaboradores pelo elevado sentido profissional e entusiasmo com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 22 de Abril de 2002. — O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal.

### Anexo ao relatório do conselho de administração

#### Estrutura empresarial

#### Informação institucional

A ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF), com um capital social de 11 750 000 euros, é a *holding* do Grupo Banco Espírito Santo que enquadra a actividade de gestão de activos financeiros. No final do ano de 2001, o volume global de activos sob gestão atingiu quase 8,5 biliões de euros, posicionando-se assim como um dos principais investidores institucionais no mercado de capitais em Portugal.

#### Volume global de activos sob gestão

(Em milhares de euros)

	1999	2000	2001	Varição 2001-2000 (porcentagem)
Fundos de investimento mobiliário .....	3 355 493	3 284 983	3 040 037	— 7
Fundos de investimento imobiliário .....	885 217	932 898	1 160 924	24
Fundos de pensões .....	1 119 482	1 126 488	1 288 439	14
Gestão discricionária .....	2 171 017	2 521 487	2 918 664	16
Fundos de capital de desenvolvimento .....	(a) 72 989	(a) 48 685	(a) 35 783	— 27
<i>Total</i> .....	7 604 198	7 914 541	8 443 847	7

(a) Deste montante uma parte é co-gerido com outras entidades.

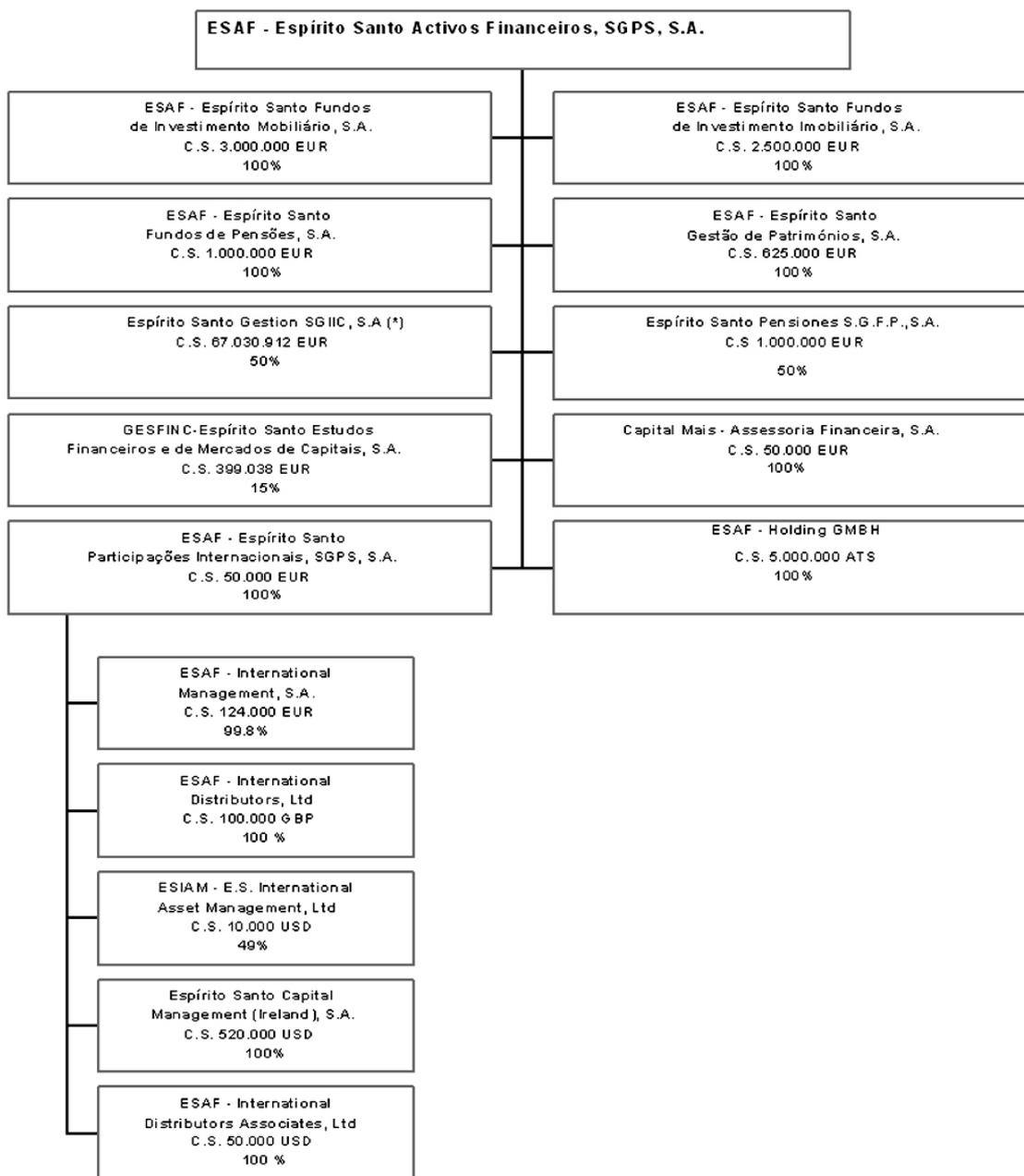
#### Estrutura accionista e participadas

Em 31 de Dezembro de 2001, a estrutura accionista da ESAF era constituída pelo Banco Espírito Santo, S. A. (65%), Banco Espírito Santo de Investimento, S. A. (15%), Caisse Nationale de Crédit Agricole (10%), Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (5%), e pelo Banco Internacional de Crédito, S. A. (5%).

No âmbito da actividade de gestão de activos e da prestação de serviços de investimento, integram a ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros SGPS, S. A., um conjunto de empresas nacionais e internacionais.

As participadas da ESAF funcionam de um modo integrado, potenciando assim o nível de serviço com grande racionalidade operativa, salvaguardando, no entanto, a identidade e a separação patrimonial, financeira e jurídica de cada uma.

Participadas na estrutura accionista da ESAF



(\*) Em 31 de Dezembro de 2001, a denominação da sociedade era Gescapital Gestion, sendo que esta participação é indirecta por via da Espírito Santo Inversiones, S. A.

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2001

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2001		2000
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....		501	—	501
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	47	563 263	—	563 263
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	8, 47	10 610 000	—	10 610 000
7 — Participações .....	6	59 856	—	59 856
8 — Partes do capital em empresas coligadas .....	6	48 230 849	—	48 230 849
9 — Imobilizações incorpóreas .....	11	1 352 915	937 712	415 203
				498
				120 875
				11 038 397
				59 856
				47 730 849
				458 465

(Em euros)					
	Notas	2001			2000
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10 — Imobilizações corpóreas .....	11	2 087 491	1 426 042	661 449	835 442
(Dos quais: imóveis) .....		—	—	—	—
13 — Outros activos .....	31	5 931 046	—	5 931 046	2 882 872
15 — Contas de regularização .....	27	111 796	—	111 796	291 318
<i>Total do activo</i> .....		<u>68 947 717</u>	<u>2 363 754</u>	<u>66 583 963</u>	<u>63 418 572</u>

## PASSIVO

	Notas	2001	2000
3 — Débitos para com instituições de crédito .....	18	19 050 000	24 781 188
4 — Outros passivos .....	31	536 938	1 617 952
5 — Contas de regularização .....	27	359 250	815 508
6 — Provisões para riscos e encargos .....	25	1 304 517	85 147
6-B — Outras provisões .....	25	1 304 517	85 147
9 — Capital subscrito .....	29	11 750 000	11 750 000
11 — Reservas .....	29	21 182 485	13 347 478
14 — Lucro do exercício .....	29	12 400 773	11 021 299
<i>Total do passivo</i> .....		<u>66 583 963</u>	<u>63 418 572</u>

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal. — A Técnica de Contas, *Carla Maria de Sousa*.

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2001

## DÉBITO

(Em euros)			
	Notas	2001	2000
<b>A) Custos</b>			
1 — Juros e custos equiparados .....		1 226 177	601 556
2 — Comissões .....	52	1 799	5 970
3 — Prejuízos em operações financeiras .....		—	—
4 — Gastos gerais administrativos .....		2 179 805	2 108 360
a) Custos com pessoal .....		717 212	757 286
Dos quais:			
(— salários e vencimentos) .....		597 485	661 962
(— encargos sociais) .....		108 699	88 517
Dos quais:			
(— com pensões) .....		—	—
b) Outros gastos administrativos .....		1 462 593	1 351 074
5 — Amortizações do exercício .....	11	509 299	594 851
6 — Outros custos de exploração .....	39	6 048	168 410
7 — Provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	25	1 219 371	85 145
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	25	—	59 596
10 — Resultados da actividade corrente .....		(12 145 181)	(12 232 789)
11 — Perdas extraordinárias .....	39	231 396	56 638
13 — Impostos sobre os lucros .....	41	5 171	1 375 365
14 — Outros impostos .....		313	8 410
15 — Lucro do exercício .....		<u>12 400 773</u>	<u>11 021 299</u>
		<u>17 780 152</u>	<u>16 085 600</u>

## CRÉDITO

		(Em euros)	
	Notas	2001	2000
<b>B) Proveitos</b>			
1 — Juros e proveitos equiparados .....		446 480	137 055
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo) .....		—	—
2 — Rendimento de títulos .....		15 158 558	12 815 141
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável .....		—	—
b) Rendimento de participações .....		—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....		15 158 558	12 815 141
3 — Comissões .....	36	1 325 000	2 493 989
4 — Lucros em operações financeiras .....		5 943	540
5 — Reposições e anulações de provisões respeitantes a correcções de valor relativo a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	25	—	341 003
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas .....		59 596	—
7 — Outros proveitos de exploração .....	39	292 102	68 949
9 — Ganhos extraordinários .....	39	492 473	228 923
		<u>17 780 152</u>	<u>16 085 600</u>

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal. — A Técnica de Contas, *Carla Maria de Sousa*.

## Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001

## ACTIVO

		(Em euros)		
	Notas	2001		2000
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....		1 898	—	1 898
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	47	7 213 909	—	7 213 909
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	8	30 426 713	—	30 426 713
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	10	630 009	—	630 009
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos .....		630 009	—	630 009
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....		—	—	64 480
7 — Partes de capital em empresas associadas .....	6, 25	6 673 956	—	6 673 956
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação .....	6	2 554 183	—	2 554 183
9 — Outras participações financeiras .....	6	73 356	—	73 356
10 — Imobilizações incorpóreas .....	11	1 762 927	1 222 748	540 179
11 — Imobilizações corpóreas .....	11	3 610 433	2 346 872	1 263 561
(Dos quais: imóveis) .....		—	—	—
16 — Outros activos .....	31	5 854 815	—	5 854 815
17 — Contas de regularização .....	27	5 070 213	—	5 070 213
<i>Total do activo</i> .....		<u>63 872 412</u>	<u>3 569 620</u>	<u>60 302 792</u>

## PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Notas	2001	2000
3 — Débitos para com instituições de crédito .....	18	19 050 000	24 781 188
b) A prazo ou com pré-aviso .....		19 050 000	24 781 188
4 — Outros passivos .....	31	2 224 753	4 947 222
5 — Contas de regularização .....	27	5 311 635	4 596 763

(Em euros)			
	Notas	2001	2000
8 — Provisões para riscos e encargos .....	25	1 790 656	—
b) Outras provisões .....	25	1 790 656	—
9 — Fundo para riscos bancários gerais .....	25	69 635	542 023
11 — Capital subscrito .....	29	11 750 000	11 750 000
13 — Reservas .....	29	2 858 736	30 212 194
<i>Goodwill</i> resultante da consolidação .....	51	—	(3 187 164)
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial .....	51	—	(30 357 262)
Diferença cambial de conversão .....		(97 709)	(249 588)
15 — Resultados transitados .....	29	6 076 922	(929 387)
16 — Interesses minoritários .....	50	7 195	10 061
17 — Lucro consolidado do exercício .....	29	11 260 969	17 415 886
<i>Total do passivo e capitais próprios</i> .....		60 302 792	59 531 936

#### Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2001	2000
1 — Passivos eventuais:			
(Dos quais):			
Caução e activos dados em garantia .....	23	(375 263)	(293 439)
2 — Compromissos .....	23	581 584	536 817

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal. — A Técnica de Contas, *Carla Maria de Sousa*.

### Demonstração dos resultados consolidada em 31 de Dezembro de 2001

#### DÉBITO

(Em euros)			
	Notas	2001	2000
<b>A) Custos</b>			
1 — Juros e custos equiparados .....		1 237 141	1 048 799
2 — Comissões .....	52	18 911 200	14 896 443
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	54	163 897	607 217
4 — Gastos gerais administrativos .....		7 081 848	7 636 076
4.1 — Custos com pessoal .....		3 209 370	3 059 557
4.2 — Outros custos administrativos .....		3 872 478	4 576 519
5 — Amortizações do exercício .....	11	785 900	922 666
6 — Outros custos de exploração .....	39	89 589	202 577
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	25	1 847 525	1 094 528
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	25	—	59 596
9 — Perdas extraordinárias .....	39	580 343	794 575
10 — Impostos sobre lucros .....		3 316 945	5 762 732
11 — Outros impostos .....		92 024	12 046
13 — Interesses minoritários .....	50	6 661	9 786
14 — Lucro consolidado do exercício .....		11 260 968	17 415 886
<i>Total</i> .....		45 374 041	50 462 927

#### CRÉDITO

	Notas	2001	2000
<b>B) Proveitos</b>			
1 — Juros e proveitos equiparados .....		1 582 257	1 277 251
3 — Comissões .....	53	39 698 915	41 993 774

(Em euros)

	Notas	2001	2000
4 — Lucros em operações financeiras .....	54	129 149	4 708 765
5 — Reposições e anulações de provisões .....	25	397 210	1 427 240
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação .....		1 569 957	406 805
7 — Outros proveitos de exploração .....	39	292 105	69 028
8 — Ganhos extraordinários .....	39	1 704 448	580 064
<i>Total</i> .....		45 374 041	50 462 927

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristiano Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal. — A Técnica de Contas, *Carla Maria de Sousa*.

### Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2001

(Valores expressos em euros)

#### 1 — Actividade:

A ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (adiante designada por ESAF, SGPS, ou a sociedade), foi constituída por escritura pública de 3 de Dezembro de 1992, sob a forma de sociedade anónima, tendo também por escritura pública, de 16 de Abril de 1993, alterado o seu capital de 50 milhares de contos para 2350 milhares de contos.

Em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, procedeu-se em 31 de Maio de 1999 à redenominação do capital social para 11 750 000 euros que, não alterando o número de acções emitidas, exigiu um ajustamento no capital de 28 249 euros, efectuado por incorporação de parte da reserva legal.

A sociedade tem por objecto único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei n.º 495/88 e n.º 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que participe e pode adquirir participações em qualquer sociedade.

As empresas participadas pela ESAF — SGPS, têm por objecto genérico a gestão de fundos mobiliários nacionais e internacionais, imobiliários, de pensões, bem como a gestão personalizada discricionária de carteiras de investimento, por conta de terceiros e a prestação de serviços de consultoria e de gestão a sociedades nacionais e estrangeiras.

De acordo com o regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, as sociedades gestoras de fundos de investimento, quer mobiliários quer imobiliários, e de patrimónios são classificadas como sociedades financeiras e estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Ao Instituto de Seguros de Portugal cabe a supervisão das sociedades gestoras de fundos de pensões. A ESAF, SGPS, na qualidade de gestora de participações sociais, e enquanto detentora da maioria dos direitos de voto em uma ou mais sociedades financeiras encontra-se, de acordo com o referido regime geral, igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A ESAF, SGPS, é parte integrante do Grupo Banco Espírito Santo (v. notas n.ºs 29 e 43).

#### 2 — Estrutura do grupo:

A ESAF, SGPS, detém participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias as que correspondem a investimentos de carácter duradouro cuja participação directa ou indirecta no capital seja superior a 50% e que possam ser consideradas, conjuntamente com a sociedade, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja participação se situa entre 20 e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio.

Em conformidade com o disposto nos artigos 491.º e 501.º a 504.º do Código das Sociedades Comerciais, a ESAF, SGPS, é responsável pelas obrigações das subsidiárias sobre as quais exerce domínio total.

O Grupo de empresas nas quais a sociedade detém uma participação em 31 de Dezembro de 2001, directa ou indirectamente, superior ou igual a 20%, e que foram incluídas na consolidação, é composto como segue:

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. (ESAF — ESFII), foi constituída em 24 de Março de 1992 com sede

em Lisboa e tem como objecto social a gestão de fundos de investimento imobiliário. A ESAF, ESFII, tem um capital de 2 500 000 euros detido integralmente pela ESAF — SGPS.

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (ESAF — ESFIM), sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário, foi constituída em 23 de Julho de 1987 com sede em Lisboa, e tem um capital de 3 000 000 euros integralmente subscrito pela ESAF — SGPS.

A ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A. (ESAF — ESGP), constituída em 23 de Abril de 1987, tem por objecto a gestão discricionária de activos, por conta de terceiros, com um capital de 625 000 euros detido integralmente pela ESAF — SGPS. A ESAF — ESGP encontra-se sediada em Lisboa.

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A. (ESAF — ESFP), foi constituída em 25 de Agosto de 1989, com sede em Lisboa e um capital de 1 000 000 euros, detido a 100% pela ESAF — SGPS, e tem como objecto social a gestão de fundos de pensões.

A Espírito Santo Pensiones, SGFP, S. A. (ES Pensiones), foi constituída em 7 de Março de 2001, com sede em Madrid e um capital de 1 000 000 euros, detido pela ESAF, SGPS, em 50% e tem como objecto social exclusivo a gestão de fundos de pensões.

A Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A. (Capital Mais), foi constituída em 18 de Novembro de 1998, com sede em Lisboa e tem por objecto a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira. O capital subscrito e inteiramente realizado de 50 000 euros é integralmente detido pela ESAF — SGPS.

A ESAF — Holding, GMBH (ESAF GMBH) é uma sociedade *holding* de direito austríaco, constituída em Agosto de 1996, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 5 milhões de xelins austríacos (363 364 euros). Esta sociedade é detida na totalidade pela ESAF SGPS. Em 31 de Dezembro de 2000, a sociedade apenas detém uma participação a 100% de uma sociedade com sede em Jersey, a ESAF Intergroup Management, Ltd., que não teve qualquer actividade durante o exercício.

A ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, S. A. (ESAF — ESPI), é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída em 25 de Junho de 1996 como sociedade por quotas, com sede na Zona Franca da Madeira. Em 22 de Dezembro de 1997 a sociedade foi transformada em sociedade anónima. O capital subscrito e realizado de 50 000 euros é integralmente detido pela ESAF — SGPS.

A Espírito Santo Inversiones, S. A. (ESISA), é uma sociedade de direito Espanhol, constituída em 16 de Março de 1988 e adquirida em 50% pela ESAF — SGPS em Março de 2000, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 66 888 680 euros. Esta sociedade apresentava em 31 de Dezembro de 2000 uma participação indirecta de 100% na GES BM, SGIIC, S. A. (sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário), e 82,11% na Gescapital Gestión de Patrimónios, S. A. (sociedade gestora de patrimónios), que por sua vez detinha 100% da Gescapital Gestión, SGIIC, todas com sede em Espanha.

Em 2001 a ESISA adquiriu o restante capital da Gescapital Gestión de Patrimónios, passando a deter 100% do seu capital social. Procedeu-se igualmente a uma fusão por absorção entre as duas sociedades gestoras de instituições de investimento colectivo (SGIIC) existentes, Gescapital Gestión, SGIIC e GesBM, SGIIC, resultando numa só entidade gestora, denominada Gescapital Gestión, SGIIC, S. A., que, já no início 2002 alterou a sua denominação social para Espírito Santo Gestión, SGIIC, S. A.

Deste modo, em 31 de Dezembro de 2001, a ESISA apresenta-se com uma participação directa de 100% no capital da Gescapital

Gestión de Patrimónios, S. A., que detém directamente 100% da Gescapital Gestión, SGIIC, S. A. (entidade resultado da fusão).

A ESAF — International Management, S. A. (ESAF — IM), é uma sociedade de direito Luxemburguês, constituída em Fevereiro de 1995, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 5 milhões de francos luxemburgueses (123 947 euros). Esta sociedade dedica-se à gestão de fundos de investimento mobiliário internacional sendo detida pela ESAF — ESPI em 99,8%.

A ESAF — International Distributors, Ltd. (ESAF — ID), é uma sociedade sediada na Isle of Man com um capital de 100 000 libras esterlinas integralmente subscrito e realizado pela ESAF — ESPI (100%). Esta sociedade dedica-se à distribuição de fundos internacionais, junto de clientes institucionais.

A ESAF — International Distributors Associates, Ltd. (ESAF IDA), é uma sociedade sediada nas British Virgin Islands constituída em 11 de Abril de 2001, com um capital de 50 000 dólares americanos integralmente subscrito e realizado pela ESAF — ESPI (100%). Esta sociedade dedica-se à distribuição de fundos internacionais, junto de clientes institucionais.

A ESAF — Espírito Santo Capital Management (Ireland), S. A. (ESAF CM), foi constituída no final de 1997 e iniciou a sua actividade de gestão de fundos de fundos somente em 1998, tendo um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 520 000 dólares americanos (1999: 460 000 dólares americanos). Esta sociedade, com sede no International Financial Center em Dublin é detida pela ESAF ESPI (100%).

A ESIAM — Espírito Santo International Asset Management, Ltd. (ESIAM), foi constituída no final de 1998, com um capital de 10 000 dólares americanos detido em 49% pela ESAF — ESPI. A sociedade sediada nas British Virgin Islands, detém uma participação numa sociedade cuja actividade principal é a gestão de fundos de pensões em Angola.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

### 3.1 — Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as contas da ESAF — SGPS, e das suas subsidiárias e associadas, foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e encontram-se apresentadas de acordo com a instrução do Banco de Portugal n.º 71/96. Dado a ESAF ESPI não apresentar contas consolidadas, as respectivas contas, assim como as das suas subsidiárias, foram consideradas individualmente para efeitos de consolidação da empresa-mãe, a ESAF SGPS. Para este efeito, as contas individuais da ESAF ESPI foram ajustadas por forma a excluir o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial à valorização das suas participações, registado de acordo com as normas aplicáveis a entidades que seguem o Plano Oficial de Contabilidade.

As demonstrações financeiras individuais da ESAF — SGPS, e das suas subsidiárias, directas e indirectas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 91/90, de 17 de Março, excepto no que respeita à (i) Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., e ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, S. A., que preparam as suas demonstrações financeiras em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade, e à (ii) ESAF Holding — GMBH, S. A., ESAF — Espírito Santo Capital Management (Ireland), S. A., ESAF — International Distributors, Ltd., ESAF — International Management, S. A., ESIAM — Espírito Santo International Asset Management, Ltd., ES Pensiones, S. A., ESISA, S. A., ESAF — International Distributors Associates, Ltd., que preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas estabelecidas nos respectivos países.

Para efeitos de apresentação das contas consolidadas da ESAF, SGPS, as demonstrações financeiras das sociedades atrás referidas foram convertidas para contas preparadas em conformidade com o PCSB.

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2001 e 2000 são apresentadas em euros, arredondados por excesso para a unidade mais próxima.

Os valores de 2001 são comparáveis nos seus aspectos mais significativos com os de 2000, não se tendo verificado alterações nas políticas contabilísticas com efeitos na comparabilidade das demonstrações financeiras, com excepção para a rubrica de Reservas, nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de Dezembro de 2000 esta rubrica era apre-

sentada pelo seu valor bruto, decomposta nas sub-rubricas reservas, *goodwill* resultante da consolidação e diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial, enquanto que em 31 de Dezembro de 2001 é apresentada no balanço pelo seu valor líquido na rubrica de reservas (v. nota n.º 29).

As notas às contas respeitam na generalidade a ordem estabelecida pelo PCSB para efeito das contas individuais, complementadas com as informações relativas às contas consolidadas e outras informações consideradas relevantes para uma correcta apreciação das demonstrações financeiras. De referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores ou informações a reportar.

### 3.2 — Princípios de consolidação:

#### a) Participações financeiras em subsidiárias e associadas:

As participações financeiras em subsidiárias, cuja percentagem de participação ou direitos de votos sejam superiores a 50% do capital social, ou seja exercido domínio por outra forma, são consolidadas pelo método integral, com excepção (i) da ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A. que, por imposição do Banco de Portugal, a partir de 1997 inclusive, passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial e (ii) das sociedades que se mantêm sem qualquer actividade em 31 de Dezembro de 2001, pela irrelevância dos valores a considerar. O valor correspondente à participação de terceiros em subsidiárias é apresentado na rubrica Interesses minoritários. Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados.

As participações financeiras em associadas, correspondendo a percentagens de participação entre 20% e 50%, são reflectidas pelo método da equivalência patrimonial.

#### b) *Goodwill*:

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, definido como sendo a diferença positiva entre o valor de custo e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data da aquisição ou da primeira consolidação, se posterior, é anulado por contrapartida dos capitais próprios, no exercício em que ocorre a aquisição da participação, nas sub-rubricas de *goodwill* da consolidação e Diferenças de equivalência patrimonial, conforme se trate de empresas subsidiárias ou associadas, sendo que a partir do exercício de 2001, inclusive, em ambas as situações o valor é anulado por contrapartida da rubrica de Reservas. Por outro lado, quando essa diferença é negativa, i.e., o valor patrimonial é superior ao valor de custo, é apresentada no passivo, na rubrica de diferenças de consolidação ou de reavaliação — equivalência patrimonial (v. nota n.º 51), até que seja realizada.

Em 31 de Dezembro o valor total das reservas consolidadas, permitiu anular o valor do *goodwill* na sua totalidade (*write-off*).

### 3.3 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicáveis às demonstrações individuais e consolidadas da ESAF, SGPS, são apresentadas como segue:

a) *Especialização de exercícios*. — A sociedade, as suas subsidiárias e associadas seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas de custos e de proveitos; para efeitos das contas individuais da ESAF — SGPS, o rendimento das participações financeiras só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos, dado que, e de acordo com o PCSB o método de equivalência patrimonial não é aplicável às contas individuais.

#### b) *Obrigações e outros títulos de rendimento fixo*:

##### Titulos de investimento:

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção, em regra, ultrapassa seis meses, ou que, apesar de ser intenção mantê-los em carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento (v. nota n.º 10).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são apresentadas ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre

até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo. A diferença, quando positiva, entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado ou, na sua ausência, o presumível valor de realização, é totalmente provisionada por contrapartida de resultados.

*c) Partes de capital em empresas coligadas e participadas:*

*Demonstrações financeiras individuais*

Na rubrica de partes de capital em empresas coligadas são registadas, pelo respectivo custo de aquisição, as participações maioritárias no capital de empresas que se revistam de carácter duradouro.

A rubrica de participações inclui as participações no capital de empresas inferiores a 50% e superiores a 20%, bem como outras participações de carácter estratégico e duradouro, mesmo que a percentagem do capital detido seja inferior a 20%. Estas participações encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição.

*Demonstrações financeiras consolidadas:*

Em partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas, pelo método da equivalência patrimonial [v. nota n.º 3.2, alínea *a*)], as participações no capital de empresas entre 20% e 50%.

Conforme referido na nota n.º 3.2, alínea *a*), a ESAF ESFP, ainda que detida a 100%, é reflectida pelo método da equivalência patrimonial, pelo que se encontra registada na rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação.

A rubrica de outras participações financeiras inclui as participações de capital inferiores a 20% e são apresentadas pelo respectivo custo de aquisição líquidas, sempre que aplicável, de provisões para desvalorizações consideradas de carácter permanente.

*d) Provisão para depreciação de títulos e outras aplicações.* — São constituídas provisões para menos-valias em títulos e outras aplicações financeiras, as quais se destinam a fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas, por referência à data do balanço consolidado, nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para outras participações [v. notas n.ºs 3.3, alínea *b*), e 25].

*e) Imobilizações incorpóreas.* — Incluem, fundamentalmente, despesas incorridas (*i*) com a constituição e ou transformação da sociedade, subsidiárias e associadas, e aumentos de capital, (*ii*) com a investigação, prospecção e posterior concretização de novos negócios no estrangeiro no âmbito do desenvolvimento da actividade da sociedade e subsidiárias, e (*iii*) com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, sendo amortizadas, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, em três anos (v. nota n.º 11).

*f) Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são depreciadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens, ao serviço do Grupo:

	Anos
Equipamento ( <i>a</i> ), instalações interiores e obras em imóveis arrendados .....	8-10
Equipamentos informáticos e de escritório .....	4-5
Viaturas .....	4

(*a*) Máquinas, aparelhos e ferramentas, mobiliário e material.

*g) Pensões de reforma.* — A ESAF — ESFII e a ESAF — FIM assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, consagrada no Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário ao qual aderiram.

Através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro, o Banco de Portugal estabeleceu um quadro mínimo de referência para efeitos da cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência tendo procedido à uniformização dos parâmetros dos pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação do valor actual das responsabilidades.

Em 9 de Novembro de 2001, através do aviso n.º 12/2001, o Banco de Portugal veio revogar o aviso acima referido e introduzir alterações significativas ao quadro anteriormente estabelecido, onde se destaca para além da obrigatoriedade de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, a

relevação do custo do exercício, tendo por base não as contribuições efectuadas decorrentes dos cálculos actuariais, mas o montante líquido resultante do custo dos serviços correntes, acrescido do custo dos juros e deduzido do rendimento esperado do fundo, e ainda a amortização, por um período que poderá ir até aos 10 anos, dos ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados na parte que excederem um corredor determinado previamente.

Assim, de acordo com o estabelecido no referido aviso, os montantes relativos ao custo do serviço corrente, ao custo dos juros e ao rendimento esperado dos activos do fundo de pensões são registados como custo do exercício numa rubrica adequada de custos com pessoal.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros, bem como nas condições gerais dos planos de pensões, são registados por contrapartida de uma rubrica de receitas com proveito diferido ou de despesas com custo diferido, conforme se tratem de ganhos ou perdas.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados numa rubrica de flutuação de valores, na parte em que o seu valor líquido não exceda o maior de (*i*) 10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo ou (*ii*) 10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportados ao final do exercício anterior, e numa rubrica de receitas com proveito diferido ou de despesas com custo diferido pelo valor líquido remanescente.

Os valores registados nas rubricas de despesas com custo diferido e de receitas com proveito diferido serão amortizados linearmente num prazo de 10 anos, por contrapartida, respectivamente, das rubricas de perdas e ganhos extraordinários.

Com estas alterações, o Banco de Portugal veio adaptar algumas das regras previstas nas normas de contabilidade internacionalmente aceites.

No entanto, na ausência, no referencial nacional aplicável, de pronunciamento específico que determine o tratamento contabilístico a conferir aos excessos de financiamento apurados à data de implementação do referido aviso n.º 12/2001, situação em que se encontra a ESAF FII, a sociedade optou numa óptica de prudência, por não registar o proveito líquido que resultaria do reconhecimento desse excesso e do custo efectivo com pensões apurado de acordo com aquele aviso, conforme acima referido.

A sociedade obtém estudos actuariais periódicos, por forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

*h) Conversão cambial de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira:*

Para efeitos de apresentação das contas consolidadas em 31 de Dezembro, as demonstrações financeiras das sociedades sediadas no exterior e expressas em moeda estrangeira, foram convertidas, para euros, como se segue:

Activos e passivos — convertidos às paridades cambiais em vigor à data do balanço;  
Capital — convertido às paridades cambiais em vigor à data da realização do mesmo (câmbio histórico);  
Conta de resultados — convertida às paridades cambiais médias em vigor durante o exercício.

*i) Impostos sobre lucros.* — A ESAF — SGPS, bem como as suas subsidiárias e participadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O pagamento de imposto sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pela administração fiscal nos quatro ou cinco anos subsequentes, consoante digam respeito aos exercícios de 2001, 2000 e 1999 ou anteriores, respectivamente.

Com as alterações introduzidas ao CIRC pelo Decreto-Lei n.º 366/98, de 23 de Novembro, os resultados do exercício das sociedades sujeitas a um regime fiscal mais favorável detidas pela ESAF ESPI, por esta se encontrar sujeita a um regime especial de tributação, passaram a ser tributadas por imputação directa aos resultados da empresa mãe, a ESAF — SGPS.

Em 31 de Dezembro de 2001 não existiam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais, pelo que a sociedade não registou impostos diferidos.

j) *Comissões de gestão.* — A sociedade e as suas subsidiárias, no âmbito das respectivas actividades, cobram comissões de gestão, numa base periódica, correspondente a um valor previamente contratado ou a taxas fixas sobre o volume de activos geridos, no caso das sociedades gestoras de fundos e de outros activos. Estas comissões são registadas em proveitos de acordo com o período a que dizem respeito.

l) *Campanhas de publicidade.* — As despesas com a parte da publicidade realizada no exercício mas cujo impacte, por ter um carácter institucional, se irá repercutir de acordo com a análise efectuada essencialmente em três exercícios, são apresentadas na rubrica de custos diferidos do activo (v. nota n.º 27) e registadas em custos de acordo com este período.

m) *Opções na aquisição de participações.* — Os montantes teóricos das opções são contabilizados nas contas extrapatrimoniais na data da transacção ao valor acordado. Os prémios pagos ou recebidos são diferidos nas rubricas de balanço despesas com custo diferido e de receitas com proveito diferido, respectivamente, até ao exercício da opção (v. nota n.º 27).

#### 6 — Informação relativa a empresas subsidiárias e participadas:

Em 31 de Dezembro de 2001 os valores das participações detidas pela ESAF — SGPS, no capital de outras empresas, são apresentados nas demonstrações financeiras individuais como segue:

	Participação directa no capital (percentagem)	Capitais próprios no final do exercício (a)	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Valor de aquisição	Valor correspondente no capital próprio no final do exercício
<b>Partes de capital em empresas coligadas:</b>					
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. ....	100	3 357 494	2 169 247	3 183 328	5 526 741
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. ....	100	4 497 423	1 179 550	6 305 406	5 676 972
ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A. (c) .....	100	857 410	1 398 908	810 616	2 256 319
ESAF Holding — GMBH .....	100	359 763	—	359 760	359 763
ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A. ....	100	1 400 496	642 803	3 506 402	2 043 299
ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, S. A. (b)	100	2 642 054	438 840	24 940	3 080 894
Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A. ....	100	60 000	909 882	24 940	969 880
Espírito Santo Inversiones, S. A. (d) .....	50	10 493 590	1 898 000	33 515 456	6 195 795
Espírito Santo Pensiones, S. A. ....	50	1 000 000	(43 690)	500 000	478 155
				<u>48 230 849</u>	<u>26 587 820</u>

#### Participações:

Gesfinc — ES Estudos Financeiros e de Mercado Capitais, S. A. ....	15	331 000	(122 000)	59 856	31 350
--	----	---------	-----------	--------	--------

(a) Excluindo o lucro/(prejuízo) do exercício.

(b) Não inclui o efeito da equivalência patrimonial nas suas participações.

(c) No final do exercício de 1999 a ESAF — SGPS, efectuou prestações acessórias a esta sociedade no montante de 1875 milhares de euros (v. nota n.º 31).

(d) Valores extraídos da informação financeira provisória disponibilizada para efeitos da consolidação da ESAF — SGPS.

A aplicação do método da equivalência patrimonial à associada Espírito Santo Inversiones, S. A., teve por referência as contas provisórias para o exercício de 2001. As contas finais desta associada vieram a ser ajustadas posteriormente em cerca de 2,4 milhões de euros pelos efeitos do apuramento final do *goodwill* na aquisição de uma participação, informação que não foi conhecida a tempo do registo nas contas consolidadas de 2001 da ESAF — SGPS. Assim, a redução das reservas, no montante de 1,2 milhões de euros (na proporção da participação detida), por contrapartida da rubrica de partes de capital em empresas associadas no activo apenas foi reflectida nas contas consolidadas do 1.º trimestre de 2002.

Nas demonstrações financeiras consolidadas são ainda consideradas as seguintes participações indirectas, detidas por via da ESAF ESPI (v. nota n.º 2).

	Participação directa no capital (percentagem)	Capitais próprios no final do exercício (a)	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Valor de aquisição	Valor correspondente no capital próprio no final do exercício
ESAF — International Management, S. A. ....	99,80	136 338,17	3 459 533	125 368	3 588 680
ESAF — International Distributors, Ltd. ....	100,00	2 409 445	1 235 443	150 362	3 644 888
ESAF — Capital Management (Ireland), S. A. ....	100,00	163 078	51 316	478 823	214 394
ESAF — International Distributors Associates, Ltd. ....	100,00	58 268	1 332 422	58 268	1 390 690
ESIAM — Espírito Santo International Asset Management, Ltd. (a) .....	49,00	(142 140)	24 189	29 398	—
				<u>842 219</u>	<u>8 838 652</u>

(b) Valores extraídos da informação financeira provisória disponibilizada para efeitos de consolidação da ESAF — SGPS.

As rubricas de partes de capital em empresas associadas, partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras das demonstrações financeiras consolidadas decompõem-se como segue:

	Partes de capital em empresas associadas:	
	2001	2000
ESISA .....	6 195 796	5 177 090
Espírito Santo Pensiones .....	478 160	—
	<u>6 673 956</u>	<u>5 177 090</u>

#### Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

	2001	2000
ESAF ESFP .....	2 194 426	1 585 793
ESAF GMBH .....	359 757	359 757
ESAF — Espírito Santo Capital Management (France) .....	—	59 596
	<u>2 554 183</u>	<u>2 005 146</u>
Provisão .....	—	(59 596)
	<u>2 554 183</u>	<u>1 945 550</u>

## Outras participações financeiras:

	2001	2000
Gesfinc .....	59 856	59 856
Outras participações .....	13 500	10 993
	73 356	70 849

As participações financeiras detidas pela ESAF — SGPS, nas suas subsidiárias e associadas, exceptuando as participações na ESAF — GMBH, são consolidadas, respectivamente pelos métodos integrais e equivalência patrimonial [v. nota n.º 3.2, alínea a)]. Relativamente a esta subsidiária, a participação é apresentada no balanço consolidado da sociedade, em 31 de Dezembro de 2001, ao seu custo de aquisição, pelo facto de à data do balanço se encontrar inactiva e apresentar nas suas contas sociais, apenas o movimento correspondente à constituição e consequente subscrição e realização do capital da mesma, efectuado pela sociedade, em Agosto de 1996 (v. nota n.º 2).

Caso as contas da ESAF, ESFP, fossem consolidadas pelo método integral, os efeitos na consolidação da ESAF — SGPS, líquidos de anu-

lações de saldos e transacções com o Grupo, seriam respectivamente, em custos e proveitos, 1 897 333 euros (2000: 1 795 389 euros) e 2 629 385 euros (2000: 2 245 250 euros).

Os movimentos registados no exercício na rubrica de partes de capital em empresas coligadas das contas individuais resultam da aquisição de 500 acções da ES Pensiones, S. A., correspondentes a 50% do capital da sociedade por um preço de 500 000 euros.

## 8 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito refere-se na íntegra a depósitos a prazo, com vencimento inferior a três meses, junto de entidades do Grupo Banco Espírito Santo.

## 10 — Inventário da carteira de títulos:

Os títulos em carteira em 31 de Dezembro de 2001 nas contas consolidadas da ESAF — SGPS, são os seguintes:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
				2001	2000
B) Títulos — investimento:					
De rendimento fixo — de emissores públicos:					
De dívida pública portuguesa:					
A médio e a longo prazos:					
OT 5,75% — Março de 2002 — obrigações ao portador .....	251 000	102,27	100,16	256 708	256 708
OT 4,8125% — Abril de 2003 — obrigações ao portador .....	372 100	100,32	101,61	373 301	36 731
	623 100			630 009	293 439

Estes títulos foram adquiridos nos exercícios de 2000 e 2001 pela ESAF ESGP e encontram-se a garantir as responsabilidades decorrentes do Sistema de Indemnização aos Investidores (v. nota n.º 23).

## 11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

## Demonstrações financeiras individuais:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Ajustamentos/transfe-rências	Abates	Saldo líquido final
Imobilizações incorpóreas:						
Custos pluriennais .....	4 410	—	(4 410)	—	—	—
Sistemas de tratamento de dados .....	383 923	99 004	(181 224)	80 107	—	381 810
Outras .....	39	9681	(39)	—	—	968
	388 372	99 972	(185 673)	80 107	—	382 778
Imobilizações corpóreas:						
Obras em imóveis arrendados .....	—	111 067	(6 288)	—	—	104 779
Instalações interiores .....	155 597	1 050	(38 857)	14 972	(1 361)	131 401
Máquinas, aparelhos e ferramentas .....	47 134	978	(17 786)	— 10 418	—	19 908
Mobiliário e material .....	145 828	—	(37 090)	—	—	108 738
Viaturas .....	77 679	20 953	(33 015)	—	(8 036)	57 581
Equipamento informático .....	387 824	28 742	(182 439)	—	(3 760)	230 367
Outras imobilizações corpóreas .....	21 380	—	(8 151)	— 4 554	—	8 675
	835 442	162 790	(323 626)	—	(13 157)	661 449
Imobilizações em curso:						
Imobilizações incorpóreas .....	70 093	42 439	—	(80 107)	—	32 425
<i>Total</i> .....	1 293 907	305 201	(509 299)	—	(13 157)	1 076 652

## Demonstrações financeiras consolidadas:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Ajustamentos/transfêrências	Abates	Saldo líquido final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Custos plurianuais .....	4 410	—	(4 410)	—	—	—
Despesas de estabelecimento .....	40	—	(40)	—	—	—
Sistemas de tratamento de dados .....	391 332	108 656	(196 178)	95 669	—	399 479
Outras .....	86	3 811	(86)	—	—	3 811
	<u>395 868</u>	<u>112 467</u>	<u>(200 714)</u>	<u>95 669</u>	<u>—</u>	<u>403 290</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Obras em imóveis arrendados .....	82 322	111 067	(16 168)	—	—	177 222
Instalações interiores .....	192 199	1 049	(47 633)	15 017	(1 878)	158 754
Equipamento:						
Máquinas, aparelhos e ferramentas .....	91 190	978	(36 782)	(10 417)	—	44 969
Mobiliário e material .....	459 368	—	(108 646)	—	(315)	350 407
Viaturas .....	462 833	43 294	(167 076)	—	(87 808)	251 243
Equipamento informático .....	423 925	51 935	(200 352)	—	(3 760)	271 748
Outras imobilizações corpóreas .....	22 348	—	(8 529)	(4 600)	—	9 219
	<u>1 734 185</u>	<u>208 323</u>	<u>(585 186)</u>	<u>—</u>	<u>(93 761)</u>	<u>1 263 562</u>
<b>Imobilizações em curso:</b>						
Imobilizações incorpóreas .....	85 656	146 902	—	(95 669)	—	136 889
<i>Total</i> .....	<u>2 215 709</u>	<u>467 692</u>	<u>(785 900)</u>	<u>—</u>	<u>(93 761)</u>	<u>1 803 741</u>

O saldo do imobilizado em curso nas demonstrações financeiras consolidadas inclui 104 463 euros relativos ao novo sistema informático adquirido pela ESAF, ESFII, para a gestão de fundos de investimento imobiliário. Este sistema entrará em funcionamento em 2002.

## 18 — Débitos para com instituições de crédito:

O saldo da rubrica de débitos para com instituições de crédito, em 31 de Dezembro de 2001, refere-se na íntegra a um empréstimo obtido pela ESAF — SGPS, em 2000 no montante total de 19 050 000 euros (2000: 24 781 188 euros), junto do Banco Espírito Santo, por um prazo de cinco anos e que vence juros trimestralmente à taxa Lisbor a três meses acrescida de um *spread* de 0,6%. A diminuição do saldo em 2001, deve-se à amortização de um outro empréstimo no montante de 5 731 188 euros. A contratação destes empréstimos destinou-se a financiar a aquisição da participação na Espírito Santo Inversiones, S. A.

## 23 — Compromissos e outras responsabilidades assumidas:

Ao abrigo do Sistema de Indemnização aos Investidores, a ESAF, ESGP, tem registado nas suas contas extrapatrimoniais, em 31 de Dezem-

bro de 2001, na rubrica de responsabilidades perante terceiros, o montante de 581 584 euros (2000: 536 817 euros). Estas responsabilidades encontram-se parcialmente cobertas, de acordo com o definido naquele sistema, por títulos da carteira própria dados em garantia no valor de 375 263 euros (2000: 293 439 euros) (v. nota n.º 10), e registados em garantias reais nas contas individuais da ESAF, ESGP, e nas contas consolidadas da ESAF — SGPS.

## 24 — Compromissos com pensões e cobertura de responsabilidades:

(V. nota n.º 49).

## 25 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi o seguinte:

## Demonstrações financeiras individuais:

	Saldo inicial	Reforços	Utilizações	Reduções/anulações	Saldo final
<b>Provisões apresentadas no activo:</b>					
Provisões para partes de capital em empresas coligadas .....	59 596	—	—	(59 596)	—
<b>Provisões apresentadas no passivo:</b>					
Provisões para riscos e encargos .....	85 147	1 219 370	—	—	1 304 517

Os reforços das provisões para riscos bancários gerais destinam-se a fazer face a eventuais custos a suportar com a ESAF International Management (Luxemburgo), S. A.

## Demonstrações financeiras individuais:

	Saldo inicial	Reforços	Utilizações	Reduções/anulações	Saldo final
<b>Provisões apresentadas no activo:</b>					
Provisões para outras participações .....	59 596	—	—	(59 596)	—

	Saldo inicial	Reforços	Utilizações	Reduções/anulações	Saldo final
Provisões apresentadas no passivo:					
Provisões para pensões de reforma (v. nota n.º 3.3, alínea g) e n.º 24) .....	—	142 014	(142 014)	—	—
Provisões para outros riscos e encargos .....	472 388	1 705 510	(49 628)	(337 614)	1 790 656
Fundo para riscos bancários gerais .....	69 635	—	—	—	69 635
	542 023	1 847 524	(191 642)	(337 614)	1 860 291

As reduções/anulações de provisões para outras participações nas contas individuais e consolidadas referem-se à anulação da provisão constituída em 2000 na ESAF — SGPS, para eventuais perdas com a ESAF Capital Management (France), S. A. Esta sociedade foi liquidada em 2001, gerando uma menos valia total de 80 063 euros, tendo-se procedido à anulação da provisão constituída em 2000, no valor de 59 596 euros (v. nota n.º 39).

Os reforços das provisões para pensões de reforma reflectem o acréscimo efectuado para efeitos da especialização mensal de custos na ESAF, ESFII. As utilizações correspondem às contribuições desta sociedade efectuadas em Dezembro de 2001 para o Fundo de Pensões Multireforma.

O valor dos reforços nas provisões para outros riscos e encargos, além do referido na nota explicativa das demonstrações financeiras individuais, inclui ainda duas provisões constituídas na ESAF, ESFIM. Estas provisões no valor de 200 000 euros e 286 140 euros, destinam-se, respectivamente, a fazer face a possíveis perdas decorrentes

de eventuais multas associadas a dois processos de contra-ordenação da CMVM e a eventuais despesas a incorrer no âmbito da actividade de gestão de fundos de investimento.

Finalmente, o valor apresentado na coluna das anulações de provisões para outros riscos e encargos nas demonstrações financeiras consolidadas, é determinado pelas anulações de duas provisões constituídas no exercício de 2000. Por um lado uma provisão constituída na ESAF, ESPI, para eventuais responsabilidades com a Espírito Santo Latin Management, Ltd., alienada no exercício de 2000, no montante de 206 028 euros. O outro valor diz respeito a 131 586 euros de uma provisão constituída na ESAF GP, para cobertura de garantias prestadas a clientes.

#### 27 — Contas de regularização:

##### Demonstrações financeiras individuais:

	2001	2000
Activo:		
Despesas com custos diferidos:		
Campanhas de publicidade .....	5 427	12 672
Outras .....	24 321	151 101
Proveitos a receber .....	22 041	7 343
Outras contas de regularização .....	60 006	120 202
	<u>111 795</u>	<u>291 318</u>
Passivo:		
Custos a pagar:		
Juros de empréstimos (v. nota n.º 18) .....	76 909	101 677
Encargos com férias e subsídio de férias .....	67 021	66 417
Outras remunerações a empregados .....	135 000	274 339
Receitas com proveito diferido .....	—	311 749
Outras contas de regularização .....	80 320	61 326
	<u>359 250</u>	<u>815 508</u>

O saldo das receitas com proveito diferido em 2000 inclui dois meses de facturação por serviços técnicos que apenas foram prestados no exercício de 2001.

##### Demonstrações financeiras consolidadas:

	2001	2000
Activo:		
Proveitos a receber:		
Títulos e outras aplicações financeiras .....	88 475	101 403
Comissões de gestão (v. nota n.º 52) .....	4 571 751	3 557 893
Despesas com custo diferido:		
Campanhas de publicidade .....	5 427	12 673
Outras .....	167 632	237 426
Outras contas de regularização .....	165	129 780
Flutuação de valores .....	236 763	—
	<u>5 070 213</u>	<u>4 039 175</u>

	2001	2000
Passivo:		
Custos a pagar:		
Despesas de comercialização e distribuição (v. nota n.º 51) .....	4 504 149	3 181 379
Juros de empréstimos .....	76 909	101 677
Encargos com férias e subsídio de férias .....	355 088	360 702
Outras remunerações a empregados .....	136 544	274 339
Receitas com proveito diferido .....	—	103 916
Outras contas de regularização .....	238 945	574 750
	<u>5 311 635</u>	<u>4 596 763</u>

A rubrica de outras despesas com custos diferidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2000, incluía o prémio da opção de compra de 13,76% do capital da Gescapital, Gestion de Patrimónios, S. A., inicialmente diferido ao longo da duração do contrato (dois anos), no montante de 137 748 euros. No exercício de 2001, esta opção veio a ser cedida à sociedade ESISA, uma associada da ESAF — SGPS, pelo preço de 300 506 euros, o que explica a redução no saldo da rubrica acima referida (v. notas n.ºs 33 e 39).

Em 31 de Dezembro de 2001 esta mesma rubrica inclui 61 919 euros correspondentes ao valor de perdas actuariais que excedam o corredor, deduzido da respectiva amortização (conforme nota n.º 3.3).

A rubrica de despesas de comercialização e distribuição nas demonstrações financeiras consolidadas apresenta um aumento significativo

comparativamente a 2000 justificado com o aparecimento da ESAF IDA, e consequentemente novos distribuidores.

O valor de 236 763 euros apresentado em flutuação de valores tem origem na aplicação do estabelecido no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, na ESAF, ESFIM, e correspondente ao corredor, sendo que o mesmo montante traduz o maior dos seguintes valores (i) 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados e (ii) 10% dos activos do Fundo de Pensões contratado [v. nota n.º 3.2, alínea d) e nota n.º 49], reportados ao final do exercício anterior, e que eram neste caso idênticos.

29 — Movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

Demonstrações financeiras individuais:

	Saldo inicial	Aumentos	Transfe-rências	Reduções	Saldo final
Capital subscrito .....	11 750 000	—	—	—	11 750 000
Reserva legal .....	1 090 000	551 066	—	—	1 641 066
Reservas livres .....	12 257 478	7 283 941	—	—	19 541 419
Lucro do exercício do:					
Ano de 2000 .....	11 021 298	—	—	(11 021 298)	—
Ano de 2001 .....	—	12 400 773	—	—	12 400 773
	<u>36 118 776</u>	<u>20 235 780</u>	<u>—</u>	<u>(11 021 298)</u>	<u>45 333 258</u>

Demonstrações financeiras consolidadas:

	Saldo inicial em 2000	Aumentos/reduções	Transfe-rências	Saldo final em 2001
Capital subscrito .....	11 750 000	—	—	11 750 000
Reservas .....	30 212 194	6 190 968	(33 544 426)	36 403 162
Goodwill resultante da consolidação (v. nota n.º 51) .....	(3 187 164)	—	3 187 164	(3 187 164)
Diferença de reavaliação — equivalência patrimonial (v. nota n.º 51) .....	(30 357 262)	—	30 357 262	(30 357 262)
<i>Subtotal de reservas</i> .....	<u>(3 332 232)</u>	<u>6 190 968</u>	<u>—</u>	<u>2 858 736</u>
Diferença cambial na conversão .....	(249 588)	151 879	—	(97 709)
Resultados transitados .....	(929 387)	7 006 309	—	6 076 922
Interesses minoritários .....	10 061	(2 866)	—	7 195
Lucro consolidado do exercício do:				
Ano de 2000 .....	17 415 886	(17 415 886)	—	—
Ano de 2001 .....	—	11 260 969	—	11 260 969
	<u>24 664 740</u>	<u>7 191 373</u>	<u>—</u>	<u>31 856 113</u>

Capital:

O capital social inicial de 50 milhares de contos foi aumentado em Abril de 1993 em 2300 milhares de contos (11 472 352 euros), através da emissão de 2300 milhares de acções, com o valor nominal de 1000\$ cada. Este aumento foi integralmente subscrito e realizado naquele exercício através de (i) 301 543 contos (1 504 090 euros) em numerário e (ii) 1 998 457 contos (9 968 262 euros) em espécie, com acções de empresas participadas.

Durante o exercício de 1999, procedeu-se à redenominação do capital social para euros, com um valor nominal de 5 euros por acção, utilizando para esse fim a reserva legal, no montante de 28 249 euros (totalizando o capital social 11 750 000 euros).

Em 31 de Dezembro de 2001 o capital da ESAF, SGPS, é detido pelas seguintes entidades:

	Percentagem de capital
Grupo Banco Espírito Santo:	
Banco Espírito Santo, S. A. ....	65
Banco Espírito Santo de Investimento, S. A. ....	15
Banco Internacional de Crédito, S. A. ....	5
Caisse Nationale de Crédit Agricole, S. A. ....	10
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. ....	5
	<u>100</u>

## Reservas:

A legislação portuguesa aplicável à ESAF, SGPS, e às suas participadas locais, ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A., Capital-Mais — Assessoria Financeira, S. A., e ESAF — Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, S. A. (artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais), exige que a reserva legal seja anualmente creditada em pelo menos 5% do lucro líquido anual, até que represente a quinta parte do capital. Para as restantes participadas, ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., ESAF — Espírito Santo Fundo de Investimento Imobiliário, S. A., e ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A., aplica-se a legislação vigente para o sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), a qual exige que a reserva legal seja anualmente creditada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

As reservas consolidadas em 31 de Dezembro de 2001, representam as reservas legais e livres geradas, após a primeira consolidação, nas subsidiárias, líquidas dos valores atribuíveis aos interesses minoritários nessas sociedades, adicionadas das reservas legais e livres da ESAF — SGPS, ajustadas igualmente pelos efeitos da consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2001 o valor das reservas consolidadas é apresentado líquido das diferenças de consolidação contrariamente ao sucedido no ano anterior em que os saldos eram apresentados em cada uma das sub-rubricas (v. nota n.º 3.1).

De acordo com a deliberação da assembleia geral em 31 de Maio de 2001, os resultados líquidos individuais da ESAF — SGPS referentes a 2000, no montante de 11 021 298 euros foram aplicados como segue:

Reserva legal .....	551 065
Reservas livres .....	7 283 940
Distribuição aos accionistas .....	3 055 000
Distribuição aos colaboradores .....	131 293
	<u>11 021 298</u>

## 31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas decompõem-se como segue:

## Demonstrações financeiras individuais:

	2001	2000
<b>Activo:</b>		
IVA a recuperar .....	95 974	—
IRC a recuperar (v. nota n.º 41) .....	1 204 137	50 022
Devedores diversos .....	1 403 658	957 850
Contratos de suprimentos .....	1 352 277	—
Prestações acessórias (v. nota n.º 6) .....	<u>1 875 000</u>	<u>1 875 000</u>
	<u>5 931 046</u>	<u>2 882 872</u>
<b>Passivo:</b>		
IVA a pagar .....	—	62 423
IRC a pagar (v. nota n.º 41) .....	—	1 226 278
Retenções na fonte de IRS .....	12 484	7 498
Contribuições para a segurança social .....	9 044	9 399
Credores diversos .....	209 910	312 354
Outros .....	<u>305 500</u>	<u>—</u>
	<u>536 938</u>	<u>1 617 952</u>

A rubrica de IRC a recuperar em 31 de Dezembro de 2001, inclui 1 148 264 euros referentes ao imposto sobre o rendimento do exercício de 2001 (v. nota n.º 41).

Em 31 de Dezembro de 2001, os valores a receber de devedores diversos referem-se quase na totalidade a saldos com entidades que integram o Grupo ESAF e o Grupo Banco Espírito Santo.

## Demonstrações financeiras consolidadas:

	2001	2000
<b>Activo:</b>		
IVA a recuperar .....	95 974	—
IRS a recuperar .....	—	46 006

	2001	2000
IRC a recuperar .....	2 065 951	118 547
Devedores diversos .....	2 065 452	2 796 375
Contratos de suprimentos .....	1 627 438	260 612
	<u>5 854 815</u>	<u>3 221 540</u>
<b>Passivo:</b>		
IVA a pagar .....	147 169	97 594
IRC a pagar .....	736 594	3 178 885
Retenções na fonte de IRS .....	65 719	38 820
Contribuições para a segurança social .....	28 668	35 858
Credores diversos .....	929 301	1 576 210
Dividendos a pagar .....	305 500	—
Outros .....	<u>11 802</u>	<u>19 855</u>
	<u>2 224 753</u>	<u>4 947 222</u>

A rubrica de devedores diversos nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2001, inclui sobretudo valores relativos a comissões a receber decorrentes da actividade da ESAF — SGPS, e das suas subsidiárias.

Os montantes apresentados tanto em IRC a pagar como em IRC a recuperar referem-se aos impostos a liquidar/recuperar pela ESAF — SGPS, e pelas suas subsidiárias no que diz respeito ao exercício de 2001.

O saldo da rubrica de contratos de suprimentos em 31 de Dezembro de 2001, inclui (i) um empréstimo no valor de 1 352 277 euros concedido em 2001 à ESISA, pelo prazo de um ano, com o objectivo de adquirir parte do capital social da Gescapital Gestion de Patrimónios, S. A. (v. nota n.º 2) e (ii) um empréstimo concedido à ESIAM, no valor de 275 161 euros (2000: 260 612 euros).

A rubrica de credores diversos inclui valores a pagar a terceiros com publicidade corrente, serviços de *advisory e research*, e outros decorrentes da actividade de gestão de activos.

## 32 — Fundos e activos geridos:

As subsidiárias da ESAF, SGPS, tinham em 31 de Dezembro de 2001 os seguintes fundos e activos sob gestão:

## Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal:

## Fundos de acções:

Espírito Santo Mercados Emergentes;  
Espírito Santo Portugal Acções;  
Espírito Santo Acções Europa;  
Espírito Santo Invest 90;  
Espírito Santo Acções América;  
Espírito Santo Acções Global.

## Fundos de obrigações:

Espírito Santo Renda Mensal;  
Espírito Santo Renda Trimestral;  
Espírito Santo Capitalização;  
Espírito Santo Obrigações Global;  
Espírito Santo Obrigações Europa;  
Espírito Santo Fixed Income.

## Fundos de tesouraria:

Espírito Santo Tesouraria;  
Espírito Santo Curto Prazo;  
BIC — Tesouraria;  
Espírito Santo Monetário;  
Espírito Santo Liquidez.

## Fundos de fundos:

Espírito Santo Opção Moderada;  
Espírito Santo Portfólio;  
Espírito Santo Estratégia Moderada;  
Espírito Santo Gestão Activa;  
Espírito Santo Top Ranking;  
Espírito Santo Portfolio I;  
Espírito Santo Opção Dinâmica;  
Espírito Santo Opção Conservadora.

## Fundos de poupança:

Espírito Santo Poupança Acções (PPA);  
BIC PPR — Plano Particular Reforma.

## Fundos mistos:

Espírito Santo Invest 15;  
Espírito Santo Invest 40;  
Espírito Santo Portfólio Dinâmico.

À data do balanço, os activos (líquidos) sob gestão dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela ESAF, ESFIM, ascendiam a cerca de 1,413 milhões de euros (2000: 1,697 milhões de euros).

## Internacionais:

A subsidiária da sociedade com sede no Luxemburgo (ESAF International Management, S. A.), gere um *Fonds Commun de Placement* com a designação de Espírito Santo Fund. Este fundo é subdividido nos seguintes compartimentos, cujos activos (líquidos) sob gestão ascendiam, em 31 de Dezembro de 2001, a 315,5 milhões euros (2000: 306,6 milhões euros):

ES Global Bond;  
ES Euro Bond;  
ES Portugal Equity;  
ES Global Equity;  
ES Emerging Markets;  
ES America Growth Fund;  
ES European Equity;  
ES High Yield;  
ES Focus I.

A ESAF Capital Management (Ireland), S. A. com sede em Dublin geria em 31 de Dezembro de 2001 apenas um Fundo de Fundos, cujos activos (líquidos) sob gestão ascendiam a 23,5 milhões de euros. Em 2000 a totalidade dos activos sob gestão repartidos pelos quatro fundos existentes à data era de 26,3 milhões euros.

Através da participada ESISA, o Grupo ESAF, em 31 de Dezembro de 2001, tem ainda sob gestão 31 fundos mobiliários, sediados em Espanha, geridos pela Gescapital Gestion num total de 1,288 milhões de euros (2000: 1,260 milhões de euros) de activos (líquidos).

## Fundos de Investimento Imobiliário:

Gespatrimónio Rendimento;  
Fungepi-BES.

Os fundos de investimento imobiliário, sediados em Portugal, tinham em 31 de Dezembro de 2001 cerca de 1,161 milhões de euros (2000: 933 milhões de euros) de activos (líquidos) sob gestão, geridos pela ESAF, ESFII.

## Fundos de Pensões:

Relativamente aos Fundos de Pensões sediados em Portugal sob a gestão da ESAF, ESFP, em 31 de Dezembro de 2001, o valor global dos mesmos ascendia a 1,277 milhões de euros, dos quais 934 000 euros se referem a Fundos de entidades relacionadas com o Grupo Banco Espírito Santo (2000: 1,1 milhões de euros e 783,6 mil euros, respectivamente).

No que respeita a Espanha, a ES Pensiones, com referência ao final do exercício de 2001, detinha montantes sob gestão que totalizavam 11,8 milhões de euros.

## Gestão de patrimónios:

A actividade de gestão discricionária de activos, de particulares e institucionais, desenvolvida pela ESAF, ESGP, ascendia em 31 de Dezembro de 2001 a 296 milhões de euros (2000: 471 milhões de euros).

Adicionalmente, o Grupo, através daquela sociedade, presta ainda serviços de assessoria financeira a duas entidades distintas, uma delas pertencente ao Grupo Espírito Santo Financial Holding relativamente a um conjunto de activos (líquidos) que em 31 de Dezembro de 2001 ascendiam a 2,402 milhões de euros (2000: 2,050 milhões de euros), a segunda a uma SICAV (Société d'Investissement a Capital Variable) sediada no Luxemburgo cujos activos sob gestão em 31 de Dezembro de 2001 eram de 220 milhões de euros.

## 33 — Operações a prazo:

A ESAF — SGPS, celebrou, em 28 de Março de 2000 um contrato de opção com os sócios da sociedade Gescapital Gestion de Patrimónios, S. A., participada indirectamente em 41,1% através da ESISA (v. nota n.º 2), para aquisição de 39 600 acções desta sociedade (13,76% do capital social). O prémio pago foi de 50 000 000 pesetas (300 506 euros) a ser diferido em custos, pelo período de dois anos (prazo da opção). Esta opção veio a ser cedida à associada ESISA em 2 de Janeiro de 2001 pelo preço de 50 000 000 pesetas (v. notas n.ºs 27 e 39).

## 34 — Pessoal:

A ESAF — SGPS, teve durante o exercício de 2001 em média 20 colaboradores (2000: 16); tendo o Grupo um efectivo médio de 67 colaboradores (2000: 66); repartidos da seguinte forma:

	ESAF — SGPS		ESAF — SGPS — consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Administração .....	—	—	3	3
Quadros superiores .....	3	2	21	18
Quadros médios .....	12	11	29	29
Outros .....	5	3	14	16
<i>Totais</i> .....	20	16	67	66

## 35 — Remuneração dos órgãos sociais:

Em 31 de Dezembro de 2001, os custos do Grupo ESAF relativos a remunerações dos membros da administração ascenderam a 17 159 euros (2000: 11 472 euros).

Os honorários pagos aos revisores oficiais de contas das subsidiárias em Portugal do Grupo ESAF, não tendo carácter de remuneração, encontram-se incluídos na rubrica de outros gastos administrativos e ascendem a 151 829 euros (2000: 265 488 euros).

Durante o exercício não foram efectuados adiantamentos, concedidos créditos ou prestadas garantias a favor dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

## 36 — Serviços de gestão:

No exercício de 2001, a ESAF — SGPS, prestou serviços técnicos de administração às empresas suas participadas no montante de 1 325 000 euros (2000: 2 493 989 euros), registados na rubrica de comissões (proveitos) da demonstração dos resultados.

Relativamente ao Grupo ESAF além dos serviços prestados aos fundos sob gestão (mobiliários, imobiliários e de pensões) a que correspondem comissões de gestão cobradas, o Grupo presta ainda serviços de gestão financeira dos fundos de pensões e fundos autónomos afectos aos produtos vida da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, assim como serviços de gestão discricionária de fundos de terceiros (v. nota n.º 2). Em 2001, estes serviços ascenderam em termos consolidados a 39 698 915 euros (2000: 41 993 774 euros).

## 38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Os proveitos correntes consolidados do exercício tiveram a seguinte distribuição:

	2001		2000	
	Mercado nacional	Mercado internacional	Mercado nacional	Mercado internacional
Comissões .....	31 935 827	7 763 088	31 674 730	10 319 044
Juros e proveitos equiparados .....	1 441 484	140 773	1 075 216	202 035
Lucros em operações financeiras .....	129 149	—	3 184 429	1 524 336
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação .....	642 803	927 154	406 805	—
Outros proveitos de exploração .....	292 105	—	69 028	—
	<u>34 441 368</u>	<u>8 831 015</u>	<u>36 410 208</u>	<u>12 045 415</u>

## 39 — Outros custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Demonstrações financeiras individuais:

	2001	2000
Outros proveitos de exploração:		
Outros proveitos de exploração .....	<u>292 102</u>	<u>68 949</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos .....	4 240	5 487
Prémio da opção (v. notas n.ºs 27 e 33) .....	1 808	162 923
Outros .....	—	—
	<u>6 048</u>	<u>168 410</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias com a alienação de imobilizações .....	1 208	6 647
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	491 000	141 846
Excesso estimativa para IRC .....	—	80 430
Outros .....	265	—
	<u>492 473</u>	<u>228 923</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos valias na alienação de imobilizações (v. nota n.º 25) .....	86 168	871
Multas e penalidades .....	184	144
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	23 484	—
Insuficiência estimativa para IRC .....	121 560	—
Outras .....	—	55 623
	<u>231 396</u>	<u>56 638</u>

Os ganhos relativos a exercícios anteriores nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem (i) 162 774 euros referentes à anulação dos custos registados no exercício de 2000 relativos à opção de compra das acções da Gescapital, Gestion de Patrimónios, S. A. (v. notas n.ºs 27 e 33) e (ii) 274 338 euros referentes à anulação de parte do valor registado em 2000 como prémios a pagar a colaboradores.

Demonstrações financeiras consolidadas:

	2001	2000
Outros proveitos de exploração:		
Outros proveitos de exploração .....	<u>292 105</u>	<u>69 028</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações .....	33 992	21 632
Outros .....	55 597	180 945
	<u>89 589</u>	<u>202 577</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias com a alienação de imobilizações .....	12 487	19 330
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	974 429	198 066
Outros .....	29 633	1 576
Excesso estimativa para IRC .....	407 403	361 092
	<u>1 423 952</u>	<u>580 064</u>

	2001	2000
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias com a alienação de imobilizações .....	98 308	43 413
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	160 871	375 558
Multas e penalidades .....	72 010	132 477
Insuficiência estimativa para IRC .....	200 724	—
Outras perdas extraordinárias .....	48 430	243 127
	<u>580 343</u>	<u>794 575</u>

O excesso de estimativa para IRC em 31 de Dezembro de 2001 inclui saldos registados pela ESAF, ESFIM, e pela ESAF, ESFII, no valor de 267 352 e 139 986 euros, respectivamente, resultando essencialmente das variações patrimoniais negativas relativas à distribuição de resultados a colaboradores, a qual é apenas considerada aprovada após o encerramento das contas. Por outro lado a insuficiência de estimativa para IRC em 31 de Dezembro de 2001 inclui os valores contabilizados na ESAF, SGPS, no valor de 121 560 euros (v. nota n.º 41), na ESAF GP, 62 823 euros, e na Capital Mais, 16 341 euros, respectivamente.

O saldo da rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores apresentado em 2001 nas demonstrações financeiras consolidadas engloba, para além dos aspectos referidos nas contas individuais, um valor de 280 574 euros, referente a um ganho não reconhecido em 2000, aquando da venda da Espírito Santo Financial Consultants, e correspondente ao montante dos prejuízos acumulados (resultados tran-

sitados em Dezembro de 1999). Inclui ainda um ganho de 360 milhares de euros na ESAF FIM, relativos à anulação de valores provisionados relacionados com a distribuição de fundos que foram, prudentemente, acrescidas no momento em que ocorreram. Em 31 de Dezembro de 2000 este valor encontrava-se incluído na rubrica de outros passivos em balanço.

#### 41 — Impostos sobre o rendimento:

A ESAF — SGPS, e as suas subsidiárias estão sujeitas a tributação individual em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos pagos pela ESAF — SGPS, com referência aos exercícios de 2001, 2000 e 1999 analisa-se como segue:

	2001	2000	1999
Lucro contabilístico antes de impostos .....	12 405 944	12 396 662	13 261 542
Rendimento de títulos (dividendos) (a) .....	(15 158 558)	(12 174 383)	(9 820 351)
Provisões não dedutíveis .....	—	144 743	341 001
Imputação de resultados de sociedades com regime fiscal privilegiado [v. nota n.º 3.3, alínea i)] .....	2 567 874	4 062 401	2 173 650
Excesso de estimativa para impostos .....	—	(80 430)	—
Insuficiência de estimativa para impostos .....	121 560	—	—
Redução de provisões tributadas .....	(333 935)	(341 001)	(870 611)
Outros não dedutíveis (líquido) .....	184 627	(112 458)	(7 057)
Lucro tributável/(prejuízo) para efeitos fiscais .....	<u>(212 488)</u>	<u>3 895 534</u>	<u>730 874</u>
Estimativa de imposto sobre lucros registada em custos (b) .....	—	1 371 229	273 346
Outras despesas tributadas autonomamente .....	5 171	4 135	—
Pagamentos por conta efectuados no exercício .....	(1 153 435)	(149 086)	(522 698)
IRC a pagar/(recuperar) em 31 de Dezembro (v. nota n.º 31) .....	<u>(1 148 264)</u>	<u>1 226 278</u>	<u>(249 353)</u>
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (percentagem) .....	—	11,1	2,1

(a) Os dividendos recebidos de participadas são deduzidos em 100% para efeitos de determinação do lucro tributável, conforme previsto no regime fiscal aplicável às SGPS.  
(b) A taxa de imposto legal é de 32% acrescida de uma taxa de imposto municipal (derrama) de 10% (2000: 32% e 10%, e 1999: 34% e 10%, respectivamente).

#### 43 — Consolidação:

As demonstrações financeiras da ESAF — SGPS, e das suas subsidiárias são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S. A. (BES), com sede social na Avenida da Liberdade, 195, em Lisboa, o qual detém 65% do capital da sociedade (v. nota n.º 29).

#### 47 — Informação relativa a empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2001, o montante dos saldos em balanço, a receber e pagar, e das transacções com empresas participadas em mais de 20% e com empresas do Grupo Banco Espírito Santo, analisam-se como segue:

##### Demonstrações financeiras individuais:

	2001		2000	
	Grupo ESAF	Grupo BES	Grupo ESAF	Grupo BES
Activo:				
Depósitos à ordem .....	—	563 263	—	120 871
Depósitos a prazo .....	—	10 610 000	—	11 038 397
Devedores diversos .....	1 271 291	74 751	591 966	248 412
Proveitos a receber .....	—	22 041	—	7 343
	<u>1 271 291</u>	<u>11 270 055</u>	<u>591 966</u>	<u>11 415 023</u>

	2001		2000	
	Grupo ESAF	Grupo BES	Grupo ESAF	Grupo BES
<b>Passivo:</b>				
Empréstimos .....	—	19 050 000	—	24 781 188
Credores diversos .....	14 369	43 459	21 384	31 797
Dividendos .....	—	305 500	—	—
Outros custos apagar .....	—	76 909	—	101 677
Receitas com proveitos diferidos .....	—	—	311 749	—
	<u>14 369</u>	<u>19 475 868</u>	<u>333 133</u>	<u>24 914 662</u>
<b>Proveitos:</b>				
Juros de depósitos a prazo .....	—	440 298	—	137 054
Rendimento de títulos .....	15 158 558	—	12 815 140	—
Comissões .....	1 325 000	—	2 493 989	—
	<u>16 483 558</u>	<u>440 298</u>	<u>15 309 129</u>	<u>137 054</u>
<b>Custos:</b>				
Juros devedores .....	—	1 226 177	—	601 553
Comissões .....	—	1 799	—	5 971
	<u>—</u>	<u>1 227 976</u>	<u>—</u>	<u>607 524</u>

## Demonstrações financeiras consolidadas:

	2001		2000	
	Grupo ESAF	Grupo BES	Grupo ESAF	Grupo BES
<b>Activo:</b>				
Depósitos à ordem .....	—	7 211 833	—	4 309 224
Depósitos a prazo .....	—	30 426 713	—	33 822 943
Devedores diversos .....	44 486	1 344 199	489 047	632 122
Proveitos a receber .....	—	64 921	—	84 488
	<u>44 486</u>	<u>39 047 666</u>	<u>489 047</u>	<u>38 848 777</u>
<b>Passivo:</b>				
Empréstimos .....	—	19 050 000	—	24 781 188
Credores diversos .....	—	146 752	30 787	228 006
Dividendos .....	—	—	—	—
Outros custos apagar .....	—	1 816 660	—	3 226 900
Receitas com proveitos diferidos .....	—	—	103 916	—
	<u>—</u>	<u>21 013 412</u>	<u>134 703</u>	<u>28 236 094</u>
<b>Proveitos:</b>				
Juros de depósitos a prazo .....	—	1 552 665	—	783 283
Rendimento de títulos .....	—	—	—	—
Comissões .....	525 000	178 854	623 497	596 660
Proveitos extraordinários .....	—	358 976	—	—
	<u>525 000</u>	<u>2 090 495</u>	<u>623 497</u>	<u>1 379 943</u>
<b>Custos:</b>				
Juros devedores .....	—	1 237 141	546	625 203
Comissões .....	—	5 917 121	4 021 439	7 812 235
	<u>—</u>	<u>7 154 262</u>	<u>4 021 985</u>	<u>8 437 438</u>

## 49 — Pensões de reforma:

Para efeitos da cobertura das responsabilidades com pensões a ESAF, ESFII, e ESAF, ESFIM, aderiram ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma, gerido pela ESAF Espírito Santo Fundos de Pensões, uma entidade em relação de grupo.

Em 31 de Dezembro de 2001 o valor do Fundo de Pensões da ESAF, ESFII, e ESAF, ESFIM, ascendia a 650 232 euros e 2 828 074 euros (2000: 512 558 euros e 2 367 634 euros), respectivamente.

O número de participantes que o fundo englobava em 31 de Dezembro de 2001 era de 37 para a ESAF FII, e 19 para a ESAF FIM (2000: 29 e 19 respectivamente), sendo que estes participantes são na sua totalidade pessoal no activo, não existindo reformados ou pensionistas.

O valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência assumidas pelas duas sociedades acima referidas apresenta-se como segue:

	ESAF FII		ESAF FIM	
	2001	2000	2001	2000
Responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo .....	650 232	442 299	2 828 074	2 367 634
Valor do fundo de pensões .....	650 232	512 558	2 828 074	2 367 634
Excesso/(insuficiência) de cobertura .....	—	70 259	—	—
Nível de cobertura das responsabilidades (percentagem) .....	100	116	100	100
Responsabilidades por serviços futuros .....	1 782 828	2 251 115	5 250 052	5 305 858

O valor do Fundo de Pensões é representado por unidades de participação do Espírito Santo Multireforma (fundo de pensões aberto), o qual à data de 31 de Dezembro de 2001 tinha um valor líquido global de 13 139 166 euros e incluía na sua carteira como activos, os seguintes fundos geridos por entidades pertencentes ao mesmo grupo:

Descrição	Porcentagem da carteira do ES Multireforma
ES Acções América .....	1,44
ES Fixed Income .....	3,38
ES Global Bond .....	3,02
Caravela Defensive .....	8,39
Caravela Aggressive .....	8,71

Decomposição das responsabilidades e contribuição do exercício:

O custo apurado de acordo com o aviso n.º 12/2001, será conforme segue:

Natureza do custo	ESAF FII	ESAF FIM
Custo dos serviços correntes .....	138 362	240 041
Custo dos juros .....	26 538	165 734
Rendimento esperado dos activos do fundo .....	(35 143)	(183 952)
Contribuições dos empregados .....	(4 299)	—
Encargos correntes com o plano .....	125 458	221 823
Amortizações das perdas/(ganhos) actuariais (a) .....	3 556	6 192
<i>Total custos do exercício</i> .....	129 014	228 015

(a) Para efeitos da amortização da perda actuarial considerou-se o período máximo de 10 anos definido no aviso n.º 12/2001.

O valor total das contribuições entregues ao fundo durante 2001 totalizou 142 015 euros na ESAF, ESFII, e 520 510 euros na ESAF, ESFIM. O custo do exercício na ESAF, ESFII, correspondeu, ao valor das contribuições efectuadas para o fundo em 2001, cujo valor não difere significativamente do que seria registado em resultado da aplicação das novas regras, enquanto que na ESAF, ESFIM, foi aplicado o disposto no aviso n.º 12/2001.

As perdas actuariais de 35 556 euros e 298 687 euros na ESAF, ESFII, e ESAF, ESFIM, respectivamente, resultaram de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros previstos e os verificados. Apesar de terem ocorrido alterações nos pressupostos entre 2000 e 2001, para a ESAF, ESFII, as diferenças daí resultantes são pouco relevantes pelo que não foram consideradas no apuramento acima.

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência e o efectivamente verificado são conforme segue:

ESAF, ESFII:

	2001		2000	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Taxa de desconto .....	6	n. a.	6	n. a.
Taxa de rendimento do Fundo .....	6	— 2,1	7	— 2,1
Taxa de evolução salarial .....	3	(a) 6,3	4	(a) 6,3
Taxa de crescimento das pensões .....	2	n. a.	2	n. a.
Tábua de mortalidade .....	TV 73/78		TV 73/78	
Tábua de invalidez .....	Não utilizada		Não utilizada	
Tábua de turnover .....	Não utilizada		Não utilizada	
Método de valorização actuarial .....	Projected unit credit		Projected unit credit	

(Em percentagem)

ESAF, ESFIM:

(Em percentagem)

	2001		2000	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Taxa de desconto .....	7	n. a.	7	n. a.
Taxa de rendimento do Fundo .....	7	- 2,1	7	- 2,1
Taxa de evolução salarial .....	5	(a) - 9,58	5	(a) - 19,73
Taxa de crescimento das pensões .....	3,5	n. a.	3,5	n. a.
Tábua de mortalidade .....	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de invalidez .....	Não utilizada		Não utilizada	
Tábua de turnover .....	Não utilizada		Não utilizada	
Método de valorização actuarial .....	Projected unit credit		Projected unit credit	

(a) A taxa verificada de evolução salarial inclui o efeito das admissões/demissões ocorridas no exercício.

50 — Interesses minoritários:

A rubrica de interesses minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas decompõe-se como segue:

	2001		2000	
	Balço	Demonstração dos resultados	Balço	Demonstração dos resultados
ESAF International Management, S. A. ....	7 195	6 661	10 061	9 786

51 — Diferenças de consolidação:

As diferenças de consolidação e de equivalência patrimonial, apuradas conforme descrito na nota n.º 3.2, alínea b), decompõem-se como segue:

	2001		2000	
	Positivas	Negativas	Positivas	Negativas
<i>Goodwill</i> resultante da consolidação (v. nota n.º 29):				
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. ....	2 212 797	—	2 212 797	—
ESAF — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A. ....	491 750	—	491 750	—
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. ....	482 617	—	482 617	—
	<u>3 187 164</u>	<u>—</u>	<u>3 187 164</u>	<u>—</u>
Diferenças reavaliação — equivalência patrimonial (v. nota n.º 29):				
ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A. ....	2 066 619	—	2 066 619	—
Espírito Santo Inversões, S. A. ....	28 290 643	—	28 290 643	—
	<u>30 357 262</u>	<u>—</u>	<u>30 357 262</u>	<u>—</u>

52 — Custos com comissões:

As comissões suportadas pela ESAF — SGPS, e suas subsidiárias decompõem-se como segue:

	2001	2000
Por serviços bancários .....	15 705	17 399
Comissões de comercialização e distribuição:		
De fundos de investimento mobiliário:		
Sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário .....	6 736 179	5 460 651
Sociedades gestoras/distribuidoras de fundos de investimento mobiliário, sediadas no estrangeiro .....	405 216	1 395 548
De fundos de investimento imobiliário .....	7 793 228	3 955 519
Comissões de <i>advising</i> .....	3 603 784	3 508 687
Outras comissões .....	357 089	558 639
	<u>18 911 201</u>	<u>14 896 443</u>

As comissões de comercialização e distribuição suportadas pela ESAF, ESFIM, no valor de 6 736 179 euros, compreendem as comissões pagas às entidades distribuidoras pela comercialização de fundos de investimento nacionais.

As comissões suportadas pelas sociedades sediadas no estrangeiro incluem comissões pagas pela ESAF — International Management, S. A., às entidades comercializadoras no valor de 405 216 euros (2000: 1 395 548 euros).

As comissões de *advising* incluem essencialmente comissões de aconselhamento pagas pela ESAF ESFIM, ESAF ESGP e ESAF Capital Management (Irlanda).

Em outras comissões incluem-se essencialmente as comissões pagas pela Sociedade Gestora de Patrimónios a angariadores de negócio.

53 — Proveitos com comissões:

Os proveitos com comissões da ESAF — SGPS, referem-se na íntegra aos serviços de gestão prestados às participadas (v. nota n.º 36).  
Os proveitos com comissões do Grupo ESAF decompõem-se como segue:

	2001	2000
Comissões de gestão:		
De fundos de investimento mobiliário .....	14 059 591	18 695 316
De fundos de investimento imobiliário .....	10 596 986	9 845 583
De carteiras de clientes particulares e institucionais .....	4 665 346	2 643 160
De fundos autónomos da C. S. Tranquilidade Vida, S. A. ....	178 854	571 207
De serviços de gestão às participadas (v. nota n.º 36) (a) .....	525 000	623 497
	<u>30 025 777</u>	<u>32 378 763</u>
Comissões de distribuição/comercialização .....	3 462 458	4 494 324
Comissões de emissão de unidades de participação:		
De fundos de investimento mobiliário .....	842 875	1 425 437
De fundos de investimento imobiliário .....	2 520 487	1 227 397
	<u>3 363 362</u>	<u>2 652 834</u>
Comissões de resgate de unidades de participação:		
De fundos de investimento mobiliário .....	1 143 851	1 924 001
De fundos de investimento imobiliário .....	213 607	223 389
	<u>1 357 458</u>	<u>2 147 390</u>
Serviços de assessoria e consultoria .....	1 489 860	320 463
<i>Total</i> .....	<u>39 698 915</u>	<u>41 993 774</u>

(a) Inclui os saldos não eliminados relativos à ESAF, ESFP, integrada na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

As comissões de gestão de fundos de investimento mobiliário incluem 3 884 794 euros (2000: 5 572 801 euros) provenientes da gestão dos fundos de investimento internacionais geridos pela ESAF — International Management, S. A.

54 — Lucros e prejuízos em operações financeiras (consolidado):

Os lucros em operações financeiras do exercício de 2000 incluem 2 696 112 euros relativos ao ganho na alienação da participação na BES Boavista Espírito Santo DTVM.

O Conselho de Administração: *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, presidente — *José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi*, vice-presidente — *Etiénne Carlos Clément*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *José Manuel Ferreira Neto*, vogal — *Manuel António Gomes de Almeida Pinho*, vogal — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Manuel Leitão Ricciardi*, vogal — *Pedro Fernandes Homem*, vogal. — A Técnica de Contas, *Carla Maria de Sousa*.

### Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras individuais da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF), em anexo, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de 66 583 963 euros e um total de capital próprio de 45 333 258 euros, incluindo um resultado líquido de 12 400 773 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2001 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 17 de Maio de 2002. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *António Alberto Henriques Assis*, revisor oficial de contas.

### Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., em anexo, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de 60 302 792 euros e um total de capital próprio de 31 856 113 euros, incluindo um resultado líquido de 11 260 969 euros), a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 17 de Maio de 2002. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre a fiscalização efectuada e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, os balanços e as demonstrações de resultados e respectivo anexo, apresentados pelo conselho de administração da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, e respeitantes às contas individuais e consolidadas.

Relatório:

Durante o exercício de 2001 acompanhámos, com a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos não tendo tomado conhecimento de qualquer violação.

Apreciámos o relatório do conselho de administração, os balanços e as demonstrações de resultados e respectivo anexo, que satisfazem os requisitos legais e apresentam, de forma desenvolvida, a actividade individual e consolidada da empresa, evidenciando os aspectos mais significativos e permitindo uma adequada compreensão da situação financeira e dos seus resultados.

A comissão executiva e os serviços prestaram-nos os esclarecimentos e informações solicitadas, pelo que aqui deixamos o nosso agradecimento.

Apreciámos igualmente o relatório dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers e as certificações legais das contas individuais e consolidadas, elaboradas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com os quais concordamos.

Parecer:

Tendo em consideração o exposto, o conselho fiscal é de parecer que:

- 1.º Seja aprovado o relatório de gestão do conselho de administração;
- 2.º Sejam aprovados os documentos relativos à prestação de contas individuais e consolidadas;
- 3.º Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão do conselho de administração.

Lisboa, 28 de Maio de 2002. — O Conselho fiscal: José Manuel Macedo Pereira, presidente — Caisse Nationale de Crédit Agricole, S. A., representada por António Maria Pereira, vogal — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

### Relatório dos auditores independentes

1 — Auditámos os Balanços individual e consolidado da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2001, bem como as demonstrações dos resultados individuais e consolidados do exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da empresa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e execute-mos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a situação financeira individual e consolidada da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados individuais e consolidados das suas operações no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 17 de Maio de 2002. — O Auditor, PricewaterhouseCoopers.

### Acta n.º 16 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Maio do de ano 2002, pelas 17 horas e 30 minutos, reuniu, na sede social sita na Avenida Álvares Cabral, 41, em Lisboa, a assembleia geral anual da sociedade denominada ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 502933380, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 3660, com o capital social de 11 750 000 euros, com a presença de todos os accionistas, o Banco Espírito Santo, S. A., detentor de 1 527 500 acções, com o valor nominal de 5 euros cada, nesta reunião representado pelo Dr. Júlio André, a Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A., detentora de 117 500 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma, representada pelo Dr. Nuno Manuel Silva Ribeiro David, o Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., detentor de 352 500 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma, representado pelo Dr. Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro, a Caisse Nationale du Crédit Agricole, S. A., detentora de 235 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma, representada pelo Dr. Gilles Gramat e o Banco Internacional de Crédito, S. A., detentor do conto o 17 500 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma, representado pelo Dr. Rui Manuel Camilo dos Santos, que fizeram entrega à mesa, para arquivar, dos respectivos instrumentos de representação.

Assim encontrando-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pelo representante da accionista única foi manifestada a vontade de que a presente reunião se constitua em assembleia geral universal que as deliberações respectivas tenham o valor de deliberações unânimes e por escrito ao abrigo do disposto na primeira parte

do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos aprovada:

- 1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando, sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2001;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 4.º Deliberar sobre o preenchimento do cargo vago no conselho de administração, elegendo o respectivo substituto até ao final do mandato para o qual o membro demissionário havia sido eleito.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do conselho fiscal da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração, que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração de resultados relativos ao exercício de 2001, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e das contas da sociedade, relativas ao exercício de 2001, as quais foram aprovadas pelos votos dos accionistas da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pelos accionistas da sociedade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração que se transcreve:

O resultado líquido do exercício de 2001 foi de 12 400 772,67 euros, para o qual e nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

- a) Reserva legal: 620 038,63 euros;
- b) Reservas livres: 2 985 868,17 euros;
- c) Distribuição aos colaboradores e órgãos sociais: 114 325 euros;
- d) Distribuição aos accionistas: 8 680 540,87 euros.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pelos votos dos accionistas um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao conselho fiscal, bem como a cada um dos seus membros, pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade durante o exercício findo.

No que se refere ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, preenchimento do cargo vago no conselho de administração, em consequência da renúncia apresentada pelo Dr. Mário Jorge Patrício Tomé, os accionistas deliberaram nomear, para ocupar aquele cargo, até ao final do mandato para o qual havia sido eleito o membro demissionário, o Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, casado, residente na Avenida Major Neutel de Abreu, 195, 9.º, em Lisboa.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral universal da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa e pela secretária, que a elaborou.

A Mesa da Assembleia Geral: (*Assinaturas ilegíveis.*) 2008427579

## SOLVERDE — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DA COSTA VERDE, S. A.

### Relatório n.º 1-AP/2007

Sede social: Rua 19, 85, 4501-858 Espinho.  
Capital social: 30 000 000 euros.  
Conservatória do Registo Comercial de Espinho, Matrícula n.º 33/720710; identificação de pessoa colectiva n.º 500272484; número e data da inscrição: 11/9 de Maio de 2005.

Maria Arminda Marques Henriques Martins, conservadora da Conservatória do Registo Comercial de Espinho:

Certifico que foram depositados os documentos da prestação de contas do exercício de 2004 da sociedade em epígrafe e que as cópias anexas são a reprodução integral dos documentos depositados.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Espinho, 17 de Maio de 2005. —  
A Conservadora, *Maria Arminda Marques Henriques Martins.*

## Relatório e contas de 2004

### Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Amadeu José de Melo Moraes.  
Vice-presidente: Manuel Ferreira Baião Nunes dos Santos.  
1.º secretário: José Augusto Ferreira Campos.  
2.º secretário: Napoleão Ferreira de Amorim.

Conselho fiscal:

Presidente revisor oficial de contas: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Augusto de Oliveira Maia, revisor oficial de contas.

Vogais:

Arlindo Jorge Baptista Soares.  
Ruben Artur Veiga Henriques Estima.

Suplente revisor oficial de contas: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Fernando Júlio Gonçalves Ribeiro, revisor oficial de contas.

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Soares de Oliveira Violas.  
Administradores:

Rita Celeste Soares Violas e Sá.  
Edgar Alves Ferreira.  
Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá.  
Fernando Fernandes da Silva.  
Joel Santos Pais.  
Joaquim Fernando Marques Reis.

Secretário da sociedade:

1.º secretário: Nuno Miguel Ferreira Moraes.  
Secretário suplente: Cristina Helena Henriques Lopes Relvas.

### Relatório de gestão

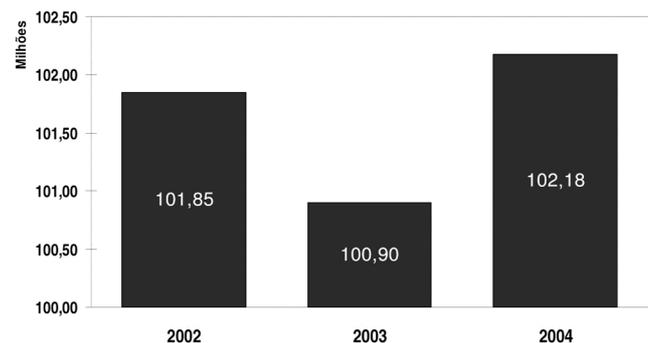
#### 1 — Enquadramento geral e aspectos mais salientes da actividade em 2004

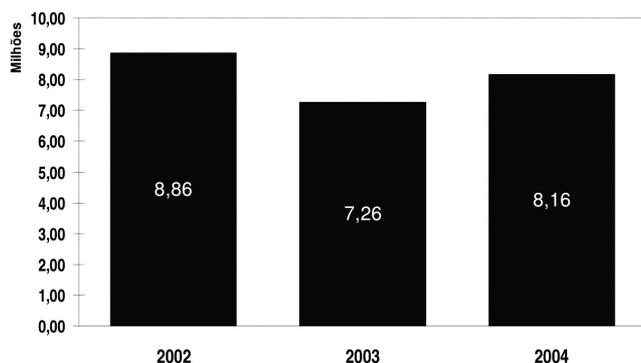
O exercício de 2004 foi, para a Solverde, um ano bastante positivo apesar de toda a envolvente macroeconómica recessiva que se vem arrastando não só no nosso país como em toda a Europa, o nosso mercado comercial preferencial a cujas repercussões não somos alheios. Acresce a isto a instabilidade política vivida durante o ano que é um factor perturbador do clima económico e portanto do desenvolvimento dos negócios que, naturalmente, se reflectiu nas actividades prosseguidas pela nossa empresa.

Há, todavia, que realçar um factor positivo que foi a realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal, tendo este evento proporcionando às nossas unidades hoteleiras, com particular relevo para o Hotel Solverde (foi a unidade hoteleira escolhida para alojar as equipas de arbitragem do torneio) um acréscimo conjuntural das taxas de ocupação e das receitas de alojamento.

A conjugação destes factores permitiu à Solverde crescer no seu volume de negócios 1,26% atingindo uma facturação de 102,175 milhões de euros aquém, contudo, do objectivo fixado, há um ano atrás, que era de 105 milhões de euros, mas, mesmo assim, e em face de um rigoroso controlo dos nossos custos, fomos capazes de aumentar os resultados líquidos em quase 12,5%, para um nível que supera os 8 milhões de euros, significativamente acima dos 7 milhões que havíamos apontado na última assembleia geral.

#### Volume de negócios



**Resultados líquidos**

Todavia é de realçar que a *performance* da actividade apresentada pela Solverde é ligeiramente melhor que os seus concorrentes, que a generalidade do sector de jogo teve, em Portugal, em 2004 (uma quebra de 0,5%), o que prova, mais uma vez, que, mesmo num ambiente adverso, conseguimos demonstrar a nossa capacidade de gestão num sector tão particular como é a exploração do jogo, através de uma rigorosa gestão dos recursos humanos e materiais.

Não é também, de modo nenhum, negligenciável, para a manutenção deste nível de receitas a forte aposta em espectáculos e eventos de elevado prestígio, bem como a uma notável actividade de animação que confere aos casinos uma imagem de local de entretenimento e lazer, o que permite atrair um cada vez maior número de clientes.

Foi, graças a esta política de actuação que as receitas de jogo passaram de 88,6 milhões de euros em 2003 para um nível idêntico, em 2004, de 88,9 milhões de euros sendo contudo de dar alguma ênfase dissonante, entre Espinho e Algarve com o Casino de Espinho a ver cair as suas receitas em 1,59 pontos percentuais e a compensação obtida com os casinos do Algarve a crescerem 2,66%.

Durante o ano de 2004 foram apresentados os projectos do Casino e do Hotel de Chaves, estando presentemente em fase de apreciação assim como estão em curso processos de loteamento (em análise na CCDR) e de expropriação dos terrenos ainda não adquiridos onde se vai situar este importante investimento.

Admitimos que a resolução destes processos irá ocorrer muito brevemente e que nos permitirá iniciar as obras que por razões burocráticas, não foi possível começar, como havíamos previsto, no último trimestre de 2004.

Refira-se também, pela importância que assume em termos de beneficiar das verbas pagas na contrapartida inicial da concessão dos casinos do Algarve, que obtivemos, por parte das entidades fiscais, uma decisão positiva sobre o projecto de construção de uma academia e de um campo de golfe de 27 buracos na zona de Portimão o qual nos permitirá obter sinergias com a unidade hoteleira que temos na Praia da Rocha, potenciando maiores taxas de ocupação, em especial na época baixa.

**1.1 — Exploração do jogo****1.1.1 — Espinho:**

Não se confirmaram, ainda em 2004, os anunciados sinais de retoma tendo, ao contrário, persistido uma situação recessiva, caracterizada por um abrandamento do nível da actividade económica em geral e, em particular, da actividade de exploração do jogo, que registou um decréscimo de 0,5% nas receitas globais dos casinos portugueses relativamente ao exercício de 2003.

Tal decréscimo resulta do efeito conjugado da persistente queda das receitas dos jogos tradicionais, cifrada em cerca de 18% e do incremento, em cerca de 2,8%, das receitas do jogo das máquinas, sendo que estas últimas passaram a representar 86,5% das receitas globais do jogo nos casinos.

É assim que, em consonância com a preocupação que manifestamos em anteriores relatórios, se continua a assistir a um decréscimo significativo das receitas dos jogos tradicionais, quer em termos absolutos quer do seu peso relativo no conjunto das receitas globais dos jogos em casinos, as quais passaram de 15,5% em 2003 para 12,7% em 2004.

A evolução das receitas dos jogos no casino de Espinho no exercício de 2004 acompanhou aquela tendência geral, apresentando mesmo desvios negativos em relação às médias antes referidas.

Globalmente as receitas dos jogos ascenderam a 45,8 milhões de euros tendo registado, pelo segundo ano consecutivo, uma descida relativamente ao ano anterior, a qual em 2003 havia sido de 2,28% e agora, em 2004, se cifrou em 1,59%.

Como consequência, a quota do casino de Espinho no conjunto das receitas totais dos casinos portugueses viu-se também reduzida de 15,46% em 2003 para 15,29% em 2004.

Esta ligeira descida, ficou a dever-se à forte diminuição das receitas dos jogos tradicionais, já que os restantes sectores do jogo, das máquinas automáticas e do bingo, registaram crescimentos ainda que pouco expressivos.

O sector dos jogos tradicionais continuou, assim, em 2004, a destacar-se pela negativa, tendo as respectivas receitas registado uma quebra de 22,4% relativamente a 2003.

Consequentemente, o peso deste sector nas receitas globais de jogo do Casino de Espinho baixou de 12,36% em 2003 para 9,74% no último exercício.

No sector do jogo das máquinas automáticas, em que as receitas ascenderam a 38,98 milhões de euros, registou-se um acréscimo de 1,42% relativamente a 2003, passando este sector a ser responsável por 85,1% das receitas globais do jogo.

Finalmente, a sala de Bingo do Casino de Espinho, única existente em casinos depois do final de 2003, registou receitas superiores em 0,15% às do exercício anterior, resistindo bem à crise que também afectou esta modalidade de jogo a nível nacional, e que se traduziu num decréscimo global de receitas de 7,74% relativamente a 2003.

Assim e em conclusão, o exercício de 2004 caracterizou-se, como o anterior, por um decréscimo, ainda que menos gravoso, do nível de receitas globais de jogo, que apenas não se repercutiu directamente no resultado do exercício devido às acções de racionalização e contenção de custos implementadas, com êxito, neste que é o sector principal da actividade da empresa.

**1.1.2 — Algarve:**

No ano 2004 não se verificou como era esperada, a retoma da economia depois recessão económica e de crise no sector do turismo que se verificou no ano anterior.

Por isso, nos casinos do Algarve, com vista a manter o crescimento nos seus resultados seguiu-se uma gestão de rigor e ponderação, com investimentos importantes que conseguiram resultados positivos, contrariando as tendências naturais de um sector económico em recessão.

Como não podia deixar de ser, os casinos do Algarve têm, grande preocupação com a manutenção da diversidade e inovação das suas salas de máquinas e de jogos tradicionais, investindo em modelos de máquinas e jogos de última geração e dotando as salas de todo o conforto e qualidade, para que os frequentadores e acompanhantes se sintam cómodos e num ambiente acolhedor.

Este ano, as receitas de jogo dos casinos do Algarve atingiram os 43,18 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 2,7% face ao ano anterior. Podemos considerar os quase 3% de aumento das receitas face a 2003, um resultado extremamente positivo, se comparado com a tendência negativa do sector.

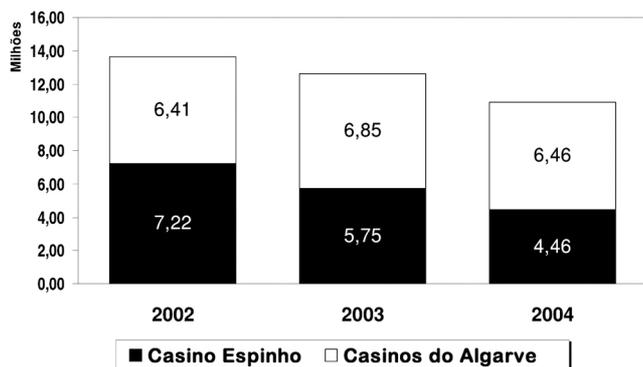
As salas de máquinas dos casinos do Algarve tiveram um crescimento de 4,29%, é de salientar que este crescimento duplicou em relação ao do ano anterior (2,08%) e continuam a ser o sector de maior participação com cerca de 84% das receitas do sector de jogo.

O Casino de Vilamoura continua a ser aquele com mais representatividade na região com um peso de 55% nas receitas de jogo. Em relação ao ano anterior registou um aumento de 4,72% nas receitas de jogo face ao ano anterior.

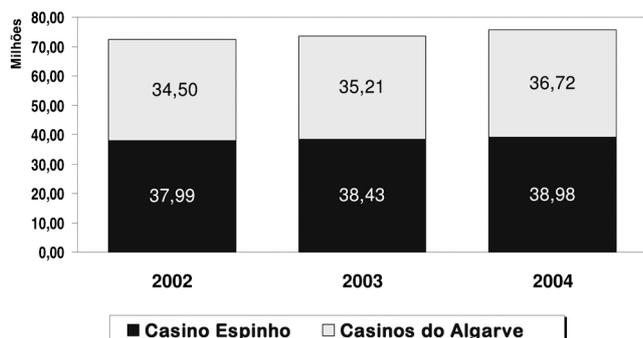
O Casino de Monte Gordo continua a demonstrar que é uma unidade completamente produtiva em relação às dúvidas que se levantaram no início da exploração, com um aumento de 1,16% nas receitas em relação ao ano anterior e gerando receitas anuais de jogo na ordem dos 7,5 milhões de euros. Considerando a conjuntura de 2004, os resultados são bastante positivos.

O Hotel Algarve Casino registou um aumento de 0,38% nas receitas de jogo em relação ao ano anterior, mantendo os 7,58% de aumento nas receitas referentes às receitas da Sala de Máquinas, que compensou a diminuição nas receitas da Sala de Jogos Tradicionais, verificando-se a migração de clientes habituais da sala de jogos para a sala de máquinas.

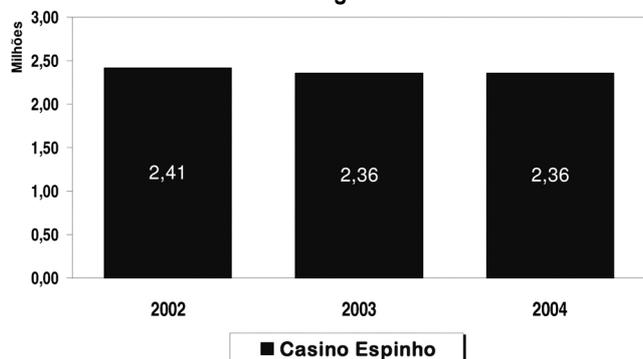
### Jogos bancados



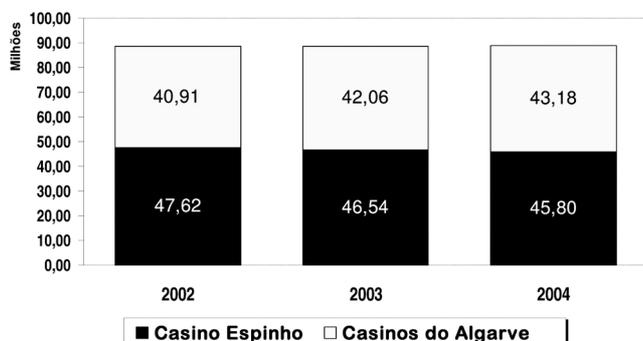
### Máquinas



### Bingo



### Total de jogos



## 1.2 — Animação e restauração

### 1.2.1 — Espinho:

Para o findo ano de 2004, a estratégia da Solverde baseou-se no lema — Os Melhores Momentos — tendo para tal levado a cabo a realização de várias galas, festivais gastronómicos e espectáculos diários de comprovada qualidade.

Assim, pelos palcos do Casino de Espinho passaram Diana Krall, Maria Rita, Adamo, Ney Matogrosso, Alcione, Platters, Mafalda Arnauth, Camané, Carlos do Carmo, Kátia Guerreiro, Paulo de Carvalho e Ivans Lins, nomes sobejamente conhecidos do grande público, que angariou, cativou e fidelizou o público nortenho.

Sendo a gastronomia um factor de suporte de lazer, a realização de festivais gastronómicos que enriquecem quem os faz e quem os usufrui, trouxeram até nós o paladar o aroma e a cor, do Alto Tâmega e Barroso, Nordeste Transmontano, Évora, Costa Azul e a Gastronomia Chinesa, com assinalável aderência do público.

De assinalar também a influência em crescendo da actividade lúdica e cultural do Bar Dominó, através da realização das noites poéticas, e pela actuação de bandas nacionais e estrangeiras de reconhecida qualidade, tais como, Sou Siete, Lúdica Música, Raul Marques e os Amigos da Salsa, Paulo de Carvalho, Fernando Girão, Rao Kyao, Salsa Cubana, Serafim Borges, Márcia Barros, etc., nomes esses que contribuíram para a consolidação do Bar Dominó, como o melhor Bar de música ao vivo do Norte.

É com o mesmo espírito, que se aborda o corrente ano, na esperança de melhorar sempre e mais a proposta destinada ao agrado do público.

### 1.2.2 — Algarve:

Se o sector de jogo constitui a actividade principal dos casinos, as operações de restauração levadas a cabo nestas unidades em momento algum são descuradas. Bem pelo contrário, são inúmeros os esforços para inovar e aprimorar a qualidade. Desde a multiplicidade gastronómica, à utilização de produtos frescos e de primeira qualidade, todos os serviços são planeados para que nos momentos certos tudo esteja aos níveis mais exigentes.

Como pólo de atracção turística, os casinos do Algarve têm consciência da importância da qualidade dos espectáculos diários exibidos. A contratação selectiva de empresas especializadas na produção e realização de espectáculos de qualidade têm colocado os palcos dos casinos do Algarve como o destino de eleição, para jantares de grandes e pequenos grupos, ou simplesmente para quem quer usufruir de uma refeição e de um espectáculo de nível dificilmente igualável em Portugal.

Como resultado, as receitas as áreas de restauração sofreram um aumento percentual na ordem dos 12% face ao ano anterior.

Os espectáculos diários apresentados nos três casinos do Algarve, no decorrer deste ano de 2004, versaram temas variados, para dar satisfação aos gostos de um público cada vez exigente, nomeadamente: Diamond Girls, Moulin Rouge, Simply the Best, Chicago City of Jazz, Naughty Nights, Love Stories, Made in England, Vogue The Deco Years.

Se os espectáculos diários apresentados foram objecto de elogios por parte da comunicação social, os jantares concertos com artistas nacionais e estrangeiros foram um complemento cultural de extrema importância para a região, pois proporcionam momentos culturais inesquecíveis, como foram os casos de: Martinho da Vila, Toke de Prima, Luís Represas, Pedro Abrunhosa, La Copla Y el Fado, The Platters, Rui Veloso, Fernando Pereira.

Como vem sendo hábito, os Casinos do Algarve colaboram nos mais variados eventos sociais, culturais e desportivos da região, quer como entidade organizadora, quer como colaborante e apoiante, sendo de destacar os seguintes eventos: XXVII Campeonato das Amendoeiras em Flor — Troféu Solverde, Gala Internacional de Boxe Profissional, II Circuito Equestre Vilamoura, Festival Internacional de Gastronomia, IV Regata das Marinas do Algarve, Rally Terras d'El Rei, Algarve Classic Cars, Rally Casinos do Algarve, Troféu Regional Sul de Rallyes, 14.º Circuito Golfe e Comunicação, Expresso/BPI — Golf Cup, Grand Champions Legend Ténis, XXX Salão Internacional de Arte Fotográfica do Algarve, Gala Refúgio Ascensão — Lions Clube de Faro, Lions Clube Vilamoura — II Torneio de Golfe, IX Mundialito de Futebol de Praia, VIII Troféu Vilamoura Júnior, IX Torneio de Golfe da IPO, Festa da Cerveja, V Torneio de Golfe de Asmal, 14.º Circuito de Golfe e Comunicação, XVII TAP Open, IIQ. Circuito Solverde, IV Torneio Golfe Casino de Monte Gordo, IV Torneio Golfe Casino de Vilamoura, VI Torneio Golfe Hotel Algarve Casino, Miss Algarve Mais, XVII Grand Troféu de Vilamoura, XI Torneio de Bridge Marinotel.

## 1.3 — Hotelaria

### 1.3.1 — Hotel Solverde:

Segundo o instituto nacional de estatística (INE) o aumento do número de dormidas baseou-se no acréscimo de 4,4% nos residentes em Portugal e, nos estrangeiros uma quebra de 1% apesar do Euro 2004.

Os mercados emissores mais representativos da Europa à excepção de Espanha apresentaram quebras nas dormidas em todo o território,

principalmente Holanda com menos 10,6%, a França com menos 9,2%, o Reino Unido com menos 4% e a Alemanha com menos 3,5%.

O Hotel Solverde previu no relatório de gestão de contas de 2003, que iria beneficiar com a realização do Euro 2004, conseguindo-o através da negociação com a cadeia de televisão inglesa BBC e com a UEFA para alojar os árbitros para este evento.

Assim, na realidade no mês de Junho deste ano a ocupação foi de 82% contra 47% em 2003 e o preço médio de 197,62 euros contra 84,82 euros em 2003.

Neste ano verificamos um aumento significativo de 34,7% na receita de alojamento bem como um aumento de 19,5% no total das receitas. O resultado bruto de exploração (GOP) em comparação com o de 2003, teve um aumento de 367%. No entanto e de acordo com a nossa previsão no relatório de 2003, retirando o efeito Euro 2004, a taxa de ocupação nos outros meses baixou tendo contribuído para este factor os segmentos de mercado empresas (*corporate*) baixou em 16,5% e agências (*tour operadores*) baixou 2%. O preço médio quarto (ARR) aumentou em 28,8% em relação a 2003.

Referimos também que durante este ano, com a abertura dos dois hotéis Sheraton e Melia, que haveria uma repercussão na diminuição na taxa de ocupação dos hotéis do Norte, excepto no mês de Junho, bem como uma gradual degradação dos preços médios quarto, que julgamos se irá agravar ao longo do ano 2005.

O ano 2005 vai ser um ano difícil para o Hotel Solverde porque os seus principais segmentos de mercado, congressos, conferências e incentivos (MICE), empresas (*corporate*) e *tour operadores* vão continuar a tendência de baixa na procura como também a forte pressão para o seu preço médio quarto.

Há vários factores que irão contribuir para este cenário negativo, começando logo pelo número de empresas que fecharam em 2004, e outras que irão fechar ao longo de 2005, na região onde o Hotel Solverde está inserido, bem como o aumento de oferta que se verificou este ano com abertura de novos hotéis quer no Norte quer em Lisboa, e na muito lenta recuperação económica.

### 1.3.2 — Hotel Apartamento Solverde:

O Hotel Apartamento Solverde encerrou o ano 2004 com uma taxa de ocupação de 48,5% que compara com 50,5% em 2003. A receita foi de cerca de 11,5% superior ao ano anterior.

Na análise por segmentos de mercado, constata-se que o *corporate* foi o que mais utilizou o Hotel (49,9%), seguindo-se os operadores turísticos e agências de viagens (30,4%), os clientes individuais (15,6%) e as organizações desportivas (4%).

Ainda que a ocupação de 2004 tenha sido ligeiramente inferior à de 2003, a receita teve uma subida de 11,5%. Este acréscimo está directamente ligado à realização em Portugal do Campeonato da Europa de Futebol, em Junho, que constituiu, como previsto, uma boa oportunidade de negócio que o Hotel Apartamento Solverde não desperdiçou.

Conforme foi antecipado, a recessão económica e o conjunto de adversidades por que tem passado grande parte do tecido industrial da região nestes últimos anos, voltou a produzir um impacto negativo na ocupação do Hotel Apartamento Solverde. As empresas são o mais importante segmento de negócio da unidade e têm uma importância vital para os níveis de ocupação, mormente em épocas baixas. O esforço de diversificação compensou em parte a quebra do volume de estadias *corporate* mas não foi suficiente para repor os níveis de ocupação médios.

Como é do conhecimento geral, o panorama para 2005 não permite projecções optimistas. De facto, todo o sector hoteleiro atravessa uma fase algo difícil. A deslocalização de grandes multinacionais, o encerramento de um número considerável de pequenas e médias empresas, os cortes orçamentais para esta área de actividade, os destinos turísticos concorrentes com maior qualidade estrutural e preços mais baixos, a política tarifária agressiva de muitas companhias aéreas, a redução do consumo privado e o investimento, quer privado quer estadual, em queda, não permitem antecipar um ano de bons negócios.

Neste panorama, assumem particular relevância a flexibilidade negocial, uma estrutura tarifária adequada bem como medidas de diversificação das fontes de negócio. Estes três factores e uma procura constante de melhoria de serviço, integrarão o nosso esforço para que 2005 possa acabar por ser um ano satisfatório.

### 1.3.3 — Hotel Algarve Casino:

Em 2004 o Algarve registou nos meios de alojamento classificados oficialmente cerca de 15,6 milhões de dormidas, tendo a taxa de ocupação média/quarto sido de 55,8% durante o ano turístico (Novembro 2003 a Outubro 2004), ou seja, menos 4,8% do que no ano anterior.

Os principais mercados emissores de turistas para o Hotel Algarve Casino durante o ano de 2004 foram:

Os ingleses com 19 991 dormidas ou 40,02% — um acréscimo de 22,78%;

Os portugueses com 10 593 dormidas ou 21,20% — um decréscimo de 14,15% em relação a 2003;

Os alemães com 4799 dormidas ou 9,60% — uma quebra de 25,68% em relação a 2003;

Os turistas alemães apresentaram as ocupações mais baixas dos últimos 5 anos;

Os holandeses com 2140 dormidas ou 4,28% — um acréscimo de 21,79%;

Os espanhóis com 3050 dormidas ou 6,10% — um decréscimo de 27,96%;

Os americanos e os canadianos com 2012 dormidas ou 4,02%;

Nos canadianos verificou-se um decréscimo de 29,39% e os americanos tiveram uma quebra de 4,15%;

Os russos com 1904 dormidas ou 3,81% (praticamente todos durante o período do Euro 2004);

Os franceses com 952 dormidas ou 1,90%;

Os irlandeses com 829 dormidas ou 1,65%.

Os ingleses mantêm-se na primeira posição em detrimento dos alemães que tiveram uma quebra acentuada, a qual já se verificara nos anos anteriores. Os clientes portugueses, apesar de ultrapassados pelos ingleses, mantêm uma forte presença, constituindo hoje o nosso segundo mercado, tendo no entanto um decréscimo de 14,15%.

O número total de dormidas alcançado foi de 49 948 e cerca de 34,05% de ocupação/quarto ou seja 5,42% inferior em relação a 2003.

A receita global foi inferior a 2003 em 2,68% e o preço médio de quarto desceu em 6,09%.

Os resultados do ano turístico de 2004 reflectem a enorme instabilidade nacional e internacional traduzidos na recessão económica mundial, aliada à conjugação de outros factores de incerteza, como as guerras no Iraque e Afeganistão, ameaças e atentados terroristas, aumento do preço do petróleo, valorização do euro, etc., tendo os resultados finais das empresas sido bastante inferiores aos inicialmente previstos.

A realização do Euro 2004 em Portugal foi o evento que mais contribuiu até hoje para a divulgação da imagem do país no exterior. No entanto, o discurso demasiado optimista e injustificado de muitos dos nossos responsáveis, traduzido na transmissão da ideia de «tudo cheio», contribuiu para, no caso do Algarve, desviar fluxos turísticos para outros destinos. Os meses imediatamente antes, durante e depois do Euro 2004, foram os que registaram as maiores quebras nas taxas de ocupação das unidades turísticas da região.

Por outro lado, o facto dos nossos parceiros económicos privilegiados — os operadores turísticos — enfrentarem problemas económicos e financeiros complexos e difíceis, quer no Reino Unido, quer na Holanda e na Alemanha, consubstanciados em algumas falências e pagamentos em atraso, envolvendo somas avultadas, vêm criando dificuldades de tesouraria a muitas empresas hoteleiras e turísticas do Algarve.

### 1.4 — Investimentos

A Solverde manteve, ao longo do ano de 2004, uma atitude já habitual de fortes investimentos nas suas diversas unidades e áreas de negócio, no sentido de uma permanente actualização e modernização, garante de uma forte competitividade no sector em que se insere e da crescente fidelização dos clientes e atractividade de novos frequentadores e utilizadores dos nossos serviços.

Os investimentos realizados pela Solverde, no decurso do exercício, ultrapassaram os 11 milhões de euros, sendo de destacar o avultado montante despendido no Casino de Espinho tanto a nível de remodelação e modernização das instalações como de equipamento na área de jogo. Apenas neste Casino, e na continuação das obras iniciadas em 2002, foram aplicados mais cerca de 4,8 milhões de euros — englobando a completa remodelação e reequipamento das duas cozinhas existentes de apoio aos salões Baccará e Atlântico e à cantina do Casino de Espinho — a que acrescem 2 milhões de euros gastos em máquinas e equipamento de jogo bem como em informática e sistemas de controlo e vigilância.

No Hotel Algarve Casino, as obras de remodelação iniciadas nos dois últimos meses de 2003, foram concluídas no final do 1.º trimestre do ano passado tendo o investimento global ascendido a cerca de 2 milhões de euros.

Para além dos espaços públicos que foram alvo de alterações, designadamente a fachada, a recepção, o grande *lobby*, o salão de estar, o bar, a esplanada, os restaurantes, as piscinas e as áreas exteriores, o Hotel Algarve Casino apresenta agora dois novos espaços — um *open*

space com ambientes diferenciados, constituídos pelos antigos *lobbies*, salões de estar e bar, e um *playground* junto à piscina infantil, para os mais pequenos.

Ampliar os espaços públicos, dando maior importância à fachada e rejuvenescendo ambientes com mais de trinta anos, assim como torná-los mais funcionais — complementando a oferta das salas multiusos com áreas públicas e de lazer adequadas —, constituíram os principais objectivos do investimento.

Confirmada a cada vez maior importância do sector das máquinas automáticas para as receitas dos casinos, tendência esta não só a nível nacional como também mundial, procedeu-se, como já vem sendo habitual, a uma ampliação e modernização do parque de máquinas em todos os casinos do Algarve, avaliado em 1,15 milhões de euros. De facto a preponderância deste sector obriga a uma constante actualização dos equipamentos de modo a fidelizar e atrair cada vez mais clientes, tendo-se levado a efeito diversas obras que ascenderam a cerca de 600 000 euros.

Refira-se ainda a aquisição, durante o ano de 35 308 acções próprias, ao preço médio de 9,95 euros.

Finalmente, informamos os senhores accionistas que o conselho de administração, em reunião realizada em 15 de Dezembro de 2004 deliberou proceder à venda de uma viatura *Jaguar* à D. Rita Celeste Soares Violas e Sá, nossa administradora, por um montante igual ao seu valor comercial tendo obtido parecer favorável do conselho fiscal para o efeito.

### 1.5 — Relevação contabilística

De acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e com as Normas Interpretativas Aplicáveis, da Comissão de Normalização Contabilística, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

Contabilização, no imobilizado corpóreo, dos bens adquiridos reversíveis para o Estado no final das concessões, sendo as respectivas amortizações efectuadas tendo em consideração os anos que faltam para o termo das mesmas. Na sequência dos contratos de prorrogação, conforme o Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro, o prazo das concessões foi alargado até 2023.

A parte participada pelo Estado na aquisição daqueles bens foi contabilizada como subsídio ao investimento, como proveito diferido ao longo da concessão, tendo sido imputado neste exercício o montante de 1 814 354 euros.

Atendendo à natureza e à situação de alguns processos pendentes sobre clientes e outros devedores, decidiu-se actualizar a provisão existente para cobrança duvidosa, tendo sido aumentada em 67 794 euros, de forma a melhor traduzir essa realidade.

Em virtude dos prémios acumulados das Salas de Máquinas, a pagar aos clientes, terem aumentado durante o exercício, foi decidido corrigir a provisão para riscos e encargos no valor de 93 357 euros.

Dando cumprimento à directriz n.º 9, o valor da conta de investimentos financeiros, partes de capital em empresas do Grupo, foi corrigido para menos em 494 575 euros, pela aplicação do critério da equivalência patrimonial, correspondendo a resultados das nossas participadas.

Conforme o deliberado na assembleia geral de 22 de Abril de 2004, foi transferido para reserva legal, o valor de 19 015,38 euros, resultante dos dividendos de acções próprias adquiridas entre 1 de Janeiro de cada ano, ainda não prescritos, e a data em que foram colocados à disposição.

Foram consideradas dívidas incobráveis saldos sobre clientes no montante de 368 954 euros por razões várias, valor este que já estava provisionado em exercícios anteriores.

Da constante evolução tecnológica resulta que o equipamento informático rapidamente se torna obsoleto. Por esse facto, foi abatido ao activo bruto da empresa, o valor de 581 550 euros relativo a equipamento informático, que entretanto ficou inoperacional.

Ainda no seguimento, da constante remodelação do parque de máquinas de jogo, foram abatidas máquinas no valor de 144 918 euros.

Destes abates resultou um custo para a empresa no valor de 90 023 euros.

### 2 — Empresas associadas

Relativamente às nossas associadas cuja actividade acompanhamos de perto, salientamos como mais relevantes os seguintes factos ocorridos durante o exercício de 2004.

#### EMPES — Empresa de Publicidade de Espinho, L.ª

A recessão e a incerteza quanto ao futuro que marcaram a actividade económica em Portugal, afectaram, naturalmente, o desempe-

nho e o desenvolvimento dos negócios desta nossa associada, bem como, em consequência, a capacidade de investimento na modernização de equipamento.

O exercício de 2004 caracterizou-se por grandes dificuldades na venda de publicidade e por um quase nulo nível de actividade enquanto agência de publicidade.

Apesar destas condicionantes e mercê de grandes esforços a actividade do jornal foi francamente positiva tendo-se traduzido num volume de negócios, em 2004, de 280 000 euros — um crescimento de 3,7% face ao exercício anterior.

Já no que concerne ao apoio estatal, esta nossa associada continua esquecida; a publicidade institucional tão prometida nunca chegou à imprensa regional, mas já se verifica o oposto nos grandes meios da imprensa e nas televisões, onde foram realizadas fortes campanhas publicitárias.

Além desta falta de apoio, uma breve referência para o agravamento de condições decorrentes da diminuição na comparticipação no porte — pago.

Pese embora toda esta envolvente recessiva, o aumento do volume de vendas aliado a um apertado controlo de custos permitiu um resultado líquido positivo no montante de 18 196,85 euros valor este que mais que triplicou o valor obtido no exercício de 2003.

Por fim, e se os indícios de retoma económica se confirmarem, esperamos atingir uma situação financeira mais desafogada que permita a modernização e renovação de algum equipamento quer em termos gráficos quer em novos meios de comunicação.

#### Solverdotéis — Sociedade Hoteleira, L.ª

Em sequência da dissolução da empresa, em Dezembro de 2003, procedeu-se ao encerramento da liquidação em Outubro último, tendo gerado um prejuízo de 5739,85 euros.

#### Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.

Esta sociedade praticamente não desenvolveu qualquer tipo de actividade na sequência dos contratos de arrendamento e de exploração celebrados com a Solverde em 1997, pelo que a actividade se resume à propriedade e gestão do edifício onde estão instalados o Hotel Algarve e o Casino da Praia da Rocha.

Os proveitos da empresa são apenas os decorrentes das rendas relativas aos contratos supracitados, sendo a rubrica de amortização do imobilizado de longe a mais relevante componente de custo e que fez com que o resultado do exercício seja naturalmente negativo, ascendendo, em 2004, a 503 183,47 euros.

### 3 — Plano de comunicação

No meio Imprensa mantemos a estratégia de maior investimento nos suportes de cobertura nacional. Desta forma rentabilizamos melhor o nosso investimento e por outro lado anulamos a percepção de sermos uma oferta nacional.

No meio rádio mantemos o acordo de veiculação de spots publicitários com a TSF, o que nos garante uma boa cobertura nacional, ainda que as nossas campanhas sejam reforçadas com a veiculação dos spots em rádio locais, aqueles de maior afinidade e cobertura para áreas de influência das nossas unidades.

No meio *outdoor* para além do formato 8 × 3 que utilizamos em Valença, Braga, Vila do Conde e Fojo mantemos também a rede de 36 Mupis J. C. Decaux em centros urbanos.

A utilização desta rede permite-nos uma boa cobertura efectiva, bem como nos permite uma maior economia na manutenção da rede, por comparação aos formatos 8 × 3. Um dos aspectos mais positivos deste suporte, é a possibilidade que temos em substituir as campanhas em rede semanalmente, e fazer rodar mais que uma campanha pela mesma rede. Temos posições em: Porto, Matosinhos, Gondomar, Guimarães, Famalicão, Braga, Viseu, Valongo, Coimbra, Barcelos, Santo Tirso, S. João da Madeira, Viana do Castelo, Penafiel, Ovar e Aveiro e mais recentemente no Gaia Shopping, Norte Shopping, Maia Shopping e Braga Parque.

Relativamente ao plano comunicação para o mercado internacional, o maior volume de investimento em comunicação continuou a ser feito para o mercado espanhol, que pela sua proximidade e aptidão pelos nossos produtos é indubitavelmente o mais rentável. Assim é frequente acompanhar as campanhas comerciais às agências de viagens espanholas com a veiculação de anúncios publicitários no jornais mais representativos de cada região bem como nas revistas/catálogo das respectivas agências de viagens e operadores turísticos.

Outros mercados internacionais, foram trabalhados de diferente forma, quer pela presença da equipa comercial da Solverde em feiras de turismo no estrangeiro e distribuição de brochuras das nossas unidades, bem como com a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, a feira de turismo mais relevante do país e que angaria uma forte presença de operadores turísticos estrangeiros.

O patrocínio, continua a ser uma área de relevância do nosso plano de comunicação na medida em que acreditamos no potencial dos eventos a que nos associamos como patrocinadores como forma de promover a nossa imagem institucional. Assim salientamos a nossa participação em eventos como: Solverde Cup em Ténis, Masters Solverde em ténis, Final Four da LPA, XIV Torneio Internacional de Hóquei em Patins, X Convenção de Fitness, Rally Casino de Espinho, XI Solverde Cup em Golf, 1.º circuito Casinos Solverde, Expresso BPI Golf Cup, VI Festival Internacional de Bridge Casino de Espinho, 27.º Festival Internacional de Cinema de Animação, VI torneio Internacional de Bridge do Hotel Algarve Casino, X Torneio de Bridge do Vilamoura Marina Hotel, Algarve Classic Cars, Circuito Equestre de Vilamoura, Rally Casinos do Algarve, Rally Terras d'El Rey, Taça do Presidente da República Golf, Troféu Golf da Asmal, XVI Grande Troféu de Vilamoura Golf, V Concurso de Saltos Internacional Vilamoura, Torneio de Golf IPO, Grand Champions Legend Tennis, Campeonato Regional ANC, XXIX Salão Internacional de Arte Fotográfica do Algarve, 1.º Torneio de Golfê da FPC.

#### 4 — Evolução previsional

Apesar de terem sido configuradas algumas perspectivas de retoma económica para 2005, a verdade é que o clima de incerteza se mantém e ninguém arrisca com alguma segurança, *timings* para o início de uma recuperação da actividade económica de forma consistente.

O espectro do terrorismo continua presente em todo o mundo e a instabilidade daí decorrente reflecte-se nos mercados mundiais e em particular nos principais parceiros económicos de Portugal, a Europa e os Estados Unidos. A economia portuguesa não é imune a este cenário que se vem mantendo recessivo por muito mais tempo do que é previsto não se vislumbrando, no imediato, a inversão da tendência do ciclo.

Apesar do estado da economia aconselhar alguma prudência, espera-se vir a obter, no ano de 2005, um crescimento do volume de negócios, que será praticamente proveniente das receitas do jogo, graças aos investimentos que vimos realizando, pois, devido ao latente clima de insegurança, a área hoteleira deverá sair uma vez mais prejudicada. Deste modo, esperamos obter um volume de negócios, em 2005, de 103 milhões de euros, uma variação positiva de 0,8% face ao pré-terito ano e a manutenção do nível de resultados líquidos que pensamos que atinja os 8 milhões de euros.

Em curso de avaliação está o projecto de loteamento na CCDR para que seja possível a aprovação definitiva, pelas entidades competentes, dos projectos do Casino e do Hotel de Chaves e consequentemente iniciar as obras de construção dos mesmos no 2.º trimestre do corrente ano.

O arranque das obras está condicionado também pelo desenvolvimento do processo de expropriação dos terrenos ainda não adquiridos pela Solverde onde se vai implantar o empreendimento. Pensamos que, a muito breve prazo, teremos acesso à posse administrativa dos tais terrenos de modo a podermos iniciar as obras de infra-estruturas e terraplanagens.

No que concerne ao campo e academia de golfe em Portimão, já neste ano de 2005 foi-nos concedida a autorização, pelo Ministro do Turismo, para enquadrar este investimento no âmbito de contrapartida inicial da concessão dos casinos do Algarve, e, portanto, beneficiar de uma comparticipação financeira significativa.

Ao longo de 2005 proceder-se-á à elaboração dos projectos relativos à construção do campo e academia de golfe assim como se desenvolverá o necessário estudo de impacto ambiental. Daremos início à tramitação dos pedidos de licenciamento de modo a que se possam começar as obras em 2006.

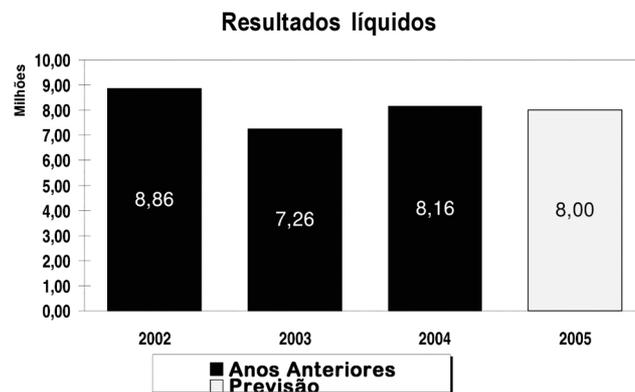
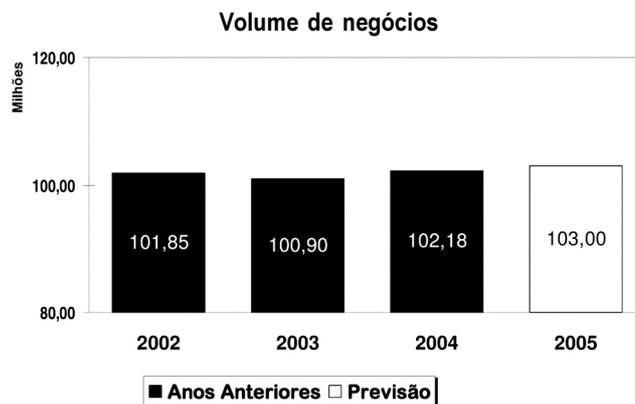
Não deixamos de dar atenção aos nossos concorrentes, tentando manter-nos na linha da frente das ofertas de produtos e serviços de qualidade para que os nossos clientes possuam índices de satisfação elevados.

Continuamos a investir na modernização das nossas unidades hoteleiras e a apostar no conforto e na qualidade dos serviços, assim como prosseguirmos a nossa aposta em apresentar grandes galas e espectáculos com nomes sonantes do panorama musical internacional nos Casinos de Espinho e do Algarve, na senda da sua transformação em centros de animação, diversão e lazer de elevado gabarito.

Não descuremos, obviamente, o nosso principal sector dinamizador de receitas que são as *slots machines*, continuando a diversifi-

cação da nossa oferta com a aquisição de novas máquinas bem como na substituição das máquinas mais antigas, em todos os casinos que exploramos.

Concluindo, o nosso trabalho visa, como sempre, o crescimento sustentado baseado numa criteriosa gestão dos nossos recursos, potenciando a Solverde como uma empresa cada vez maior e mais valiosa, como uma empresa de referência no sector do turismo e em particular na exploração do jogo, e proporcionando aos nossos accionistas níveis de valorização e de rentabilidade apreciáveis (como a história o demonstra) associados a objectivos estratégicos de médio e longo prazo.



#### 5 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado apurado neste exercício foi positivo e atingiu o montante de 8 163 151,45 euros, pelo que se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal: 408 157,57 euros;

Distribuição pelos accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor líquido de 30 cêntimos por acção: 1 710 990 euros;

Reservas livres: 144,72 euros;

Reserva para investimentos de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e em quaisquer outras — alínea e) do artigo 20.º dos estatutos: 6 040 146,70 euros;

Resultados transitados, relativos a lucros não distribuídos pelos associados, de resultados referentes a exercícios anteriores: 3712,46 euros.

#### 6 — Notas finais

Aos membros do Governo, da Direcção-Geral do Turismo, do Fundo do Turismo, da Inspeção-Geral de Jogos e a todas as demais entidades oficiais, autárquicas e privadas com quem mantemos relações, agradecemos as atenções e colaboração concedidas.

A todos os colaboradores da empresa manifestamos o nosso reconhecimento pelo empenho e pela colaboração demonstrados.

Ao público em geral agradecemos a preferência que continuou a dar aos nossos serviços.

Espinho, 2 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: Manuel Soares de Oliveira Violas, presidente — Rita Celeste Soares Violas e Sá, administrador — Edgar Alves Ferreira, administrador — Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá, administrador — Fernando Fernandes da Silva, administrador — Joel Santos Pais, administrador — Joaquim Fernando Marques Reis, administrador.

**Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2004**

	ACTIVO			(Em euros)
	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação .....	3 463 088	2 087 835	1 375 253	1 480 205
Propriedade industrial e outros direitos .....	45 491	45 491	—	—
	<u>3 508 579</u>	<u>2 133 326</u>	<u>1 375 253</u>	<u>1 480 205</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	2 340 631	—	2 340 631	2 340 631
Edifícios e outras construções .....	56 720 431	23 225 330	33 495 101	31 456 111
Equipamento básico .....	46 555 351	16 394 918	30 160 433	29 876 465
Equipamento de transporte .....	1 232 885	663 373	569 512	146 571
Ferramentas e utensílios .....	599 634	522 631	77 003	86 072
Equipamento administrativo .....	5 104 151	4 449 125	655 026	712 281
Outras imobilizações corpóreas .....	860 769	217 430	643 339	618 706
Imobilizações em curso .....	2 275 726	—	2 275 726	1 807 033
	<u>115 689 578</u>	<u>45 472 807</u>	<u>70 216 771</u>	<u>67 043 870</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital em empresas do Grupo .....	5 696 063	—	5 696 063	6 314 582
Empréstimos a empresas do Grupo .....	6 805 000	—	6 805 000	5 695 000
Títulos e outras aplicações financeiras .....	548 561	160 798	387 763	264 384
	<u>13 049 624</u>	<u>160 798</u>	<u>12 888 826</u>	<u>12 273 966</u>
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....	832 436	—	832 436	817 497
Mercadorias .....	56 842	—	56 842	52 938
	<u>889 278</u>	<u>—</u>	<u>889 278</u>	<u>870 435</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>				
Clientes, c/c .....	848 592	—	848 592	668 461
Clientes de cobrança duvidosa .....	129 393	129 393	—	—
Adiantamentos a fornecedores .....	59 619	—	59 619	32 329
Estado e outros entes públicos .....	404 176	—	404 176	1 098 948
Outros devedores .....	16 859 998	2 127 866	14 732 132	14 786 160
	<u>18 301 778</u>	<u>2 257 259</u>	<u>16 044 519</u>	<u>16 585 898</u>
<b>Títulos negociáveis:</b>				
Outros títulos negociáveis .....	147 851	61 506	86 345	103 831
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
Depósitos bancários .....	588 994	—	588 994	2 182 757
Caixa .....	2 762 537	—	2 762 537	2 833 445
	<u>3 351 531</u>	<u>—</u>	<u>3 351 531</u>	<u>5 016 202</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
Acréscimos de proveitos .....	—	—	—	—
Custos diferidos .....	104 563 846	—	104 563 846	110 773 415
	<u>104 563 846</u>	<u>—</u>	<u>104 563 846</u>	<u>110 773 415</u>
<i>Total de amortizações .....</i>		<u>47 766 931</u>		
<i>Total de provisões .....</i>		<u>2 318 765</u>		
<i>Total do activo .....</i>	<u>259 502 065</u>	<u>50 085 696</u>	<u>209 416 369</u>	<u>214 147 822</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(Em euros)

	2004	2003
<b>Capital próprio:</b>		
Capital .....	30 000 000	30 000 000
Acções próprias — valor nominal .....	(1 483 500)	(1 306 960)
Acções próprias — descontos e prémios .....	(889 895)	(715 291)
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas .....	183 343	179 631
Reservas de reavaliação .....	9 460 927	9 460 927
Reservas:		
Reservas legais .....	3 114 359	2 732 454
Reservas estatutárias .....	39 886 234	34 426 263
Reservas livres .....	19 824	19 539
Resultados transitados .....	(3 712)	—
	<u>80 287 580</u>	<u>74 796 563</u>
Resultado líquido do exercício .....	8 163 151	7 257 797
<i>Total do capital próprio</i> .....	<u>88 450 731</u>	<u>82 054 360</u>
<b>Passivo:</b>		
Provisões para riscos e encargos .....	—	—
Outras provisões para riscos e encargos .....	1 905 028	1 811 671
	<u>1 905 028</u>	<u>1 811 671</u>
<b>Dívidas a terceiros — curto prazo:</b>		
Dívidas a instituições de crédito .....	77 468 096	86 430 232
Fornecedores, c/c .....	1 303 277	1 412 524
Fornecedores — facturas em recepção e conferência .....	1 061	2 028
Restantes accionistas .....	44 609	82 449
Adiantamentos de clientes .....	75	76 789
Fornecedores de imobilizado, c/c .....	878 508	2 237 633
Estado e outros entes públicos .....	20 007 051	21 093 591
Outros credores .....	44 470	293 638
	<u>99 747 147</u>	<u>111 628 884</u>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
Acréscimos de custos .....	2 539 905	2 515 403
Proveitos diferidos .....	16 773 558	16 137 504
	<u>19 313 463</u>	<u>18 652 907</u>
<i>Total do passivo</i> .....	<u>120 965 638</u>	<u>132 093 462</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i> .....	<u>209 416 369</u>	<u>214 147 822</u>

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

## Demonstração dos resultados em 31 Dezembro de 2004

## CUSTOS E PERDAS

	2004		2003	
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>				
Mercadorias .....	671 610		632 633	
Matérias .....	<u>4 324 677</u>	4 996 287	<u>4 411 222</u>	5 043 855
Fornecimentos e serviços externos .....		13 416 496		13 364 713
<b>Custos com o pessoal:</b>				
Remunerações .....	15 326 601		15 074 834	
<b>Encargos sociais:</b>				
Outros .....	<u>4 449 962</u>	19 776 563	<u>4 415 824</u>	19 490 658
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .....	6 573 496		6 066 302	
Provisões .....	<u>245 096</u>	6 818 592	<u>1 105 649</u>	7 171 951
Impostos .....	27 503 224		28 754 225	

(Em euros)

	2004		2003	
Outros custos e perdas operacionais .....	20 572 754	48 075 978	19 183 171	47 937 396
(A) .....		93 083 916		93 008 573
Perdas em empresas do grupo e associadas .....	508 923		647 122	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros .....	22 323		6 430	
Juros e custos similares:				
Outros .....	3 059 344	3 590 590	3 681 780	4 335 332
(C) .....		96 674 506		97 343 905
Custos e perdas extraordinários .....		909 337		1 481 484
(E) .....		97 583 843		98 825 389
Imposto sobre o rendimento do exercício .....		—		—
(G) .....		97 583 843		98 825 389
Resultado líquido do exercício .....		8 163 151		7 257 797
		105 746 994		106 083 186

## PROVEITOS E GANHOS

	2004		2003	
Vendas:				
Mercadorias .....	792 813		744 900	
Produtos .....	3 318 158		3 228 279	
Prestações de serviços .....	98 064 707	102 175 678	96 929 251	100 902 430
Proveitos suplementares .....	1 127 349		1 274 263	
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	21 434	1 148 783	617 015	1 891 278
(B) .....		103 324 461		102 793 708
Ganhos em empresas do grupo e associadas .....	14 348		3 713	
Rendimentos de participações de capital .....	11		11	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros .....	13 884		15 099	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros .....	42 112	70 355	40 811	59 634
(D) .....		103 394 816		102 853 342
Proveitos e ganhos extraordinários .....		2 352 178		3 229 844
(F) .....		105 746 994		106 083 186

## Resumo:

Resultados operacionais: (B) - (A) = .....	10 240 545	9 785 135
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) = .....	(3 520 235)	(4 275 698)
Resultados Correntes: (D) - (C) = .....	6 720 310	5 509 437
Resultados antes de impostos: (F) - (E) = .....	8 163 151	7 257 797
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) = .....	8 163 151	7 257 797

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

## Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003
1 — Vendas e prestações de serviços .....	102 175 678	100 902 430
2 — Custo das vendas e das prestações de serviços .....	4 996 287	5 043 855
3 — Resultados brutos .....	97 179 391	95 858 575
4 — Outros proveitos e ganhos operacionais .....	1 148 783	1 891 278
5 — Custos de distribuição .....	63 763 602	65 246 116

(Em euros)

	2004	2003
6 — Custos administrativos .....	3 751 273	3 535 431
7 — Outros custos e perdas operacionais .....	20 572 754	19 183 171
8 — Subsídios para investimentos .....	1 814 354	1 691 572
9 — Resultados operacionais .....	12 054 899	11 476 707
10 — Custo líquido de financiamento .....	3 017 232	3 640 969
11 — Perdas em filiais e associadas .....	494 575	643 409
12 — Ganhos em outros investimentos .....	(8 428)	8 680
13 — Resultados não frequentes .....	(32 481)	(669 295)
14 — Resultados correntes .....	8 502 183	6 531 714
15 — Imposto sobre os resultados correntes .....	—	—
16 — Resultados correntes após impostos .....	8 502 183	6 531 714
17 — Resultados extraordinários .....	(339 032)	726 083
18 — Imposto sobre os resultados extraordinários .....	—	—
19 — Resultados líquidos .....	8 163 151	7 257 797
20 — Resultados por acção .....	1,361	1,210

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

### Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004 (método directo)

	2004
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes .....	101 922 621
Pagamentos a fornecedores .....	(18 569 130)
Pagamentos ao pessoal .....	(19 776 563)
Fluxo gerado pelas operações .....	63 576 928
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional .....	(41 790 694)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias .....	21 786 234
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	397 073
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	(825 748)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i> .....	21 357 559
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros .....	20 544
Subsídios de investimento .....	1 814 354
Juros e proveitos similares .....	56 007
Empresas do grupo .....	14 348
	1 905 253
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros .....	(1 251 200)
Imobilizações corpóreas .....	(10 749 091)
Imobilizações incorpóreas .....	(25 921)
	(12 026 212)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i> .....	(10 120 959)
Actividades de financiamento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Aquisição de acções próprias .....	(350 514)
Dividendos .....	(37 840)

(Em euros)	
2004	
Empréstimos obtidos .....	(8 962 136)
Juros e custos similares .....	(3 059 344)
Empresas do grupo .....	(508 923)
	<u>(12 918 757)</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i> (3) .....	<u>(12 918 757)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) .....	(1 682 157)
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	5 120 033
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	3 437 876

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

### Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2004	2003
Numerário .....	2 762 537	2 833 445
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis .....	588 994	2 182 757
Equivalentes a caixa:		
Títulos negociáveis .....	86 345	103 831
Depósitos à ordem ( <i>overdraft</i> ) .....	—	—
Caixa e seus equivalentes .....	3 437 876	5 120 033
Outras disponibilidades .....	—	—
Disponibilidades constantes do balanço .....	3 437 876	5 120 033

3 — Montante de créditos bancários concedidos e não sacados:

Banco Totta & Açores .....	988 240
Banco Espírito Santo .....	2 000 000
Millennium BCP .....	2 493 989
Finibanco .....	1 247 474
Caixa Geral de Depósitos .....	10 000 000
<i>Total</i> .....	<u>16 729 703</u>

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

### Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

1 — Nenhuma disposição do Plano Oficial de Contas foi derogada.

2 — Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior, excepto as que foram afectadas nos valores de amortização e reintegração anuais, quais sejam as do imobilizado reversível e as dos custos diferidos respeitantes aos montantes das contrapartidas iniciais, calculados agora e como resultado dos contratos de prorrogação das concessões, não para o termo de 2008 e 2017, para Espinho e Algarve, mas para o final de 2023.

3 — Critérios valorimétricos:

3.1 — Critério valorimétrico das existências foi o preço médio de compra;

3.2 — As imobilizações não reavaliadas foram valorizadas pelo custo de aquisição;

3.3 — O critério valorimétrico dos investimentos financeiros, relativos a partes de capital em filiais e associadas, foi o da equivalência patrimonial;

3.4 — As taxas de amortizações do imobilizado próprio referentes à Portaria n.º 737/81 e ao Decreto Regulamentar n.º 2/90 foram utilizadas em 100% do estipulado nas respectivas tabelas anexas. O imobilizado reversível, passou como no exercício anterior, a ser amortizado a novas taxas equivalentes ao período em falta para o fim das concessões, que passaram de 2008 e 2017 em Espinho e Algarve, respectivamente, para o final de 2023.

Pela mesma razão, aos saldos dos custos diferidos, em 31 de Dezembro de 2001, correspondentes às contrapartidas iniciais das concessões, ainda não amortizados, foram acrescentados os valores das contrapartidas devidas por razão das prorrogações, que ascendem a 57 860 556,06 e 14 963 936,91 para Espinho e Algarve, que passarão a ser amortizados, não até 2008 e 2017, mas sim até 2023.

4 — No balanço e demonstração dos resultados não há contas referenciadas a moeda estrangeira.

5 — Não se fez qualquer alteração com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Não há situações que venham a afectar impostos futuros.

7 — O número médio de empregados ao serviço da Empresa, no exercício, foi de 1267, conforme o seguinte:

Casino de Espinho — 493;  
Casino de Vilamoura — 236;  
Casino de Monte Gordo — 131;  
Hotel Solverde — 129;  
Aparthotel Solverde — 22;  
Hotel Algarve Casino — 256.

8 — As despesas de instalação tiveram durante o exercício um aumento de 25 920,68 euros, resultante de gastos com a zona de jogo de Vidago e campos de golfe da Cabeça Boa — Portimão, no valor de 6 006,31 euros e 19 914,37 euros respectivamente.

9 — Não há trespasses.

10 — Movimento do activo immobilizado e respectivas amortizações e provisões:

10.1 — Activo bruto:

	(Em euros)					
	Saldo inicial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação .....	3 437 167	—	25 921	—	—	3 463 088
Propriedade industrial e outros direitos .....	45 491	—	—	—	—	45 491
	<u>3 482 658</u>	<u>—</u>	<u>25 921</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>3 508 579</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais .....	2 340 631	—	—	—	—	2 340 631
Edifícios e outras construções .....	51 836 375	—	4 884 056	—	—	56 720 431
Equipamento básico .....	43 505 973	—	3 487 561	—	(438 183)	46 555 351
Equipamento de transporte .....	983 009	—	658 197	408 321	—	1 232 885
Ferramentas e utensílios .....	592 833	—	6 801	—	—	599 634
Equipamento administrativo .....	5 266 069	—	126 964	—	(288 882)	5 104 151
Outras imobilizações corpóreas .....	778 344	—	82 425	—	—	860 769
Imobilizações em curso .....	1 807 033	—	468 693	—	—	2 275 726
	<u>107 110 267</u>	<u>—</u>	<u>9 714 697</u>	<u>408 321</u>	<u>(727 065)</u>	<u>115 689 578</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do grupo .....	6 314 582	(503 183)	14 348	—	(129 684)	5 696 063
Empréstimos a empresas do Grupo .....	5 695 000	—	1 110 000	—	—	6 805 000
Partes de capital em empresas associadas .....	—	—	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras .....	424 902	—	141 200	17 541	—	548 561
Outros empréstimos concedidos .....	—	—	—	—	—	—
	<u>12 434 484</u>	<u>(503 183)</u>	<u>1 265 548</u>	<u>17 541</u>	<u>(129 684)</u>	<u>13 049 624</u>

10.2 — Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula- rizações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação .....	1 956 962	130 873	—	2 087 835
Propriedade industrial e outros direitos .....	45 491	—	—	45 491
	<u>2 002 453</u>	<u>130 873</u>	<u>—</u>	<u>2 133 326</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais .....	—	—	—	—
Edifícios e outras construções .....	20 380 264	2 845 066	—	23 225 330
Equipamento básico .....	13 629 508	3 116 934	(351 524)	16 394 918
Equipamento de transporte .....	836 438	219 643	(392 708)	663 373
Ferramentas e utensílios .....	506 761	18 970	(3 100)	522 631
Equipamento administrativo .....	4 553 788	184 218	(288 881)	4 449 125
Outras imobilizações corpóreas .....	159 638	57 792	—	217 430
	<u>40 066 397</u>	<u>6 442 623</u>	<u>(1 036 213)</u>	<u>45 472 807</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras .....	160 518	4 573	(4 293)	160 798

11 — Não foram considerados quaisquer encargos financeiros no custo de imobilizações.

12 — Legislação que regulamentou as reavaliações já efectuadas:

- 12.1 — Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- 12.2 — Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- 12.3 — Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- 12.4 — Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
- 12.5 — Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

## 13 — Discriminação das reavaliações efectuadas:

	(Em euros)		
Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais .....	1 001 277	829 569	1 830 846
Edifícios e outras construções .....	5 834 763	4 604 708	10 439 471
Equipamento básico .....	—	—	—
Equipamento de transporte .....	—	—	—
Equipamento administrativo .....	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas .....	1 096	33	1 129
	<u>6 837 136</u>	<u>5 434 310</u>	<u>12 271 446</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>			
Investimentos em imóveis .....	46 125	33 953	80 078

14 — Relação das imobilizações corpóreas e em curso (valores em euros):

14.1 — Não há imobilizações em poder de terceiros;

14.2 — Valor das imobilizações afectas a cada uma das actividades da empresa:

14.2.1 — Imobilizações corpóreas próprias:

Hotel da Granja .....	24 993 448,27
Aparthotel .....	7 568 970,42
Centro Comercial I .....	466 551,26
Edifício Royal Center .....	1 446 513,91
Terrenos .....	318 973,27
Edifício Águia d'Ouro .....	2 000 385,48
Hotel Algarve Casino .....	2 250 006,82
Outras .....	1 424 566,11
	<u>40 469 415,54</u>

14.2.2 — Imobilizações em curso:

Casino Hotel Chaves .....	2 175 725,93
Emp. Praia do Presídio .....	100 000,00
	<u>2 275 725,93</u>

14.3 — Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

Silo Auto da Praia da Rocha .....	3 492 523,74
-----------------------------------	--------------

14.4 — Não há imobilizações localizadas no estrangeiro.

14.5 — Imobilizações reversíveis:

14.5.1 — Imobilizações corpóreas:

Casino Espinho .....	51 735 238,50
Casino Vilamoura .....	9 387 397,04
Casino Monte Gordo .....	3 670 009,15
Casino Praia da Rocha .....	4 659 267,56
	<u>69 451 912,25</u>
<i>Total</i> .....	<u>115 689 577,46</u>

14.6 — Não houve capitalização de custos financeiros no exercício.

15 — Não há bens utilizados em regime de locação financeira.

16 — Relação das empresas associadas:

EMPES — Empresa de Publicidade de Espinho, L.<sup>da</sup>  
Avenida 8, 456, 1.º, Salas G, H, R, 4500-853 Espinho:

Capital detido: 78,85%;  
Volume de negócios (2004): 280 050,45 euros;  
Capitais próprios (2004): 22 818,97 euros;  
Resultado do exercício (2004): 18 196,85 euros.

Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.  
Hotel Algarve 8500 Portimão:

Capital detido: 100%;  
Volume de negócios (2004): nada a referir;  
Capitais próprios (2004): 5 678 070,24 euros;  
Resultado do exercício (2004): (503 183,47 euros).

Em sequência da dissolução da Solverdotéis — Sociedade Hoteleira, L.<sup>da</sup>, em 16 de Novembro de 2003, procedeu-se ao encerramento da liquidação, em 8 de Outubro de 2004, tendo-se apurado um resultado negativo de 5739,85 euros.

A Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A., cessou quase por completo a sua actividade, auferindo apenas as rendas relativas aos contratos de arrendamento e de exploração que celebrou com a Solverde, que totalizaram em 2004, o valor de 458 525,93 euros.

No que concerne à Empes — Empresa de Publicidade de Espinho, L.<sup>da</sup>, e como se constata pelos indicadores apresentados, a sua relevância é de dimensão muito reduzida.

Perante estes dados, considera-se não justificada a consolidação de contas integral ou proporcional, mantendo-se no entanto, a aplicação do método da equivalência patrimonial.

17 — Não há títulos negociáveis com valor contabilístico superior a 5% do activo circulante da empresa.

18 — Não há qualquer saldo na conta de fundos. Existe um Fundo para ocorrer a situações de emergência e extrema necessidade na área da zona, no valor de 19 824,32 euros, inserido na conta de títulos negociáveis e referido no balanço em reservas livres.

19 — Não há diferenças significativas entre os valores calculados pelos critérios valorimétricos adoptados e os respectivos valores a preços de mercado.

20 — Não foram atribuídos, ao activo circulante, valores inferiores ao mais baixo do custo ou de mercado.

21 — Não foram constituídas provisões extraordinárias.

22 — Não há existências consignadas, em trânsito, ou à guarda de terceiros.

23 — Créditos de cobrança duvidosa:

23.1 — Clientes: 129 393,47 euros;  
23.2 — Devedores diversos: 2 127 865,53 euros.

24 — Não houve qualquer adiantamento ou empréstimo concedidos aos membros dos órgãos sociais.

25 — Não existe qualquer débito ao pessoal e os créditos ascendem a 2703,24 euros.

26 — Não há créditos nem débitos titulados.

27 — Não foram emitidas pela empresa obrigações convertíveis ou títulos com direitos conferidos.

28 — Não há nenhuma dívida ao estado e outros entes públicos cujo pagamento esteja em mora.

29 — Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.

30 — Não há dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

31 — Não há compromissos financeiros, para além dos que resultam das contrapartidas anuais mínimas, decorrentes dos contratos de concessão, tal como se encontram definidas nos quadros anexos ao Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro. Em contencioso fiscal impendem sobre a Empresa três créditos da Direcção-Geral dos Impostos no valor de 223 085,25 euros, 469 813,67 euros e 129 036,66 euros, para os quais existem garantias, conforme o mencionado no ponto 32 deste anexo.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas (em euros):

Inspecção-Geral de Jogos .....	14 070 843,78
EDP — Distribuição de Energia, S. A. ....	47 764,89
Makro — Autoserviço Grossista, S. A. ....	7 481,97
2.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia .....	8 422,25
4.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa .....	42 988,40
5.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa .....	10 474,76
1.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia .....	14 958,16
Fundo de Turismo .....	64 604,78
Câmara Municipal de Portimão .....	50 877,39
Vasp — Sociedade de Transportes e Distribuições, L.ª .....	3 491,59
Midesa — Distribuição de Publicações, S. A. ....	4 489,17
Delta Press — Sociedade de Distribuição de Publicações, L.ª .....	1 745,79
CTT .....	748,20
Direcção-Geral dos Impostos .....	1 362 575,98
<i>Total</i> .....	<u>15 691 467,11</u>

33 — Não foi considerada no balanço qualquer diferença entre as importâncias das dívidas a pagar e a arrecadar.

34 — Movimentos das contas de provisões ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	(Em euros)
				Saldo final
19 — Provisões para aplicações de tesouraria .....	43 805	17 750	50	61 506
28 — Provisões para cobranças duvidosas .....	2 189 465	88 924	21 130	2 257 259
29 — Provisões para riscos e encargos .....	1 811 671	156 172	62 815	1 905 028

35 — Não houve qualquer alteração do capital no exercício.

36 — Não existem no capital social acções preferenciais ou privilegiadas.

37 — Não temos conhecimento de pessoas colectivas que detenham, pelo menos, 20% do capital da empresa.

38 — Não houve acções subscritas durante o exercício.

39 — Movimentos da conta reservas de reavaliação ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
56.2 — Reservas de reavaliação (Decreto-Lei n.º 31/98) .....	9 460 927	—	—	9 460 927

40 — Movimentos das contas de capitais próprios ocorridos no exercício:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital .....	30 000 000	—	—	30 000 000
52 — Acções próprias:				
521 — Valor nominal (a) .....	(1 306 960)	(176 540)	—	(1 483 500)
522 — Descontos e prémios .....	(715 291)	(174 604)	—	(889 895)
55 — Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas .....	179 631	3 712	—	183 343
56 — Reservas de reavaliação .....	9 460 927	—	—	9 460 927
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais (b) .....	2 732 454	381 905	—	3 114 359

(Em euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
572 — Reservas estatutárias .....	34 426 263	5 459 971	—	39 886 234
574 — Reservas livres .....	19 539	285	—	19 824
59 — Resultados transitados .....	—	(3 712)	—	(3 712)

(a) O acréscimo de 35 308 ações, ocorrido no exercício, corresponde a 35 308 ações nominativas ao preço médio de 9945,18 euros, adquiridas de acordo com as deliberações das assembleias gerais de 16 de Abril de 2003 e 22 de Abril de 2004.

(b) Conforme o deliberado na assembleia geral de 22 de Abril de 2004, foi transferido para reserva legal, o valor de 19 015,38 euros, relativo aos dividendos das ações próprias adquiridas entre 1 de Janeiro de cada ano, ainda não prescrito, e a data em que foram colocados à disposição dos accionistas.

## 41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais .....	52 938	817 497
Compras .....	675 514	4 348 783
Regularização de existências .....	—	(9 167)
Existências finais .....	56 842	832 436
Custos no exercício .....	671 610	4 324 677

42 — Não há variação da produção.

43 — Remunerações dos órgãos sociais:

Conselho de administração — 447 166 euros;

Conselho fiscal — 15 600 euros.

44 — Repartição por actividade das contas de vendas e prestações de serviços (em euros):

71 — Vendas .....	4 110 971,24
Casino Espinho .....	1 574 355,84
Casinos do Algarve .....	2 460 739,69
Hotel Solverde .....	54 568,12
Hotel Algarve .....	21 307,59
72 — Prestações de serviços .....	98 064 706,24
Casino Espinho .....	45 761 161,03
Casinos do Algarve .....	43 289 522,69
Hotel Solverde .....	4 670 890,44
Aparthotel Solverde .....	911 319,23
Hotel Algarve .....	3 431 812,85

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

## CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
681 — Juros suportados .....	2 196 310	2 652 859
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas .....	508 923	647 122
683 — Amortizações de investimentos em imóveis .....	4 573	4 885
684 — Provisões para aplicações financeiras .....	17 750	1 545
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis .....	80	32
688 — Outros custos e perdas financeiros .....	862 954	1 028 889
Resultados financeiros .....	(3 520 235)	(4 275 698)
	70 355	59 634

## PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
781 — Juros obtidos .....	3 370	9 983
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas .....	14 348	3 713
783 — Rendimentos de imóveis .....	13 884	15 099
784 — Rendimentos de participações de capital .....	11	11
785 — Diferenças de câmbio favoráveis .....	17 291	15 716
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos .....	21 451	15 112
	70 355	59 634

## 46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

## CUSTOS E PERDAS

	(Em euros)	
	2004	2003
691 — Donativos .....	455 313	389 503
692 — Dívidas incobráveis .....	368 954	142 258
693 — Perdas em existências .....	—	—
694 — Perdas em imobilizações .....	83 590	937 923
695 — Multas e penalidades .....	1 045	739
697 — Correções relativas a exercícios anteriores .....	—	7 407
698 — Outros custos e perdas extraordinários .....	435	3 654
Resultados extraordinários .....	<u>1 442 841</u>	<u>1 748 360</u>
	<u>2 352 178</u>	<u>3 229 844</u>

## PROVEITOS E GANHOS

	(Em euros)	
	2004	2003
791 — Restituição de impostos .....	31 006	395 747
793 — Ganhos em existências .....	—	—
794 — Ganhos em imobilizações .....	143 754	25 637
795 — Benefícios e penalidades contratuais .....	—	—
796 — Reduções de amortizações e de provisões .....	83 994	731 638
797 — Correções relativas a exercícios anteriores .....	2 761	—
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	<u>2 090 663</u>	<u>2 076 822</u>
	<u>2 352 178</u>	<u>3 229 844</u>

## 47 — Informações exigidas por diplomas legais:

## 47.1 — Relação de acordo com o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

	Acções
Manuel Soares de Oliveira Violas .....	1 016 976
Rita Celeste Soares Violas e Sá .....	948 405
Edgar Alves Ferreira .....	93 615
Cônjuge: Otilia Soares Violas Alves Ferreira .....	948 405
Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá .....	300
Fernando Fernandes da Silva .....	825
Joel Santos Pais .....	1 750
Joaquim Fernando Marques Reis .....	(a) 3 376
Arlindo Jorge Baptista Soares .....	28 985
Ruben Artur Veiga Henriques Estima .....	(b) 3 000
Violas — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. ....	220 182
III — Investimentos Industriais Imobiliários, S. A. ....	401 753

(a) Adquiriu durante o exercício de 2004, 669 acções.

(b) Vendeu durante o exercício de 2004, 2000 acções.

47.2 — Por imposição do Decreto-Lei n.º 274/88, de 3 de Agosto, o capital deve ser detido em, pelo menos, 60%, por entidades portuguesas, sendo esta parte obrigatoriamente representada por acções nominativas;

47.3 — De acordo com o artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais a responsabilidade dos administradores está caucionada em 17 457,93 euros;

47.4 — Informação prestada nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do regulamento da CMVM n.º 11/2000 (alterada pelo regulamento n.º 24/2000).

Acções detidas em 31 de Dezembro de 2003	Quantidade	Porcentagem (a)
Manuel Soares de Oliveira Violas .....	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá .....	948 405	16,63
Otilia Soares Violas Alves Ferreira + cônjuge .....	1 042 020	18,27
Ana Gomes Soares Violas .....	948 706	16,63
Violas — Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS .....	220 182	3,86
III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A. ....	401 753	7,04

(a) Direito a voto.

47.4.1 — São ainda detidas indirectamente pela Violas — SGPS, as seguintes acções:

	Quantidade	Porcentagem
III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A. ....	401 753	7,04
Pelos seus administradores		
Manuel Soares de Oliveira Violas .....	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá .....	948 405	16,63
Otilia Soares Violas Alves Ferreira + cônjuge .....	1 042 020	18,27
<i>Total de direito de votos detidos indirectamente .....</i>		<i>59,77</i>
<i>Total de direito de votos detidos directa e indirectamente .....</i>		<i>63,63</i>

47.4.2 — São ainda detidas indirectamente pela III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A., as seguintes acções:

	Quantidade	Porcentagem
Pelos seus administradores		
Manuel Soares de Oliveira Violas .....	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá .....	948 405	16,63
Ana Gomes Soares Violas .....	948 706	16,63
Edgar Alves Ferreira + cônjuge .....	1 042 020	18,27
<i>Total de direito de votos detidos indirectamente .....</i>		<i>69,36</i>
<i>Total de direito de votos detidos directa e indirectamente .....</i>		<i>76,40</i>

48 — Informações complementares:

48.1 — Durante o exercício de 2004, foi despendido o valor de 2 121 015 euros, em diferentes despesas não documentadas, decorrentes de negociações levadas a efeito, relativas a negócios do interesse da sociedade;

48.2 — O saldo final de empréstimos a empresas do Grupo, mencionado no ponto 10.1, no valor de 6 805 000 euros é relativo a um empréstimo concedido à nossa associada Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.;

48.3 — O ponto 8 da demonstração dos resultados por funções, subsídios para investimentos, no valor de 1 814 354 euros e 1 691 572 euros, é resultante da comparticipação do Estado nas obras de remodelação do Casino de Espinho e aquisição de equipamento de jogo, que é tratado contabilisticamente como proveito diferido;

48.4 — Na rubrica de outros devedores, do balanço analítico, está incluído o montante de 13 850 000 euros, relativo a um investimento, eventualmente a realizar, na zona de Portimão, tendo por objectivo a construção de campos de golfe, projecto este, que se encontra em fase de apreciação pelas entidades competentes;

48.5 — Todas as informações consideradas relevantes para a compreensão da posição financeira e dos resultados da empresa constam do relatório de gestão, do balanço e do anexo.

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., Sociedade Aberta, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidenciava um total de balanço de 209 416 369 euros e um total de capital próprio de 88 450 731 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 8 163 151 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

2 — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., Sociedade Aberta, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos, geralmente aceites.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Pelo Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro, as concessões das zonas de jogo de Espinho e do Algarve, que terminavam em 2008 e 2017, respectivamente, foram prorrogadas até 2023, mediante o pagamento de contrapartidas iniciais, o que determinou a fixação de novos valores para a amortização anual dos custos diferidos e do recálculo das taxas de reintegrações, para o imobilizado reversível, considerando-se agora o período de 2002 a 2023, não sendo porém, ultrapassada a vida económica dos bens;

7.2 — Na consolidação de contas das empresas participadas, foi utilizado o método da equivalência patrimonial;

7.3 — Durante o ano e em despesas confidenciais ou não documentadas, foi despendido o montante de 2 121 015 euros, utilizado no

normal desenvolvimento dos negócios da sociedade, conforme referido no ponto 48.1 do anexo.

Estas situações informam sobre alterações relevantes, relativamente aos exercícios anteriores, mas não a imagem verdadeira e apropriada dada pelas demonstrações financeiras, com que concordamos.

Porto, 14 de Março de 2005. — Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por *Augusto de Oliveira Maia*, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos do estabelecido nos pressupostos legais aplicáveis e estatutos, vem o conselho fiscal da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., apresentar o relatório sobre a actividade desenvolvida, bem como pronunciar-se quanto ao teor do relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, respectivos anexos e demais documentação de prestação de contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Ao longo do ano e com a regularidade tida como conveniente, acompanhou o conselho a actividade da sociedade e a evolução dos negócios nos seus variados domínios, não só através da informação contabilística mensal disponibilizada, mas também pelas visitas periodicamente efectuadas aos locais onde a mesma se desenvolve, ou seja em Espinho e no Algarve.

De referir que e aquando do desempenho das nossas funções, sempre recebemos todo o apoio e colaboração dos serviços e administração, consubstanciado no pronto e completo esclarecimento às questões levantadas ou informações sobre o avanço no sentido de se encontrarem soluções para as situações pendentes ou em curso.

No domínio dos registos contabilísticos e controlo das contas, ao longo do ano, procedeu-se à apreciação dos factos patrimoniais consequentes à actividade desenvolvida, destacando-se dessa acção e nomeadamente, os seguintes aspectos:

Verificação da regular escrituração dos livros obrigatórios; análise dos documentos suporte; controlo dos movimentos e saldos das contas de clientes, fornecedores, instituições bancárias, Estado e outros entes públicos, outros devedores ou credores; tesourarias; de custos e proveitos, cumprimento das obrigações das concessões e as inerentes à legislação fiscal e no final, verificação dos critérios de valorimetria utilizados e cálculo dos montantes das reintegrações e amortizações, informando-se não ter havido alterações relativamente ao exercício anterior, aliás como se encontra explicitado no ponto 3 do anexo.

No que respeita aos pressupostos da constituição e reforço das provisões para aplicações financeiras, cobranças duvidosas e outros riscos e encargos, que atingem os montantes de 61 506 euros, 2 257 259 euros e 1 905 028 euros, respectivamente, são consideradas suficientemente ajustadas à cobertura dos valores susceptíveis de perda, aliás como ao longo dos anos se tem vindo a comprovar.

Quanto aos documentos de prestação de contas, podemos afirmar que da análise atenta do balanço, demonstração de resultados e respectivos anexos, se infere da sua adequação aos preceitos legais, encontrando-se elaborados de acordo com as regras contabilísticas geralmente aceites e consubstanciam não só o património social, mas também os resultados da actividade desenvolvida.

Da apreciação do relatório de gestão, concluímos que o mesmo completa a informação que as contas exprimem, elucida sobre as condições em que se desenvolveu a actividade no decurso do ano, perspectivando as iniciativas futuras a concretizar, bem como a sua evolução previsional, atitudes estas, sempre norteadas pelos sãos princípios de uma avisada e prudente gestão.

Também e conforme consignado na lei, foi apresentada a certificação legal das contas, sem reservas mas com ênfases e o relatório sobre a fiscalização da responsabilidade do revisor oficial, documentos estes que depois de devidamente apreciados, foram unanimemente aceites e considerados parte integrante deste relatório.

Mais se refere que o conselho fiscal se pronunciou favoravelmente, quanto à venda pela sociedade de uma sua viatura a um administrador, nas condições constantes do relatório de gestão.

Nesta conformidade e na convicção de que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e demais documentos de prestação de contas estão elaborados segundo as disposições legais e reflec-

tem a situação patrimonial e a actividade desenvolvida na sociedade, é o conselho fiscal do parecer que:

1 — Depois de discutidos, sejam aprovados o relatório de gestão, balanço e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004;

2 — Seja igualmente aprovada a proposta de aplicação de resultados positivos, do montante de 8 163 151,45 euros;

3 — Pela actividade desenvolvida, seja aprovado um voto de muito apreço ao conselho de administração, extensivo a todos os colaboradores da Solverde.

Pelo apoio recebido e confiança em nós depositada, os nossos melhores agradecimentos.

Espinho, 21 de Março de 2005. — O Conselho Fiscal: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, presidente, representada por *Augusto de Oliveira Maia*, revisor oficial de contas — *Arlindo Jorge Baptista Soares*, vogal — *Ruben Artur Veiga Henriques Estima*, vogal.

### Extracto da acta da assembleia geral

(...)

(...) e com a presença, conforme resulta da respectiva lista de presenças que fica anexa à presente acta, de 33 accionistas titulares de 4 656 965 acções correspondentes a 232 835 votos e representando 83% do capital social.

Esta assembleia foi regular e atempadamente convocada por anúncios publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 27, de 8 de Fevereiro de 2005, *Jornal de Notícias*, n.º 261, de 17 de Fevereiro de 2005, e *Defesa de Espinho*, n.º 3803, de 17 de Fevereiro de 2005.

Presidiu aos respectivos trabalhos a mesa constituída pelo presidente da mesa de assembleia geral Dr. Amadeu José Melo Morais e Dr. José Augusto Ferreira de Campos, 1.º secretário da mesma mesa.

Presente esteve ainda o 1.º secretário da sociedade Dr. Nuno Miguel Ferreira Morais, que nos termos da lei, rubricou a lista de presenças bem como todos os documentos submetidos à apreciação desta assembleia, e que redigiu a presente acta.

Nos termos da convocatória já referida, a ordem de trabalhos é a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação, discussão e aprovação do relatório de gestão, balanço e contas do exercício de 2004;

2.º Apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação de resultados;

3.º Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Autorização para a sociedade adquirir e alienar acções próprias.

No início dos trabalhos, e após uma saudação aos accionistas presentes, o presidente da mesa anunciou que estavam reunidas as condições estatutárias para que a assembleia se considerasse validamente constituída e que também validamente deliberasse sobre os diferentes assuntos da ordem de trabalhos.

Entrou-se, por isso, e de imediato, no ponto 1.º da ordem de trabalhos — Apreciação, discussão e aprovação do relatório de gestão, balanço e contas do exercício de 2004 —, tendo o presidente da mesa comunicado que, uma vez que os documentos em discussão tinham estado à disposição dos senhores accionistas com a antecedência legal, seria dispensada a sua leitura caso ninguém a isso se opusesse.

Dado que não houve qualquer oposição a esta intenção, o presidente da mesa deu então a palavra ao presidente do conselho de administração para tecer às considerações complementares que tivesse por convenientes sobre o que mais relevante ocorreu no exercício de 2004.

O presidente do conselho de administração fez uma exposição sucinta sobre as circunstâncias que condicionaram o exercício findo e adiantou previsões do conselho de administração para o ano de 2005.

O presidente da mesa abriu, de seguida, a discussão sobre os documentos em análise e, dado que nenhum accionista pretendeu usar da palavra, submeteu à votação o relatório de gestão balanço e contas do exercício de 2004, documentos que foram aprovados por larga maioria, com um voto contrário do accionista Nelson Guatter Pais Costa, titular de 1208 acções.

De seguida, o presidente da mesa passou ao ponto 2.º da ordem de trabalhos — apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação de resultados —, e a tal propósito referiu que a proposta exis-

tente integra a parte final do relatório de gestão, que por isso, ele passou a ler, sendo o seu teor o seguinte:

#### Proposta de aplicação de resultados

O resultado apurado neste exercício foi positivo e atingiu o montante de 8 163 151,45 euros, pelo que se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal — 408 157,57 euros;

Distribuição pelos accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor ilíquido de 30 céntimos por acção — 1 710 990 euros;

Reservas livres — 144,72 euros;

Reserva para investimentos de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e em quaisquer outras — alínea e) do artigo 20.º dos estatutos — 6 040 146,70 euros;

Resultados transitados, relativos a lucros não distribuídos pelos associados, de resultados referentes a exercícios anteriores — 3712,46 euros.

Sobre este assunto, e não obstante convite expressamente feito pelo presidente da mesa, nenhum accionista quis intervir, pelo que a proposta acima referida foi de imediato submetida à votação, e aprovada também por larga maioria, apenas tendo a oposição do accionista Nélson Gualter Pais Costa já acima identificado.

Passou-se depois ao ponto 3.º da ordem de trabalhos — apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade — e a esse propósito o presidente da mesa assumiu proposta, que apresentou à assembleia, no sentido de ser aprovada uma moção de confiança aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e, individualmente, a cada um dos elementos que os integram, invocando um bom desempenho desses órgãos e o facto de terem, uma vez mais, e não obstante as dificuldades conhecidas que o País atravessa, resultados francamente positivos e animadores.

Dado que uma vez mais nenhum accionista pretendeu usar da palavra sobre esta proposta, foi ela submetida à votação e aprovada com os votos favoráveis de todos os accionistas com excepção do accionista Nélson Gualter Pais Costa.

Entrou-se, depois, no ponto 4.º e último da ordem de trabalhos — autorização para a sociedade adquirir e alienar acções próprias — tendo o presidente da mesa informado a assembleia que tinha entrado na

mesa uma proposta subscrita pelo conselho de administração e com o teor seguinte:

#### Proposta

Na assembleia geral ocorrida na passado ano de 2004, o conselho de administração, na sequência de posições anteriores no mesmo sentido, apresentou uma proposta, que veio a ser aprovada, no sentido de ser autorizado, a adquirir e alienar acções próprias, pelo valor máximo de 12 euros e mínimo de 14 euros respectivamente, por acção, até ao limite legalmente admissível, por um período de mais 18 meses a contar de 22 de Abril de 2004.

Tal prazo ainda não se esgotou, tendo o seu termo no próximo dia 22 de Outubro de 2005.

No decurso do exercício de 2004, ao abrigo de tal autorização, e como resulta do relatório hoje submetido à apreciação desta assembleia geral, o conselho de administração adquiriu 35 308 acções representativas do seu capital social.

Continua a ser aconselhável, na perspectiva dos interesses da sociedade, que a autorização acima referida seja mantida para além desse período limite, o que esta assembleia tem legitimidade para fazer, desde que, por mera precaução legal, não seja ultrapassado o prazo de 18 meses a contar desta data.

Assim sendo propõe-se:

a) Que a assembleia geral delibere autorizar o conselho de administração a adquirir acções próprias até ao limite legalmente admissível e pelo valor máximo de 12 euros;

b) Que a assembleia geral delibere autorizar o conselho de administração a alienar acções próprias pelo preço mínimo de 14 euros;

c) Que as autorizações acima referidas perdurem pelo prazo de 18 meses a contar desta data, prorrogando-se nessa medida as que ainda estão em vigor;

d) Que as operações de aquisição e alienação acima referidas se processem na bolsa, através do mercado oficial sem cotação.

O presidente da mesa, depois de proporcionar aos senhores accionistas oportunidade de sobre ela se pronunciarem, e dado que não houve a este propósito intervenções, passou de imediato à fase de votação, tendo a proposta sido aprovada com os votos favoráveis de todos os accionistas presentes, exceptuando o voto contrário do accionista Nélson Gualter Pais Costa já acima identificado.

(...)

(Sem assinaturas.)

2007240459